COLEÇÃO
MESTRADO EM LINGÜÍSTICA

PROCESSOS ENUNCIATIVOS EM DIFERENTES LINGUAGENS

Edna Maria Fernandes dos Santos Nascimento
Maria Regina Momesso de Oliveira
Maria Silvia Olivi Louzada

EDITORA UNIFRAN

Coleção Mestrado em Lingüística

Processos enunciativos em diferentes linguagens

ORGANIZADORAS:
Edna Maria Fernandes dos Santos Nascimento (Org.)
Maria Regina Momesso de Oliveira (Org.)
Maria Silvia Olivi Louzada (Org.)

COPYRIGHT © Coleção Mestrado em Lingüística.
Todos os direitos reservados

Nascimento, Edna Maria Fernandes dos Santos
N194p Processos enunciativos em diferentes linguagens / Edna Maria Fernandes dos Santos Nascimento, Maria Regina Momesso de Oliveira, Maria Silvia Olivi Louzada, organizadoras. Franca, SP: Unifran, 2006

199 p. (Coleção Mestrado em Lingüística)

ISBN 978-85-60114-04-7

1. Lingüística. 2. Lingüística – Processos enunciativos. 3. Processos enunciativos – Linguagens. I. Universidade de Franca. II. Título.

CDU – 801

Reitor Dr. Clóvis Eduardo Pinto Ludovice
Chanceler Dr. Abib Salim Cury
Vice-Reitor Dr. Clóvis Galdiano Cury
Pró-reitora Acadêmica Profa. Dra. Hercídia Mara Facuri Coelho
Pró-reitor Comunitário e de Apoio ao Estudante Dr. Nilton Colmanetti

EXPEDIENTE

EDITORA UNIFRAN

Editor_ Everton de Paula
Assistente editorial_ Paula Andréa Zuñiga Muñoz
Projeto gráfico_ Sérgio Ribeiro
Revisão _ Munira Rochèlle Nambu
Revisão _ Olívia Salgado Costa
Diagramação _ Alessandro Vilas Bôas

Av. Dr. Armando Salles Oliveira, 201
Parque Universitário • Franca-SP • CEP 14404-600
16-3711-8736 • e-mail: publica@unifran.br

Apresentação

Esta obra inaugura a Coleção Mestrado em Lingüística e constitui-se de uma coletânea de textos produzidos pelos docentes do Programa de Mestrado em Lingüística da Universidade de Franca (UNIFRAN), o qual contempla duas linhas de pesquisa: a primeira, nomeada "Discurso, sentido, comunicação e representação", abriga reflexões e atividades que se ocupam da descrição e explicação do discurso, de acordo com diferentes quadros teóricos – a semiótica greimasiana, a AD francesa, a dialogia bakhtiniana. A segunda, sob a denominação "Processos e práticas textuais: caracterizações e abordagens teóricas" ocupa-se dos procedimentos propriamente lingüísticos responsáveis pela textualização e que presidem as práticas lingüísticas.

Este primeiro número da citada coleção conta também com a colaboração de outras duas pesquisadoras convidadas e sobejamente reconhecidas entre aqueles que têm desde longa data se dedicado aos estudos enunciativos: Renata Coelho Marchezan e Leonor Lopes Fávero que assina um texto com Márcia A. G. Molina.

Abre o livro o texto de Ana Cristina Carmelino – "Reflexões acerca do gênero: diálogo entre metodologias de análise" –, que apresenta as reflexões da pesquisadora sobre a noção de gênero, especialmente da maneira como vem sendo investigada na linha de pensamento do filósofo da linguagem Mikhail Bakhtin e na perspectiva interacionista

sociodiscursiva de Jean-Paul Bronckart. Compreendendo os gêneros do discurso do ponto de vista das macroestruturas textuais, busca-se estudar e analisar a(s) forma(s) com que se relacionam as estruturas composicionais, o estilo e as opções léxico-sintático-morfológicas.

O texto assinado pelas pesquisadoras Edna Maria Fernandes dos Santos Nascimento e Vera Lucia Rodella Abriata – "Busca da fonte da eterna juventude" – parte do pressuposto da teoria greimasiana de que o texto constrói seu enunciador e seu enunciatário e se dedica ao estudo de textos publicitários verbo-visuais publicados em duas décadas, 1956 e 2006, investigando o imaginário de mulher que neles se constrói no espaço de 50 anos, delineando qual o *ethos* do enunciador.

Juscelino Pernambuco, em "Clarice Lispector: o texto, a leitura e a crítica literária", examina diferentes leituras que a obra de Clarice Lispector tem abrigado, alentado e enfrentado. O autor destaca, nesse domínio, as leituras de *A hora da estrela* e assume como trilha a reflexão sobre a linguagem que o texto apresenta, analisando-a com base no pensamento bakhtiniano. O pesquisador alia também ao seu texto a preocupação com a formação de leitores, ao propor que o ensino de literatura seja ministrado como atividade de crítica literária.

Leonor Lopes Fávero, professora da PUC/SP e da USP, pesquisadora em Lingüística Textual desde os anos 1980, e Márcia A. G. Molina, da Universidade de Santo Amaro e Centro Universitário de Santo André, no artigo "A Crônica: uma leitura textual-discursiva", refletem sobre o gênero crônica à luz da Análise da Conversação, da Sociolingüística Interacional e da História Cultural. Partindo da crônica de Lima Barreto, do início do século XX, *Quase doutor*, e fazendo uso de uma crônica de Carlos Eduardo Novaes, do último quartel do mesmo século, *Regreção da Redassão*, para estabelecer o contraponto, mostram que, embora sejam os mesmos o tema e o enfoque do autor, infiltrados no texto, a forma de tratamento desse tema é diferente, em virtude do contexto social e político em que foram produzidas.

Na perspectiva da Nova Retórica, Luiz Antonio Ferreira, no texto "Dá Nela! Dá Nela! A retórica das paixões e a constituição do *ethos*

feminino na música popular brasileira", analisa as marcas lingüísticas e os movimentos retóricos que enunciam e revelam as paixões e o caráter identitário feminino. Concebe que a língua em funcionamento congrega inúmeros recursos persuasivos, mobilizados para a consecução de um determinado fim, que história, ética, moral e memória se interpenetram na constituição textual, movimentam as paixões humanas, revolucionam e sedimentam, de um modo ou outro, o caráter identitário de uma nação.

No texto "A prosódia como instrumento de persuasão", Maria Flávia de Figueiredo Pereira Bollela analisa *corpus* constituído por textos religiosos averiguando de que modo os elementos prosódicos corroboram os elementos textuais na construção da persuasão.

Maria Regina Momesso de Oliveira, no texto "Práticas de discurso e de leitura em *blogs* jornalísticos", reflete sobre as práticas identitárias presentes nos textos de *weblogs* jornalísticos, elegendo como sustentação teórica as idéias foucaultianas. A análise se debruça sobre as formas de constituição do "eu", as relações entre o "eu" e o "outro", verificando o surgimento de um novo espaço identitário e de subjetivação nesse novo gênero de discurso.

Na perspectiva da AD francesa, o texto intitulado "Discurso e comunicação: a constituição discursiva da imprensa brasileira", assinado por Maria Silvia Olivi Louzada, investiga em discursos produzidos pela imprensa periódica brasileira como essa prática social fomenta a formação da opinião pública e interfere nos destinos do povo, contribuindo em larga medida para a transformação do poder. Em *corpus* constituído por exemplares da revista *Exame*, investiga a constituição de identidade/alteridade, o jogo cenográfico e as representações desse processo enunciativo.

Marina Célia Mendonça assina o texto denominado "Estudos bakhtinianos e análise do discurso francesa", em que estabelece alguns pontos de articulação e de distanciamento entre os chamados estudos bakhtinianos, cuja centralidade está nas relações entre linguagem, diálogo e alteridade, e a análise do discurso de linha francesa.

Renata Coelho Marchezan, pesquisadora da Unesp de Araraquara, assina o texto "Textos de opinião: modos de presença, modos de agir", refletindo sobre a problemática enunciativa sob a perspectiva da semiótica greimasiana. Seu objeto de análise é o texto de Marilena Chauí, "A disputa simbólica", publicado na coluna Tendências / debates, da *Folha de S. Paulo,* de 18/2/2004, período em que figurava nas manchetes dos jornais o que ficou conhecido como "caso Waldomiro".

A articulação entre as duas linhas de pesquisa do mestrado em Lingüística da Unifran se dá pela problematização do processo enunciativo sob diferentes perspectivas teóricas, o que permite abordar a variabilidade discursiva e/ou textual, enfocando a organização do universo discursivo ou desdobrando-se para a ordenação do domínio textual em diferentes gêneros.

Os textos aqui apresentados discutem os temas dessa dupla linha de pesquisa e, como se anunciou, pretendem ser uma primeira publicação da Coleção Mestrado em Lingüística dos docentes pesquisadores do Grupo de Texto e Discurso – GTEDI recentemente criado na Unifran e certificado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento e Pesquisa (CNPq).

O objeto de estudo dos textos que compõem esta obra, portanto, é múltiplo: a linguagem literária/não-literária, a linguagem impressa, a digital, a publicitária, assim como os seus construtos teóricos. Entende-se que esse conjunto de textos aqui reunidos expressa as atuais reflexões dos pesquisadores nomeados, organizando-se em torno de diferentes temas e respeitando a diversidade teórica e metodológica das pesquisas individuais, que, entendemos, são enriquecedores das discussões conjuntas.

Edna Maria Fernandes dos Santos Nascimento
Maria Regina Momesso de Oliveira
Maria Silvia Olivi Louzada

Sumário

APRESENTAÇÃO 3

REFLEXÕES ACERCA DO GÊNERO: DIÁLOGO ENTRE METODOLOGIAS DE ANÁLISE – *Ana Cristina Carmelino* 9

BUSCA DA FONTE DA ETERNA JUVENTUDE – *Edna Maria Fernandes dos Santos Nascimento* e *Vera Lúcia Rodella Abriata* 31

CLARICE LISPECTOR: O TEXTO, A LEITURA E A CRÍTICA LITERÁRIA – *Juscelino Pernambuco* 51

A CRÔNICA: UMA LEITURA TEXTUAL-DISCURSIVA – *Leonor Lopes Fávero e Márcia A. G. Molina* 71

DÁ NELA! DÁ NELA! A RETÓRICA DAS PAIXÕES E A CONSTITUIÇÃO DO *ETHOS* FEMININO NA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA – *Luiz Antonio Ferreira* 95

A PROSÓDIA COMO INSTRUMENTO DE PERSUASÃO – *Maria Flávia de Figueiredo Pereira Bollela* 113

PRÁTICAS DE DISCURSO E DE LEITURA EM *BLOGS* JORNALÍSTICOS – *Maria Regina Momesso de Oliveira* 129

DISCURSO E COMUNICAÇÃO: A CONSTITUIÇÃO DISCURSIVA DA IMPRENSA BRASILEIRA – *Maria Silvia Olivi Louzada* 147

ESTUDOS BAKHTINIANOS E ANÁLISE DO DISCURSO FRANCESA – *Marina Célia Mendonça* 169

TEXTOS DE OPINIÃO: MODOS DE PRESENÇA, MODOS DE AGIR – *Renata Coelho Marchezan* 183

Reflexões acerca do gênero: diálogo entre metodologias de análise

Ana Cristina Carmelino

Os estudos sobre os gêneros, no Brasil, se intensificaram especialmente após a publicação dos PCNs (BRASIL, 1998, 1999, 2002)[1], que propuseram uma reforma na educação: "as atividades de ensino deveriam contemplar a diversidade de textos e de gêneros"[2].

No entanto, convém salientar que a preocupação com esse tema é antiga, como bem esclarecem Charaudeau e Maingueneau (2004):

> a noção de gênero remonta à Antiguidade. Volta-se a encontrá-la na tradição da crítica literária que assim classifica as produções escritas segundo certas características; no uso corrente, no qual ela é um meio para o indivíduo localizar-se no conjunto das produções textuais; finalmente, mas ainda submetida a debates, nas análises de discurso e análises textuais (p. 249).

A diversidade de campos do saber voltados à questão do gênero tem resultado numa variedade de arcabouços teóricos, constituindo um mosaico de abordagens, tipologias e metodologias de análise – que

1. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) constituem documentos que buscam contribuir para a implementação das reformas educacionais definidas pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, 1996) e regulamentadas por Diretrizes do Conselho Nacional de Educação.

2. Segundo assumem os PCNs (BRASIL, 1998, p. 23), "os textos organizam-se sempre dentro de certas restrições de natureza temática, composicional e estilística, que os caracterizam como pertencentes a este ou aquele gêneros. Desse modo, a noção de gênero, constitutiva do texto, precisa ser tomada como objeto de ensino".

buscam a melhor maneira de explicar o uso da linguagem em termos de contextos e práticas sociais específicos – e, conseqüentemente, numa diversidade de publicações sobre o assunto.

Uma publicação recente, organizada por Meurer, Bonini e Motta-Roth (2005), merece atenção especial por fazer um levantamento crítico do conteúdo teórico e metodológico de diferentes abordagens neste campo de estudos. A partir do mapeamento dos principais conceitos e explicações sobre o tópico, os autores chegam a conclusões importantes, como a de que:

> o gênero passou a ser uma noção central na definição da própria linguagem. É um fenômeno que se localiza entre a língua, o discurso e as estruturas sociais, possibilitando diálogos entre teóricos e pesquisadores de diferentes campos e, ao mesmo tempo, trazendo elementos conceituais viabilizadores de uma ampla revisão de todo o aparato teórico da lingüística (p. 8).

Os vários pontos de vista acerca do assunto revelam a complexidade da noção dos gêneros, que pode ser observada a partir de uma terminologia extremamente diversa, uma vez que alguns falam de *gêneros de discurso*, outros de *gêneros de textos*[3].

É notável que, para definir essa noção, os estudiosos ora levam em conta, de modo preferencial, a ancoragem social do discurso, ora sua natureza comunicacional, ora as regularidades composicionais dos textos, ora as características formais dos textos produzidos. Podemos, então, pensar que esses diferentes aspectos estão ligados, o que cria, aliás, afinidades em torno de duas orientações principais: aquela que está mais voltada para os textos, justificando a denominação gêneros de texto, e a mais voltada para as condições de produção do discurso, que justifica a denominação gêneros do discurso.

3. Conforme ressaltam Charaudeau e Maingueneau (2004, p. 251), "Adam opõe 'gêneros' e 'tipos de textos' (1999); Bronckart opõe 'gêneros de textos e tipos de discurso' (1996); Maingueneau distingue, em relações de encaixamento, 'tipo de texto', 'hipergênero' e 'gênero de discurso' (1998); Charaudeau distingue 'gêneros e subgêneros situacionais' e, no interior desses, variantes de gêneros de discurso (2001)".

Diante desse contexto, perguntamo-nos qual a melhor proposta de caracterização e compreensão de gêneros. Ou melhor, qual o modelo mais adequado para fundamentar nossas pesquisas.

Consciente das diversas abordagens sobre gêneros – que tanto aproximam suas propostas, privilegiando o caráter social e discursivo da linguagem; quanto as afastam, adotando pontos de vista e conceitos-chave distintos – não pretendemos, aqui, discorrer sobre cada uma dessas perspectivas, mesmo porque muitos autores já o fizeram. Nosso objetivo é justificar as propostas por nós adotadas, para que a partir delas possamos não só desenvolver nossas pesquisas, mas, sobretudo, contribuir para a caracterização e a compreensão do funcionamento de diferentes gêneros.

As leituras e discussões sobre o assunto nos levam a refletir que, dentre os vários modelos de análise de gêneros, não há um único estável e definitivo. Desse modo, preferimos não adotar "o modelo" de análise, segundo uma teoria ou autor, mas sim algumas propostas que fazem parte de diferentes modelos. Acreditamos, portanto, em uma teoria integrada de gêneros, no diálogo entre metodologias e não na oposição entre esses estudos.

Esclarecendo essas questões, podemos dizer que nossas pesquisas procuram refletir sobre a noção de gêneros do discurso, especialmente da maneira como vem sendo investigada na linha de pensamento do filósofo da linguagem Mikhail Bakhtin (2000) e na perspectiva interacionista sociodiscursiva de Jean-Paul Bronckart (1999). Apostamos no diálogo entre tais abordagens, uma vez que ambas se atêm ao caráter social da linguagem e contemplam a noção de gênero como ação social, ou seja, insistem no caráter social dos fatos da linguagem considerando o texto como o produto da interação social, em que cada palavra é definida como produto de trocas sociais.

Assim, é no contexto sociointerativo que os gêneros se constituem como ações sociodiscursivas para agir sobre o mundo e dizer o mundo, constituindo-o de algum modo.

Compreendendo os gêneros do ponto de vista das macroestruturas textuais, buscaremos estudar e analisar a(s) forma(s) com que se rela-

cionam as estruturas composicionais, a natureza temática e as opções léxico-sintático-morfológicas. Além disso, gostaríamos de acrescentar que nossos estudos nos têm revelado um outro dado capaz de nos ajudar a compreender o funcionamento dos gêneros: a quantidade de informação implicitada e explicitada nessas práticas sociais.

BAKHTIN E BRONCKART: UM DIÁLOGO POSSÍVEL

Sabemos que a noção de gêneros do discurso de Bakhtin, amplamente citada por todos os estudiosos do campo, permeia vários de seus trabalhos; no entanto, em "Os gêneros do discurso", adendo em *Estética da criação verbal* [1953] (2000), o autor se dedica à questão geral dos gêneros, definindo-os como "tipos relativamente estáveis de enunciados" (p. 279). Tais tipos são histórica e socialmente marcados, visto relacionarem-se diretamente às diferentes situações sociais, que por sua vez os determinam com características temáticas, composicionais e estilísticas. É o que podemos observar a partir das seguintes considerações do autor:

> Todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua. Não é de surpreender que o caráter e os modos dessa utilização sejam tão variados como as próprias esferas da atividade humana (…). O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua – recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais –, mas também, e sobretudo, por sua construção composicional (p. 279).

Convém esclarecer que o "tipo de enunciado", mencionado por Bakhtin, não corresponde à expressão *tipo textual* (*seqüências textuais*)[4], usada por alguns autores, como Adam (1992). Refere-se, contudo, como observa Rodrigues (2005, p. 164), a uma "tipificação social de enunciados que apresentam certos traços (regularidades) comuns, que se constituíram

4. As seqüências textuais correspondem a possíveis formas de planificação do conteúdo, distribuindo-se em alguns tipos (narrativa, argumentativa, descritiva, explicativa e dialogal), os quais serão detalhados a seguir.

historicamente nas atividades humanas, em situação de interação relativamente estável, e que é reconhecida pelos falantes". Nota-se, portanto, que os gêneros são vistos a partir de sua historicidade (não são unidades convencionais) e são correlacionados ao enunciado, como os que apresentam as mesmas características: social, discursiva e dialógica.

Ao correlacionar os gêneros às esferas da atividade humana, Bakhtin deixa clara sua posição quanto à constituição e ao funcionamento do gênero: que se liga muito mais a uma situação social de interação do que às propriedades formais. Mas sabemos, tomando como base parte da citação acima ("seleção operada nos recursos da língua – recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais"), que o autor não despreza a forma, mesmo porque reforça essa idéia ao asseverar que "o estudo da natureza do enunciado e dos gêneros do discurso (...) em sua qualidade de unidade real da comunicação verbal, também deve permitir compreender melhor a natureza das unidades da língua (da língua como sistema): as palavras e as orações" (p. 287).

A proposta dos gêneros do discurso de Bakhtin não é reduzida a um conjunto de traços textuais, como se pode pensar à primeira vista. O autor também salienta o papel do locutor no uso e na construção dos sentidos, como se verifica a partir de:

> o querer-dizer do locutor se realiza acima de tudo na escolha de um gênero do discurso. Essa escolha é determinada em função da especificidade de uma dada esfera da comunicação verbal, das necessidades de uma temática (do objeto do sentido) do conjunto constituído dos parceiros, etc. Depois disso, *o intuito discursivo do locutor, sem que este renuncie à sua individualidade e à sua subjetividade*, adapta-se e ajusta-se na forma do gênero determinado (p. 301)[5].

Em resumo, as dimensões constitutivas do gênero são a natureza temática, o estilo e a estrutura composicional. O *conteúdo temático* refere-se ao objeto do discurso, à finalidade discursiva (orientação de sentido para o próprio discurso e os participantes da interação). O *estilo*,

5. Grifo nosso.

vinculado a unidades temáticas determinadas e a unidades composicionais, diz respeito ao uso típico dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua. Já a *composição* se refere ao tipo de estruturação e de conclusão de um todo e ao tipo de relação dos participantes da comunicação verbal (com o ouvinte, com o leitor, com o interlocutor, com o discurso do outro), ou seja, a construção composicional é responsável pelo acabamento da unidade de comunicação verbal, possibilitando ao interlocutor inferir a totalidade da estrutura do gênero.

O estilo, segundo Bakhtin, não é o elemento principal da forma, uma vez que "as mudanças históricas dos estilos da língua são indissociáveis das mudanças que se efetuaram nos gêneros do discurso" (p. 285).

Após analisar as formas de se estudar os gêneros, que encobriam a natureza lingüística do enunciado (já que na Antigüidade, época na qual se estudavam os gêneros retóricos, privilegiava-se a natureza verbal do enunciado e seus princípios constitutivos; e nos estudos dos gêneros do discurso cotidiano, enfocava-se a especificidade do discurso cotidiano oral, operando com enunciados primitivos), Bakhtin estabelece a distinção entre o gênero do discurso *primário* (simples) e o gênero de discurso *secundário* (complexo). Os gêneros primários são constituídos por aqueles da vida cotidiana (em circunstância de comunicação espontânea), mantendo uma relação imediata com as situações nas quais são produzidos. Os gêneros secundários aparecem nas circunstâncias de uma troca cultural (principalmente escrita)[6] – artística, científica, sociopolítica – mais complexa e relativamente mais evoluída. Segundo o autor, os gêneros secundários, durante seu processo de formação, absorvem e transmutam os gêneros primários. Por fim, esclarece, então, que a natureza do enunciado está na inter-relação entre os gêneros primários e secundários e no processo histórico de formação dos gêneros secundários.

Assim, verificamos que a distinção entre os gêneros primários e secundários não se assenta na diferença funcional dos gêneros, mas

6. É importante salientar que o papel da escrita, na composição dos gêneros secundários, pode ser compreendido como uma das condições para o surgimento e o desenvolvimento das esferas sociais formalizadas.

na concepção socioideológica da linguagem, já que é histórica. Há as ideologias do cotidiano e as ideologias estabilizadas e formalizadas.

Quanto às características dos gêneros secundários, depreendemos que eles absorvem e reelaboram diversos gêneros primários, nascem de hibridismos de outros gêneros, primários ou não, e costumam "representar" diferentes formas da interação cotidiana, pela incorporação de gêneros primários.

Ainda no que diz respeito às propostas do filósofo Bakhtin (2000), destacamos o fato de que o domínio de vários gêneros de discurso é um fator de considerável economia cognitiva[7] e o fato de que os gêneros apresentam uma relativa estabilidade, uma vez que, sendo esferas sociais, consistem em fenômenos sócio-históricos sempre em mudança[8]. Assim, os gêneros do discurso são as correias de transmissão entre a história da sociedade e a história da linguagem.

Em se tratando das concepções de Bronckart (1999), convém esclarecer que o autor não toma os gêneros como unidade de análise, mas as ações verbais (agir verbal) e não-verbais (agir geral). Um dos temas centrais na perspectiva interacionista sociodiscursiva[9], teoria a

7. "Aprendemos a moldar nossa fala pelas formas do gênero e, ao ouvir a fala do outro, sabemos logo, desde as primeiras palavras, descobrir seu gênero, adivinhar seu volume, a estrutura composicional usada, prever o final, em outras palavras, desde o início somos sensíveis ao todo discursivo (...) Se os gêneros de discurso não existissem e se não tivéssemos o domínio deles e fôssemos obrigados a inventá-los a cada vez no processo da fala, se fôssemos obrigados a construir cada um de nossos enunciados, a troca verbal seria impossível" (1992, p. 302).

8. "A riqueza e a variedade dos gêneros são infinitas, pois a variedade virtual da atividade humana é inesgotável, e cada esfera dessa atividade comporta um repertório de gêneros do discurso que vai diferenciando-se e ampliando-se à medida que a própria esfera se desenvolve e fica mais complexa. Cumpre salientar de um modo especial a heterogeneidade dos gêneros do discurso (orais e escritos)" (p. 279).

9. O interacionismo sociodiscursivo postula que o problema da linguagem é absolutamente central para a ciência do humano, visando demonstrar que as "práticas linguageiras situadas são instrumentos principais do desenvolvimento humano, tanto em relação aos conhecimentos e aos saberes quanto em relação às capacidades do agir e da identidade das pessoas" (BRONCKART, 2006, p. 10).

que o autor se filia, é o de ação de linguagem, conceituada como uma "ação humana (...) que consiste no conhecimento disponível em um organismo ativo sobre as diferentes facetas de sua própria responsabilidade na intervenção verbal" (p. 99).

Ressaltamos também que as suas propostas e conceitos se voltam para um modelo de análise de textos e não de gêneros, mas que, conforme veremos, integrado às propostas de Bakhtin (2000), pode ser perfeitamente útil para a análise e caracterização de diferentes gêneros.

Diferentemente da terminologia adotada por Bakhtin, Bronckart opta por gênero de texto, definindo-o como:

> na escala sócio-histórica, os textos são produtos da atividade de linguagem em funcionamento permanente nas formações sociais: em função de seus objetivos, interesses e questões específicas, essas formações elaboram diferentes espécies de textos, que apresentam características relativamente estáveis (justificando-se que sejam chamadas de *gêneros de texto*) e que ficam disponíveis no intertexto como modelos indexados, para os contemporâneos e para as gerações posteriores (BRONCKART, 1999, p. 137).

Notamos que esse conceito de gênero de texto bem como o de Bronckart (2006, p. 143) – a saber "produtos de configurações de escolhas que se encontram momentaneamente 'cristalizados' pelo uso" – apresentam pontos em comum com a definição de Bakhtin, que o considera "tipos relativamente estáveis de enunciados".

Do mesmo modo que Bakhtin, Bronckart (2006) reconhece que os gêneros mudam com o passar do tempo, já que as práticas de linguagem nas quais eles existem podem mudar. Citemos como exemplo a carta, hoje comumente substituída pelo *e-mail*. Sendo assim, de acordo com ele, é impossível se pensar a classificação estável e definitiva dos gêneros.

A fim de tornar mais claras suas considerações, formalizando seu mo-

delo de análise de textos, Bronckart (1999) distingue gênero de texto dos tipos de discurso e dos tipos de seqüências[10], conforme veremos a seguir.

Os tipos de discurso são unidades lingüísticas que são identificáveis nos textos – mas não constituem textos por si mesmos – e que "traduzem a criação de mundos discursivos específicos, sendo esses tipos articulados entre si por mecanismos de textualização e por mecanismos enunciativos" (BRONCKART, 1999, p. 149). Essa classificação, herdeira das reflexões de Benveniste (1976) e de Weinrich (1973)[11], se baseia na materialidade lingüística.

Para classificar os diferentes tipos de discurso, Bronckart reanalisa as operações que esses tipos subentendem, fazendo intervir duas decisões binárias: a de *conjunção-disjunção*, quando o conteúdo temático verbalizado é concomitante ao momento da produção do agente (ordem do narrar) ou não (ordem do expor); e a de *implicação-autonomia*, quando há explicitação ou não do agente-produtor, interlocutor e situação de espaço-tempo. O cruzamento do resultado dessas decisões produz quatro "atitudes de locução", chamadas de mundos discursivos: narrar implicado, narrar autônomo, expor implicado e expor autônomo.

Após se aprofundar nas operações subjacentes aos planos enunciativos e nas propriedades lingüísticas que exprimem esses mundos, o autor identifica quatro tipos de discurso, a saber:

a) *interativo*: apresenta-se sob forma de diálogo ou monólogo (produzido oralmente ou por escrito) e caracteriza-se pela presença, principalmente, de: unidades que remetem à própria interação verbal (real ou encenada) e ao caráter conjunto-implicado do mundo discursivo criado; tempos verbais que implicam os participantes da interação e os conteúdos verbalizados como concomitantes ao momento da produção (presente, pretérito perfeito do indicativo e futuro perifrástico); dêiticos temporais e espaciais; formas verbais, nomes,

10. A terminologia varia entre os estudiosos do campo em tipos textuais, seqüências textuais e seqüências tipológicas.

11. Benveniste (1976) considera a situação de enunciação para poder explicar o lingüístico (plano da história e plano do discurso) e Weinrich (1973) propõe os tempos do comentário e tempos da narração.

adjetivos e pronomes que remetem à 1ª e à 2ª pessoa do singular ou plural; auxiliares de modo; e frases não declarativas (interrogativas, imperativas, exclamativas);

b) *teórico*: apresenta-se monologado e escrito e caracteriza-se pela presença de: unidades que remetem ao caráter conjunto-autônomo do mundo discursivo criado; verbos no presente e pretérito perfeito do indicativo (com valor genérico); formas verbais na 1ª pessoa do plural (que remetem a interações verbais gerais); organizadores lógico-argumentativos; modalizações lógicas; frases declarativas e passivas; e procedimentos metatextuais (como o uso de aspas, travessão, itálico), de referência intertextual e intratextual;

c) *relato interativo*: apresenta-se monologado em uma situação de interação (real ou encenada) e caracteriza-se pela presença de: unidades que remetem ao caráter disjunto-implicado do mundo discursivo criado; verbos no pretérito perfeito e imperfeito do indicativo (associados ao mais-que-perfeito, futuro do presente e futuro do pretérito); organizadores temporais; adjetivos e pronomes que remetem à 1ª e à 2ª pessoa do singular ou plural; e frases declarativas;

d) *narração*: apresenta-se monologado e, geralmente, escrito e caracteriza-se pela presença de: unidades que remetem ao caráter disjunto-autônomo do mundo discursivo criado; verbos no pretérito perfeito e imperfeito do indicativo (associados ao mais-que-perfeito e futuro do pretérito); organizadores espaçotemporais; e frases declarativas.

Bronckart (1999, p. 190-207) salienta que os tipos de discurso podem sofrer variações (como no caso do tipo de discurso teórico – caracterizado por tender à autonomia, ou seja, por não apresentar o agente-produtor, interlocutor e situação de espaço-tempo –, que apresenta diferentes graus de autonomia, como fica claro nos gêneros monografia científica e dicionário, visto que no dicionário a autonomia é absoluta); podem fundir-se a outro tipo (como ocorre no gênero intervenção científica, que apresenta as características tanto do tipo de discurso interativo como do teórico); e podem mesclar-se em um só texto (como nos gêneros romance e conto, que podem apresentar todos os tipos de discurso).

Assim, só é possível falar em tipo de discurso narração, teórico, interativo ou relato interativo, considerando-se a predominância de um deles em determinado texto ou gênero. A exemplo disso, verificamos que o tipo discursivo narração se realiza no gênero autobiografia, posto que se pode projetar sobre a totalidade desse gênero um esquema interpretativo proveniente do conhecimento que temos do tipo discursivo narrativo e de seus efeitos.

De acordo com Machado (apud MEURER, 2005), que faz uma releitura das obras de Bronckart, os tipos de discurso constituem uma das características dos gêneros de texto; por isso podemos dizer que constituem um critério – não exclusivo – para classificar gêneros de textos.

Um outro elemento que ajuda na classificação dos gêneros, proposto por Jean-Michel Adam (1992)[12] e adotado por Bronckart (1999), é a noção seqüência (tipo de seqüência), definida por este autor como macroestrutura disponível simultaneamente na memória que se desenvolve em diversas formas de organização linear (como plano, esquemas), constituindo um total de seis tipos:

a) *narrativa:* sustentada por uma intriga (tensão e resolução de tensão), mobiliza personagens em acontecimento organizado no eixo sucessivo. Caracteriza-se pelas fases: situação inicial, complicação, ações desencadeadas, resoluções, situação final, avaliação e moral;

b) *descritiva*: apresenta fases que se combinam e se encaixam não em uma ordem hierárquica. São elas: ancoragem (tema-título no início); aspectualização (enumeração de diversos aspectos do tema-título); relacionamento (elementos descritos assimilados a outros pela comparação ou metaforização) e reformulação;

c) *explicativa*: refere-se ao raciocínio que se origina na constatação de um fenômeno incontestável. Suas fases são: constatação inicial, problematização (questão), resolução (resposta) e conclusão-avaliação;

12. Os tipos de seqüências são unidades estruturais relativamente autônomas, que integram e organizam macroproposições, que, por sua vez, combinam diversas proposições, podendo a organização linear do texto ser concebida como o produto da combinação e da articulação de diferentes tipos de seqüências (ADAM, 1992).

d) *argumentativa*: convence o destinatário da validade do posicionamento do produtor. Apresenta como fases: premissas (constatação de partida); argumentos (como os lugares-comuns, regras, exemplos, que orientam para a conclusão); contra-argumentos (restrição à orientação argumentativa) e conclusão (integração dos argumentos e contra-argumentos);

e) *injuntiva*: faz o destinatário agir de certo modo ou em certa direção. Apresenta-se sob a forma de enumeração de ações temporalmente subseqüentes;

f) *dialogal*: quando os actantes estão efetivamente engajados em uma conversação. As fases podem ser: abertura (interactantes entram em contato), transacional (construção do conteúdo temático da interação verbal) e encerramento (fim da interação).

Tanto os tipos de discurso quanto os tipos de seqüência se baseiam em propriedades lingüísticas internas, por isso não podem ser critérios suficientes para definir ou classificar gêneros. No entanto, comprovando-se sua ocorrência nos textos, verificamos que tais conceitos se constituem em ferramentas importantes para entendermos os diferentes gêneros.

Considerando uma teoria de análise de texto, como já mencionamos anteriormente, Bronckart, em sua proposta, discorre sobre as condições de produção dos textos. Entendemos que essas condições também podem auxiliar na compreensão de como os diferentes gêneros são estruturados (uma vez que eles são configurações dos mecanismos estruturais) e, ainda, podem ampliar a dimensão estilística explorada por Bakhtin (2000). Assim, achamos conveniente a apresentação de uma síntese dessas questões.

De acordo com Bronckart, para produzir um texto, o agente, em situação de ação de linguagem, deve mobilizar algumas de suas representações quanto ao contexto de produção textual (que se refere à situação de interação ou de comunicação na qual o agente-produtor julga se encontrar) e ao conteúdo temático (que faz alusão aos temas que são verbalizados no texto e influenciam os aspectos locucionais da organização textual).

O contexto de produção verbal consiste em um conjunto dos parâmetros que podem exercer uma influência sobre a organização dos textos (condições climáticas, estado emocional, por exemplo). Esses parâmetros se referem tanto ao quadro físico da ação (parâmetros objetivos) quanto ao quadro social e subjetivo da ação verbal (parâmetros sócio-subjetivos).

O quadro físico da ação é definido não só pelo lugar de produção (o lugar físico em que o texto é produzido), mas também pelo momento de produção (a extensão do tempo durante a qual o texto é produzido), pelo emissor/produtor/locutor (pessoa que produz fisicamente o texto, podendo essa produção ser efetuada na modalidade oral ou escrita) e pelo receptor (pessoa que pode receber concretamente o texto).

Já o quadro sócio-subjetivo da ação verbal é constituído pelo lugar social (o texto é produzido no quadro de uma formação social, de uma instituição – escola, família, mídia, por exemplo), pela posição social do emissor/estatuto de enunciador (o papel social que o emissor desempenha na interação em curso – como de professor, pai, cliente, amigo), pela posição social do receptor/estatuto de destinatário (o papel social atribuído ao receptor do texto – como de aluno, criança, colega, subordinado, amigo), bem como pelo tipo de interação social em jogo (o qual se refere aos efeitos que o texto pode produzir no destinatário).

O conteúdo temático diz respeito ao conjunto das informações que são explicitamente apresentadas em um texto (conhecimentos que variam em função da experiência e do nível de desenvolvimento do agente e que estão estocados e organizados em sua memória, antes de desencadear a ação da linguagem).

Em termos de organização interna (ou arquitetura textual), Bronckart (1999; 2006) observa que um texto se organiza em três camadas superpostas e interativas, a saber:

1) Infra-estrutura – camada mais profunda definida por

a) *planejamento geral do conteúdo temático*: visível no processo de

leitura, que pode ser codificado em um resumo, trata-se da organização do conjunto do conteúdo temático;

b) *tipos de discurso*: são os diferentes segmentos (teórico, narração, interativo e relato interativo) que o texto comporta; eles organizam as relações entre as coordenadas do mundo vivido de um agente, as de sua situação de ação e as dos mundos construídos coletivamente;

c) *articulações entre tipos de discurso*: consistem na dependência de um segmento em relação ao outro e na fusão de dois tipos de discurso diferentes em um mesmo segmento;

d) *tipos de seqüência*: são os modos de planificação de linguagem, denominadas de seqüência narrativa, explicativa, argumentativa, dialogal, descritiva e injuntiva.

2) Mecanismos de textualização: formados pelos

a) *mecanismos de conexão*: contribuem para marcar as articulações da progressão temática; realizam-se por meio dos organizadores textuais, que se aplicam ao plano geral do texto, às transições entre tipos de discurso e entre as fases de uma seqüência ou às articulações entre frases sintáticas;

b) *mecanismos de coesão nominal*: introduzem temas e/ou personagens novos, assegurando sua retomada ou sua continuidade na seqüência do texto; são realizados pela organização de unidades e estruturas anafóricas;

c) *mecanismos de coesão verbal*: asseguram a organização temporal e/ou hierárquica dos processos (estados, acontecimentos ou ações) verbalizados no texto; são realizados pelos tempos verbais em interação com outras unidades que têm valor temporal, como advérbios; sua distribuição depende dos tipos de discurso nos quais ocorrem.

3) Mecanismos enunciativos – camada mais superficial constituída por

a) *posicionamentos enunciativos e vozes*: são as instâncias que assumem o que é enunciado no texto e as vozes que ali se expressam (voz do autor principal; vozes sociais; vozes das personagens);

b) *modalizações*: servem para explicitar as avaliações, as opiniões, os julgamentos e os sentimentos sobre alguns aspectos do conteúdo temático; são conhecidas como *lógicas* (julgamento sobre o valor de verdade das proposições enunciadas – certas, possíveis, prováveis, improváveis); *deônticas* (avaliação do que é enunciado à luz dos valores sociais – fatos que são permitidos, proibidos, necessários); *apreciativas* (julgamento subjetivo – fatos bons, maus, estranhos); e *pragmáticas* (julgamento sobre a responsabilidade de uma personagem, sobre sua capacidade de ação, intenção e razão. Realizam-se por meio das modalidades: tempo verbal no futuro do pretérito, auxiliares de modalização, certos advérbios, certas frases impessoais.

Em síntese, podemos dizer que, segundo Bronckart, uma ação de linguagem exige do agente produtor uma série de decisões que ele necessita ter competência para executar. Tais decisões referem-se, em primeiro lugar, à escolha do gênero mais adequado, além de outras relativas ao contexto de produção, ao conteúdo temático e à organização interna dos textos, considerando-se, portanto, a constituição dos mundos discursivos, a organização seqüencial do conteúdo temático e a seleção de mecanismos de textualização e de mecanismos enunciativos.

Comparando-se as duas propostas – a de Bakhtin (2000) e a de Bronckart (1999, 2006) –, verificamos que tanto uma como outra mencionam a questão do conteúdo temático. As condições de produção dos textos, tratadas por Bronckart, especialmente quanto à organização interna dos textos, vêm complementar a dimensão estilística proposta por Bakhtin, no que tange ao uso dos recursos lexicais fraseológicos e gramaticais da língua. Um outro paralelo pode ser traçado em relação ao contexto de produção (Bronckart) e a estrutura composicional (Bakhtin).

A distinção entre essas perspectivas fundamenta-se no fato de que Bronckart enfatiza mais questões ligadas ao texto (estrutura textual) e à produção do sentido, enfatizando a ação de linguagem, enquanto

Bakhtin focaliza o enunciado (dimensão discursiva). Ao declarar que a unidade de fundamento do enunciado é histórica, demarca sua concepção socioideológica da linguagem. Acreditamos que as duas concepções podem contribuir na análise do objeto em foco.

Nenhum dos autores vê os gêneros apenas como um conjunto de traços textuais, ignorando os papéis dos indivíduos no uso e na construção de sentidos; nem os considera formas típicas prontas e imutáveis, posto que ambos reconhecem que muitos gêneros nada mais são do que extensões de outros preexistentes, como é o caso do *e-mail* e do *blog*.

Sabendo-se que a comunicação verbal só é possível por meio de algum gênero (do discurso ou textual), entendemos que a compreensão do uso e funcionamento dos diferentes gêneros se torna essencial. Assim, para um estudo mais detalhado de diferentes gêneros devemos considerar o diálogo entre critérios diversos.

ESTRATÉGIAS DE TEXTUALIZAÇÃO: O BALANCEAMENTO DO IMPLÍCITO E EXPLÍCITO

Por acreditarmos que a quantidade de informação implicitada e explicitada nos gêneros constitui um dado relevante para sua caracterização, com base especialmente em Koch (2003, 2005, 2006), discorreremos mais detidamente sobre o assunto.

O tratamento da linguagem, em termos de produção e de recepção, repousa na interação produtor-ouvinte/leitor, que se manifesta por uma antecipação e coordenação recíprocas, em dado contexto, de conhecimentos e estratégias cognitivas[13]. Desse modo, conforme Koch (2005), o sentido de um texto não depende apenas da estrutura

13. "As estratégias cognitivas consistem em estratégias do *uso* do conhecimento. E esse uso, em cada situação, depende dos objetivos do usuário, da quantidade de conhecimento disponível a partir do texto e do contexto, bem como de suas crenças, opiniões e atitudes, o que torna possível, no momento da compreensão, reconstruir não somente o sentido intencionado pelo produtor do texto, mas também outros sentidos, não previstos ou mesmo não desejados pelo produtor" (KOCH, 2003, p. 35).

textual e das informações explicitadas, há dados que se apresentam de forma lacunar, implícita. No processo de produção, o produtor pressupõe diversos conhecimentos por parte do leitor/ouvinte e orienta-se, muitas vezes, pelo princípio da economia.

Partindo dessas considerações, verificamos, então, que não há textos totalmente explícitos e a razão para isso é perfeitamente compreensível, uma vez que, durante a produção verbal, não só pressupomos partilhar conhecimentos, como também procuramos evitar o uso de informações redundantes.

Consciente disso, é preciso proceder ao balanceamento (equilíbrio) do que necessita ser explicitado textualmente e do que pode permanecer implícito, ou seja, coordenar o princípio da explicitude com o princípio da economia. Lembrando que este pode ser recuperável via contexto sociocognitivo (situação comunicativa, *scripts* sociais, conhecimentos intertextuais), inferenciação, pistas ou marcas presentes no texto para garantir a produção do sentido[14].

De acordo com Koch, na interação, há coordenação dos princípios de economia e de explicitude: o produtor verbaliza as unidades referenciais e as representações necessárias à compreensão e o ouvinte/leitor ativa todos os componentes e estratégias cognitivas que tem à disposição para dar ao texto uma interpretação dotada de sentido[15].

Dascal & Weizman (1987, apud KOCH, 2005) distinguem dois tipos de opacidade de um texto: a incompletude, que exige o recurso ao co-texto e ao contexto para o preenchimento de lacunas; e a indiretude, descompasso entre o que é expresso (informação explícita) e o pretendido (fatores como conhecimento de mundo, princípios comunicativos, condições de adequação).

14. Os dados cuja explicitação é necessária são os que não são do domínio do leitor/ouvinte, nem podem ser deduzidos a partir dos conhecimentos que o texto ativa.

15. A construção do sentido então se estabelece pela participação dos interlocutores, que não desprezam os elementos pragmáticos que interferem decisivamente na textualidade.

As relações entre informação explícita e conhecimentos pressupostos podem ser estabelecidas por "estratégias de sinalização" – recorrência ao contexto sociocognitivo. O texto fornece indícios (co-textuais ou contextuais) para a identificação da necessidade do preenchimento de lacunas e para a distinção entre opacidade e indiretude.

Podemos observar que as estratégias de balanceamento do explícito/implícito podem ser vistas tanto na escrita como na oralidade. Entretanto Koch ressalta que é um mito falar em explicitude do texto escrito e implicitude do texto falado, visto que ambos fazem uso de uma série de recursos visando à produção de sentido, como se verá a seguir.

Nystrand e Wiemelt (1991) verificam que há pistas importantes no texto escrito capazes de nos ajudar a captar o sentido pretendido que não se apresenta explicitado. Dentre elas, citemos os destaques, que aparecem das mais diversas formas, como aspas (que podem indicar ironia, ceticismo, distanciamento crítico), itálico, negrito, travessões, parênteses; os recursos gráficos (como a diagramação, localização do texto na página e no suporte/veículo, tipo de letra, caixa alta); a seleção lexical, de língua, registro; e as formas de tratamento.

As produções orais também apresentam marcas que levam a determinados sentidos não explicitados verbalmente na interação. Segundo Gumperz (1992), a prosódia (entonação, acento de intensidade, mudança de clave), os sinais paralingüísticos (como as pausas, hesitações, sobreposição de turno, tom, volume de voz, recorte silábico), a escolha do registro, a seleção lexical (expressões estereotipadas), a repetição, os gestos, expressões fisionômicas, movimento do corpo e olhos constituem pistas que podem indicar oposição, ironia, sarcasmo, ênfase, aborrecimento, entre outros.

Um outro mecanismo que funciona como uma estratégia de "balanceamento" do explícito/implícito é a intertextualidade. Como os modos de produção e recepção de um texto dependem do conhecimento que se tenha de outros textos com os quais ele, de alguma forma, se relaciona, pode-se dizer que o intertexto também é elemento decisivo das condições de produção.

Quanto à intertextualidade, gostaríamos de ressaltar que se trata de um recurso sujeito a imposições do lugar que ocupamos. Uma citação, a título de ilustração, sempre é feita de um lugar, por isso nem sempre citamos quem desejamos ou como desejamos. Constituem exemplos desse caso a monografia, a dissertação, a resenha acadêmica, gêneros que explicitam o intertexto como forma de garantir a verdade, atribuir autoridade à produção.

De acordo com Koch (2003), em sentido restrito, a intertextualidade pode ser explícita ou implícita. Explícita quando há citação expressa diretamente da fonte, como ocorre no discurso relatado, nas citações de referências e nas retomadas de texto do parceiro. Implícita quando não há citação expressa da fonte, cabendo ao interlocutor recuperá-la na memória para construir o sentido do texto, como acontece nas alusões, na paródia e em certos tipos de paráfrase e ironia.

A preocupação em tratar das estratégias do balanceamento do implícito /explícito se justifica pelo fato de que em nossas reflexões sobre a compreensão e caracterização de diferentes gêneros, temos nos deparado com questões do tipo: o que garante o efeito de humor em um gênero como a charge? Ou o que garante a clareza, a precisão nos artigos científicos? Acreditamos que a resposta a essas questões não se restringe apenas à organização interna do texto, ao conteúdo temático ou contexto de produção – critérios definidos anteriormente segundo as propostas dos teóricos adotados (Bakhtin e Bronckart). Há, segundo entendemos, algo a mais para se levar em conta: as estratégias do "balanceamento do explícito e implícito". Se não trabalharmos com a medida certa do implícito, não garantimos o efeito de humor nas charges, assim como não garantimos a clareza e a precisão nos artigos científicos, se não trabalharmos com a medida exata do explícito.

Assim, mesmo correndo o risco de descobrirmos que a questão da implicitude e explicitude das informações em nada pode ajudar na análise dos gêneros – uma vez que estamos no início de nossas pesquisas e ainda não temos resultados suficientes que fundamentem as primeiras considerações tecidas – aventuramo-nos a dizer que os diferentes gêneros se caracterizam também pela quantidade de informação implícita e explícita que trazem.

ELEMENTOS QUE PODEM CONTRIBUIR PARA A COMPREENSÃO DOS GÊNEROS: UMA SUGESTÃO METODOLÓGICA

Tendo reconhecido a necessidade da integração de algumas propostas para a análise de diferentes gêneros, gostaríamos de esclarecer que não temos a intenção de fornecer, neste momento, "o modelo de análise" (completo), mesmo porque entendemos a complexidade da ação humana e, portanto, dos gêneros. Pretendemos apenas apresentar, como sugestão, após refletirmos sobre o assunto, alguns elementos que podem ajudar na busca incessante de compreender e caracterizar as diferentes práticas sociocomunicativas, enfatizando que tais práticas não são objetos de uma classificação estável e definitiva.

A seguir, elencamos os elementos que poderão contribuir para a fundamentação de nossas pesquisas:

1) conteúdo temático

2) contexto de produção

a) contexto físico: lugar de produção e circulação; momento de produção e circulação; emissor; receptor; e suporte material

b) contexto sócio-subjetivo: lugar social; enunciador; destinatário; e objetivo(s) da interação

3) composição

a) infra-estrutura geral do texto: plano geral; tipos de discurso; e tipo de seqüência

b) mecanismos de textualização: conexão; coesão nominal; e coesão verbal

c) mecanismos enunciativos: posicionamentos enunciativos; vozes; e modalizações

d) itens lexicais mais freqüentes

4) balanceamento de informação implícita e/ou explícita

Entendemos que compreender os gêneros e seu funcionamento

dentro de um sistema, ou seja, nas suas relações com os indivíduos e nas circunstâncias para as quais eles são desenvolvidos, pode garantir a satisfação das necessidades da situação, bem como pode contribuir para que se entenda melhor as ações de linguagem e, conseqüentemente, a organização dos grupos sociais.

Para finalizar, retomamos Bakhtin (2000):

> Uma concepção clara da natureza do enunciado em geral e dos vários tipos de enunciados em particular (primários e secundários), ou seja, dos diversos gêneros do discurso, é indispensável para qualquer estudo, seja qual for a sua orientação específica. Ignorar a natureza do enunciado e as particularidades de gênero que assinalam a variedade do discurso em qualquer área do estudo lingüístico (...) desvirtua a historicidade do estudo, enfraquece o vínculo existente entre a língua e a vida. A língua penetra na vida através dos enunciados concretos que a realizam, e é também através dos enunciados concretos que a vida penetra na língua (p. 282).

REFERÊNCIAS

ADAM, J-M. *Les textes*: types et prototypes. Paris: Nathan, 1992.

BAKHTIN, M. M. *Estética da criação verbal*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

____. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

BAZERMAN, C. *Gêneros textuais, tipificação e interação*. São Paulo: Cortez, 2005.

BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral.* São Paulo: Nacional/ Edusp, 1976.

BRAIT, B. *Bakhtin:* conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2005.

BRASIL. MEC. MEC/SEMTEC. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros curriculares nacionais*: ensino médio – linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília: MEC/SEMETEC, 2002.

BRASIL. MEC. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Pa-*

râmetros curriculares nacionais: ensino médio. Brasília: Ministério da Educação, 1999.

____. MEC/SEMTEC. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais:* terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental – língua portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRONCKART, J. P. *Atividade de linguagem, textos e discursos*: por um interacionismo sócio-discursivo. São Paulo: EDUC, 1999.

____. *Atividade de linguagem, discurso e desenvolvimento humano*. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2006 (Coleção Idéias sobre linguagem).

CHARAUDEAU, P. ; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

GUMPERZ, J. C. *Contextualization and understanding*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992, p. 229-252.

KOCH, I. G. V.; *Desvendando os segredos do texto*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

____. *O texto e a construção dos sentidos*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

KOCH, I. G. V.; ELIAS, V. M. *Ler e compreender*: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.

MACHADO, A. R. A perspectiva interacionista sociodiscursiva de Bronckart. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. *Gêneros:* teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola, 2005, p. 237-259.

MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação.* São Paulo: Cortez, 2002.

MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. *Gêneros*: teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola, 2005.

NYSTRAND, M.; WIEMELT, J. When is a text explicit? Formalist and dialogical conceptions. *Text,* 11: 25-41, 1991.

RODRIGUES, R. H. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. *Gêneros*: teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola, 2005, p. 237-259.

WEINRICH, H. *Le temps*. Paris: Seuil, 1973.

Busca da fonte da eterna juventude

Edna Maria Fernandes dos Santos Nascimento
Vera Lúcia Rodella Abriata

Cada membro (da unidade social) só descobre seu 'si' no 'entre-si'.
(Émile Benveniste)

Landowski (2002, p. 42), em sua obra *Presenças do outro,* reflete sobre o ponto de vista de Benveniste que serve de epígrafe a nosso texto e observa que o indivíduo, ao questionar-se sobre o seu *ser* "– como 'ser o que se é'?"– não pode deixar de superpor a essa questão uma outra relacionada a seu *parecer* diante dos olhares daqueles que o cercam, pois ser "é também necessariamente ser 'para o outro'".

A noção de identidade, para o autor, pressupõe que o sujeito seja "visto, avaliado sondado e, finalmente, classificado em *algum lugar*, em função de certas categorias que organizam o espaço social", enfim de "categorias definidas pelo grupo de referência, seja qual for a posição (interna, marginal ou externa) dos sujeitos individuais ou coletivos, suscetíveis de se colocarem em posição de observadores".

No mesmo texto, Landowski (2002, p. 37-40) estabelece uma tipologia sobre formas de identidade, procurando cercar "o modo de ser dos sujeitos", considerando-os como unidades em movimento. Desse modo, chega a um quadrado de identidades que inclui o esnobe, o urso, o dândi, o camaleão, todos gravitando em torno da figura exemplar do "homem do mundo".

O "esnobe" seria o migrante social que vê na figura do *gentleman*

– o homem do mundo – um modelo a seguir, aspirando alcançar a elite. O "dândi", aquele disposto a tudo para se desvincular do meio do qual se originou, o "camaleão", o que se faz passar por alguém que já pertence à elite, o "urso", por sua vez, seria o inadaptado, questionador dos hábitos mais ancorados, colocando-se à distância da elite. Landowski os considera como "unidades em movimento" porque têm condições, se o quiserem, de mudar de identidade.

Floch (1990, p. 32-34) elabora também uma tipologia para explicar o comportamento dos viajantes do metrô, demonstrando que esses viajantes vivem o metrô como texto, ou "prática significante". Da tipologia estabelecida pelo autor fazem parte os geômetras, os flanadores, os sonâmbulos, os executivos. Considerando que tomar o metrô "é realizar um percurso marcado pela cotidianeidade", Floch (1997, p. 207) observa que esta pode agir como uma "força de erosão" e incitar o sujeito semiótico a dessemantizar suas práticas mais repetitivas – é o caso dos sonâmbulos – ou pode servir para que o sujeito semiótico delimite algumas recorrências que o levarão a constatar que há significação por detrás delas. Esse seria o caso dos geômetras. Já os flanadores buscam viver a emoção, situações de surgimento e emergência do inatingível, estando abertos aos acontecimentos insólitos que o metrô pode oferecer. Os executivos, por sua vez, realizam encadeamentos concebidos como empreendimentos de abstração, de formalização e também de dessemantização, exaltando nesses encadeamentos seu próprio controle das coisas e seu conhecimento da rede.

Em outro estudo, "Diário de um bebedor de cerveja", Floch (1997, p. 203-218) relaciona o quadrado de identidades, que estabeleceu para descrever o comportamento dos viajantes do metrô, ao de Landowski (2002) e a um outro, que ele próprio sistematizou em uma pesquisa sobre campanhas publicitárias de marcas de cerveja de luxo. Nesse texto, ele parte da premissa de que, da mesma forma que um enunciado pressupõe e constrói um enunciatário, também a cerveja pressupõe e constrói um tipo de bebedor. Segundo o autor (1997, p. 219), as marcas de cerveja falam menos de seus sabores que dos seus efeitos sociológicos ou identitários. Analisando o universo semântico explorado pelas campanhas publicitárias de cerveja, Floch (1997, p.

209-210) observa que ou a cerveja permite aos bebedores estar de acordo com a sociedade, assumir e até exaltar seus usos e costumes ou permite-lhes estar em ruptura com o consenso. No primeiro caso, a cerveja assegura uma continuidade entre a vida do bebedor e a vida social; no segundo, uma descontinuidade. Nesse caso, o bebedor se engaja então no desconhecido, no extraordinário, no incerto. A partir dessa observação, o semioticista projeta essa categoria em um quadrado semiótico e encontra quatro concepções de identidade diferentes: identificação, diferenciação, integração, ruptura.

A leitura desses textos possibilita-nos perceber que a modalização do ser permite o estabelecimento de tipologias de culturas, configuradas em regimes de comportamento. Tais regimes comportamentais, por sua vez, determinam papéis temáticos do enunciador e do enunciatário, os quais podem ser abstraídos de cenas enunciativas configuradas no plano de expressão de textos de diferentes linguagens.

Tomando por base esses estudos, nossa pesquisa volta-se para a análise de publicidades da revista *O Cruzeiro* (1956) e de periódicos recentes, *Cláudia* (2006), *Marie Claire* (2006), dirigidas a mulheres preocupadas com a manutenção da juventude. Procuramos sistematizar, a partir das modalidades do crer e do saber, uma tipologia relativa ao sujeito da enunciação desses textos. Verificamos nesse *corpus* verbovisual as dimensões verbais, cromáticas, eidéticas e topológicas que compõem sincreticamente a cena enunciativa de cada publicidade, com a finalidade de depreender isotopias que determinam tipos de papéis temáticos tanto de enunciador quanto do enunciatário.

Buscamos entender também como se constrói o imaginário de mulher, a *imago mundi* acerca da beleza feminina, especificamente em textos publicitários voltados para a venda de produtos cosméticos. O trabalho propõe, ainda, com base em uma tipologia dos papéis temáticos do enunciador e do enunciatário, delinear a construção do enunciador que faz a mulher crer no produto, persuadindo-a à compra ou que, utilizando argumentos da ordem do saber, convence-a, muitas vezes, a partir de dados estatísticos, da sua eficiência.

A escolha de publicidades, produzidas em épocas diferentes, visa

também observar se houve mudança nos tipos de papéis temáticos do enunciador e do enunciatário e na utilização das diferentes dimensões que compõem o texto.

ANÚNCIOS PUBLICITÁRIOS E CONSTRUÇÃO DO ENUNCIATÁRIO: ENTRE O CRER E O SABER

RUGACETINA

O Cruzeiro, 1956

Pequeno anúncio publicitário sincrético (*O Cruzeiro*, 1956) em preto-e-branco no qual topologicamente se observa, na parte superativa direita, ao fundo, a figura de um rosto feminino sorridente, simulacro do virtual consumidor do cosmético, um creme anti-rugas.

Em primeiro plano temos o tubo do creme, a que se sobrepõe a qualificação anti-rugas, seguido, na linha abaixo, do nome do

produto "Rugacetina", destacado em letras minúsculas, porém maiores. Em dimensão menor, abaixo do nome do produto, observamos o enunciado "As rugas começam a desaparecer em 2 minutos!".

A figuratividade que aí se apresenta leva-nos a apreender um enunciador dotado do papel temático de "Destinador de um objeto mágico" com o qual a mulher estabeleceria um contrato fiduciário, sendo instada a crer-poder, instantaneamente, dois minutos após a utilização do produto, entrar em conjunção com a juventude.

APIS-RUGA

O Cruzeiro,1956

Em primeiro plano do texto *(O Cruzeiro*, 1956) observa-se o pote do creme milagroso, tendo ao fundo a parte superior da face de uma mulher, cujos olhos grandes encaram obliquamente o enunciatário como se estivessem prontos para revelar um segredo, esclarecido no enunciado que se centraliza sobre sua cabeça: "Livre-se das RUGAS como por encanto!"

Nos dois parágrafos que topologicamente se postam abaixo da figura do pote de creme se reiteram figuras que se relacionam à isotopia da magia – "o maravilhoso creme anti-rugas", "as rugas desaparecem como por magia" – já prenunciada no enunciado acima, por meio da figura "por encanto".

O enunciador simulava manter em segredo qual seria "a fonte da eterna ju-

ventude", mas revela-a ao enunciatário da revista: a conjunção com o creme Apis-ruga, um composto de "geléia real das abelhas", que estimula "a ação rápida dos hormônios". Toda a eficácia do produto é referendada pelo Laboratório Loubet que assina o texto no qual o enunciador se configura com o papel temático de "revelador de um segredo" e o enunciatário como uma "desconhecedora do produto".

POND'S

O Cruzeiro, 1956

A publicidade da Pond´s (*O Cruzeiro*, 1956), em branco-e-preto, ocupa toda a página da revista. No centro, em destaque, há uma

mulher, sobriamente vestida com um colar de pérolas, sentada em uma poltrona de espaldar, estilo bergère. Essas figuras do plano visual desencadeiam a isotopia temática de alto poder aquisitivo e do status social. O texto verbal, abaixo da figura da mulher, referenda o texto visual, esclarecendo "A sra. Anthony A. Bliss, uma das favoritas da sociedade de Nova York [...]" e apresenta outros traços figurativos que compõem o papel temático de mulher dotada de status, famosa "A bela senhora, née Jô Ann Sayers, foi a criadora do papel título da peça My sister Eileen, um dos grandes sucessos do teatro americano."

Composta a figura da dama do teatro americano, cita-se, na seqüência do texto, por uma debreagem enunciativa de segundo grau, a sua fala, que exalta as qualidades do creme Pond´s: "Descobri, quando ainda trabalhava no teatro, que nada remove o maquillage tão completamente como o Creme C Pond´s."

Emolduram a figura da bela mulher, logo abaixo de sua foto, à esquerda, esse texto verbal e, à direita, um dos potes de creme que foram objeto de sua descoberta, levando-a a poder-fazer: conservar a beleza. À direita da foto, no centro da moldura, à altura da face feminina, há outro pote de creme, precedido e sucedido de texto verbal. Ambos enunciados verbais, que compõem a moldura do texto, ressaltam as propriedades dos cremes Pond´s C e Pond´s V. Cita-se outra vez a fala da conhecida senhora "A base obtida com o Creme Evanescente Pond´s é tão delicada e feminina... diz a sra. Anthony A. Bliss."

A utilização da figura de uma mulher famosa e a citação da sua fala criam o simulacro de um enunciatário que já utilizou o produto e está em conjunção como o objeto-valor "beleza preservada". A fala debreada – debreagem interna – objetiva criar o efeito de sentido de verdade e configura-se como um argumento de autoridade que visa persuadir as mulheres resistentes a seguirem o mesmo programa narrativo. Elas são manipuladas a comprar os produtos por meio de um processo de identificação espelhada com o simulacro de mulher famosa construído no texto, como sugere o enunciado que fecha a publicidade: "Mais mulheres usam Pond´s do que quaisquer outros cremes faciais".

AVON

Cláudia, 2006

Publicidade (*Cláudia*, 2006) em cores, de duas páginas inteiras. Na primeira, vê-se a figura do rosto e do colo de uma bela mulher madura e sorridente, dotada de pele clara, sedosa, cujas linhas de expressão são apenas motivadas pelo sorriso. Nesta figura, sobrepõem-se três enunciados em três linhas subseqüentes: "*Reduz* linhas e rugas", "*Define* os contornos faciais", "*Clareia* e firma a pele". As formas verbais manifestam-se em cor marrom e destacam-se do restante dos enunciados em cor branca, que podem ser lidos paradigmaticamente "*Reduz, Define*, *Clareia"* .

O modo de construção de tais enunciados leva o enunciatário a questionar qual seria o objeto detentor dessas propriedades. Na

outra página, a resposta à questão: em primeiro plano, o pote de creme Renew Alternative, na mesma cor marrom das formas verbais. Abaixo do pote, a figura de dois círculos em intersecção, o primeiro, à esquerda do pote, contendo a folha de um vegetal, o segundo, à sua direita, contendo a estrutura da molécula de um átomo e, na área interseccionada, o creme de cor marrom. Sobreposto a ele lê-se, em espelhamento, o termo Renew. Logo abaixo de tais figuras visuais, notam-se respectivamente os seguintes enunciados verbais: "[O poder das plantas do oriente]→[RENEW ALTERNATIVE]→[Alta tecnologia do ocidente Glycation Reverse]".

Abaixo desses enunciados, o texto verbal, topologicamente colocado na parte inferior da página, ressalta a eficácia do creme, fruto da harmonização mítica entre "a sabedoria milenar do oriente" e a "tecnologia do ocidente". As categorias semânticas /saber empírico vs. saber tecnológico/, /natureza vs. cultura/, apreensíveis nessas figuras, contribuem para enfatizar a "eficácia comprovada" do creme e concretizam o poder-fazer do cosmético que levaria o virtual consumidor feminino a recuperar o vigor da pele jovem, uma vez que seria resultante do refinado fazer científico, da ordem da cultura, operado sobre elementos oriundos da natureza.

Diferentemente dos anúncios publicitários da década de 1950, o creme Renew é apresentado por um enunciador que assume o papel temático de especialista. Há uma nota que enuncia: "Dados baseados em pesquisa realizada com consumidores sob supervisão de dermatologistas".

O uso de termos técnicos e de dados estatísticos e a apresentação do produto como um tratamento – "Os Laboratórios Avon reuniram o melhor dos dois mundos e apresentam uma grande inovação em tratamento antiidade." – produzem efeito de cientificidade, instaurando um enunciador modalizado pelo saber e um enunciatário pressuposto que quer conhecer as propriedades do produto.

VICHY

Marie Claire , 2006

O texto, veiculado na revista *Marie Claire* (2006), é um anúncio de uma página, colorido, e apresenta, no plano visual, o lado direito de uma face feminina com vincos rugosos que marcam os olhos e a maçã do rosto. Essa figura ocupa topologicamente a esquerda da figura de uma folha de revista rasgada.

Ao centro do anúncio, em primeiro plano, vê-se o rosto de perfil da mesma mulher, disjunta do antiobjeto "rugas", dotada de uma pele sedosa, como que brotando do interior da página rasgada. Enquanto o olhar da mulher, na primeira foto, volta-se para o enunciatário e apresenta-se tenso, com expressão cansada, na segunda temos o perfil da mesma mulher, mas seu olhar volta-se para o horizonte e sua expressão

encontra-se relaxada. Sobreposto a seu perfil, lê-se o enunciado: "Rugas incrustadas. É possível preenchê-las de dentro para fora". Assim, o texto verbal enfatiza a mensagem do texto visual em que o rosto com a cútis sedosa parece aflorar do interior do rosto enrugado.

A categoria /interioridade vs. exterioridade/, reiterada no texto, manifestando-se nos planos verbal e visual, indicia aqui a idéia do produto não como cosmético, mas como "tratamento", como "remédio" que agiria no interior do organismo, restabelecendo-o contra a "doença" da velhice, o que se corrobora no slogan destacado como moldura, postada na parte inferior do anúncio em que se lê "VICHY. A SAÚDE PASSA TAMBÉM PELA PELE".

Antes do *slogan*, abaixo do pescoço feminino, à esquerda, destaca-se, em letras maiúsculas, o nome do tipo de creme, LIFTACTIV PRO, objeto que daria à mulher o poder-fazer: livrar-se das rugas. O texto verbal, logo a seguir, veicula dados estatísticos e informações sobre o teste clínico realizado: "Recarrega a pele com fibras elásticas"* , "Firma e preenche as rugas, mesmo as mais profundas". "Até 43% de melhora clínica** sobre as rugas e firmeza."

À direita do anúncio, visualiza-se o pote e o tubo do creme e as seguintes notas informativas: "*Teste *in vitro* sobre a Fibrociclamida.", "**Teste clínico de 12 semanas em 38 mulheres com a ajuda de 13 altas de rugas e de firmeza. Melhoria máxima observada em 25% dos casos".

Confirma-se, assim, o papel temático de "especialista" do enunciador dos cosméticos das revistas contemporâneas, dotado de competência adquirida por meio de um saber que se apóia na ciência. O texto revela também um enunciatário pressuposto, manipulado a comprar o produto, não somente pelo processo de identificação espelhada com o ator feminino, uma vez que a metamorfose mágica sofrida pelo ator "mulher", figurativizada na cena enunciativa o levaria ao querer-fazer, mas também porque dotado de competência para isso, ou seja, tornado conjunto com o conhecimento a respeito de sua eficácia, comprovada cientificamente e por meio de testes de laboratórios.

REVLON

Marie Claire, 2006

No centro do anúncio da Revlon (*Marie Claire*, 2006) destaca-se uma foto que apresenta atrizes do cinema norte-americano – Susan Sarandon e Julianne Moore – protótipos da mulher madura, competente, famosa e bem-sucedida. Elas sorriem e suas faces iluminadas revelam marcas de expressão suaves, quase imperceptíveis. Sobrepostos à foto, no seu lado esquerdo, em letras pequenas, na parte inferior, observam-se os enunciados: "Susan Sarandon está usando Age Defying para pele seca na cor Medium beige", "Juliane Moore está usando Age Defying para pele normal/mista, na cor Bare Buff". Na parte superior do anúncio, emoldurando a foto, manifesta-se outro enunciado verbal, em letras grandes, em negrito: "Quer parecer mais jovem em apenas 14 dias?"

É interessante notar que a mensagem, em função fática, volta-se para um enunciatário feminino "mulher madura", cujo querer estaria associado à conjunção com o valor mítico "juventude", no nível do parecer, o que se reitera em um enunciado informativo, postado do lado direito do anúncio, abaixo da foto e que ressalta as propriedades do produto: "Contém uma exclusiva fórmula com Botafirm, uma combinação de extratos botânicos e hexapeptídeos, para uma pele com *aparência mais jovem*". (grifos nossos)

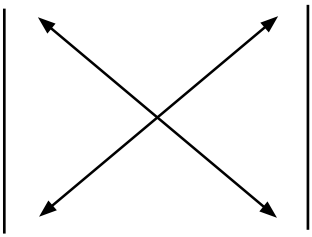
A reiteração das figuras "parecer" e "aparência" revelam a competência do enunciador, que sabe que o enunciatário quer manter a aparência jovem, mas assume sua postura de mulher madura. Nesse aspecto, o valor "juventude" surge no anúncio apenas como objeto de desejo que deve ser mantido como simulacro, na aparência física.

Diferentemente dos textos publicitários de 1956, em que as rugas desapareceriam como por encanto, transformando a mulher madura em mulher jovem, as informações sobre as propriedades dos cremes da Revlon parecem estabelecer o valor juventude como estado de espírito que a mulher madura deve manter no nível da aparência física. Nesse aspecto, as rugas não desapareceriam miraculosamente, mas ocorreria redução das marcas da expressão, o que se manifesta no enunciado "Reduz as linhas de expressão em até 50% em apenas duas semanas".

Reitera-se, portanto, neste texto, a figura do ator feminino no papel temático de "mulher informada" e o enunciador, no de "especialista", o qual se preocupa em destacar que os produtos da Revlon são "testados dermatologicamente", como ocorre em nota apensa à marca.

Vale destacar ainda, que, como no texto da Avon, ocorre também aqui a manifestação da categoria semântica /natureza vs. cultura/, apreensível na relação entre as figuras "extratos botânicos" e "hexapeptídeos" que são manipulados cientificamente em laboratório.

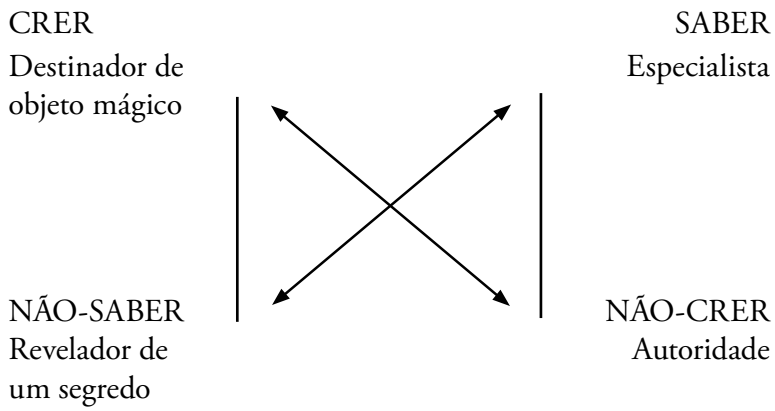
Com base nessas análises, chegamos à seguinte tipologia dos enunciatários, conforme as modalizações do crer e do saber, que revelam os diferentes papéis temáticos construídos nos textos com a finalidade de atingir o imaginário das mulheres frente à busca da fonte da eterna juventude:



No texto publicitário do creme Rugacetina, o enunciador firma-se no imaginário de uma mulher crédula que imagina que, como num passe de mágica, as rugas desaparecem; no texto que apresenta o produto Apis-ruga, por sua vez, o enunciatário revela um segredo para a mulher que ele supõe ser desinformada; no da Pond's, a mulher resistente, incrédula é persuadida à compra por meio do exemplo de uma mulher famosa, que já utilizou Pond's; nos textos de 2006, cujas marcas são Avon, Vichy e Revlon, a mulher informada é convencida, com argumentos da ordem do saber, a confiar na eficiência do produto.

MODALIZAÇÃO DO ENUNCIADOR E REGIME COMPORTAMENTAL

Partindo do pressuposto da semiótica greimasiana de que o sujeito da enunciação, ao construir o enunciado, desdobra-se em enunciador e enunciatário, é possível também estabelecer uma tipologia para os enunciadores dos textos analisados, conforme as modalizações do crer e do saber:

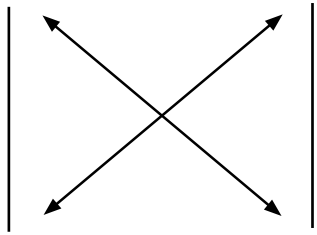


Tendo em vista as modalidades crer, não-saber, não crer, observamos que o enunciador oferece um objeto-valor mágico, pronto para promover um milagre com muita rapidez, no intuito de persuadir a mulher, pelo sentir, por meio da proposta de um contrato fiduciário em que ela é instada a crer na realização de seu sonho, a aquisição do objeto-valor mítico "juventude", desde que adquira o objeto-valor prático: o produto. Conforme o imaginário que o enunciador pressupõe que tenha a mulher, frente à vontade de entrar em conjunção com a beleza, ele se figurativiza em papéis temáticos que julga dar confiabilidade para levá-la à compra: na publicidade do creme Rugacetina, o enunciador é personificado em um destinador do objeto mágico; na do produto Apis-ruga, o papel temático do enunciador é de um revelador de um segredo; a publicidade Pond's constrói um enunciador cujo papel temático sintetiza a autoridade; as publicidades de 2006, por sua vez, pressupondo enunciatários informados, tentam convencê-los a partir de um enunciador que se coloca como um especialista.

Quanto à modalidade saber, utilizada nas publicidades da Avon, Vichy e Revlon, observamos que ela objetiva convencer o enunciatário feminino preponderantemente por meio da razão, utilizando figuras que se associam a dados estatísticos e a termos técnicos que caracterizam o enunciador com o papel temático de especialista.

ENTRE O *PATHOS* E O *LOGOS*

Sobrepondo-se o quadrado da tipologia do enunciador e do enunciatário, conforme as modalidades do crer e do saber, observamos a correlação entre o imaginário do enunciador e o do enunciatário que, sustentando o sistema de valores comuns, fundamenta regimes comportamentais recíprocos, ao estabelecer pares de papéis temáticos:



Nas publicidades da revista *O Cruzeiro* (1956), o enunciador parece voltar-se para a manipulação do enunciatário em uma tentativa de firmar preponderantemente o contrato fiduciário pelo *pathos*. É importante ressaltar a figurativização voltada para o universo mágico nos anúncios de cinqüenta anos atrás em que a figura disfórica das "rugas", ou a eufórica da "beleza" desaparecem ou surgem "imediatamente", ou "em dois minutos", após a utilização do produto. Quanto à categoria /intensidade/ vs. /extensidade/, observamos que os textos antigos dão nítida ênfase, em termos de andamento, à aceleração no processo de eliminação do antiobjeto.

Deve-se atentar também para o tratamento que os enunciadores das diferentes épocas dão para a figura das rugas. As marcas da velhice no corpo feminino delineiam-se verbo-visualmente, de forma eufemística, como "linhas de expressão" no texto da Avon e da Revlon. Apenas

no texto da Vichy, elas se manifestam concretamente, mas, como nos textos de 1956, o produto de beleza é o objeto modal mágico, dotado de um poder-fazer transformador – "eliminar" ou "livrar" a mulher desse antiobjeto.

Nesse aspecto, é significativa a sua não presença, ou presença potencializada, no plano visual dos textos de cinco décadas atrás, assim como o fato de aparecerem preponderantemente como sinais de expressão nos textos contemporâneos. Parece-nos, portanto, não ter havido mudança no universo de valores comuns ao enunciador e ao enunciatário ao longo das cinco últimas décadas, quanto à vontade de entrar em conjunção com o objeto-valor juventude: assim, a velhice, de que as rugas são um efeito, é encarada disforicamente no imaginário construído nos textos em análise, chegando a ser explorada como "doença" no texto da Vichy.

Nos textos contemporâneos, o enunciador, diferentemente dos textos de *O Cruzeiro*, que se caracterizava como um sujeito mais passional, é um sujeito cognitivo. Apresentando-se como um especialista no assunto, constrói um discurso que simula cientificidade e, almejando a credibilidade do enunciatário, busca um contrato não só pela emoção, mas também pela razão. Nesse aspecto, convém destacar que os argumentos baseados em dados estatísticos, presentes no plano de expressão verbal, manifestam figuras como "reduz linhas e rugas" (Avon) e índices reveladores de percentuais que nos remetem à atenuação das rugas, mas não à sua completa eliminação. Assim, nos enunciados "Até 43% de melhora clínica sobre as rugas e firmeza", "Melhoria máxima observada em 25% dos casos" e "Reduz as linhas de expressão em até 50% em apenas duas semanas" (Vichy), nota-se que, em termos de intensidade, o enunciador, para fazer-crer na eficácia do produto, varia a medida da tonicidade, aproximando-a do átono, se tivermos em vista a escala de 100% de melhora, o que corresponderia à total eliminação das rugas ou linhas de expressão.

Em síntese, apreendemos as seguintes diferenças entre os textos de 1956 e os de 2006:

1956	2006
textos de fragmentos ou de página inteira	texto de duas páginas
branco e preto	colorido
mais emoção	mais razão
sujeito mais passional	sujeito mais cognitivo
contrato estabelecido: mais pelo *pathos*	contrato estabelecido: mais pelo *logos*
↓	↓
MAIS INTENSIDADE	MAIS EXTENSIDADE

Podemos observar, pois, que os regimes de interação escolhidos pelo enunciador variam conforme as crenças e valores que ele supõe serem do seu enunciatário. Conhecendo os regimes comportamentais do enunciatário, o enunciador dos textos antigos persuade-o à compra, atribuindo ênfase ao sensível, ao passo que o enunciador dos textos modernos convence seu enunciatário, explorando também o inteligível.

O objeto-valor continua o mesmo, tanto nos textos de 1956 como nos de 2006 (a busca da eterna juventude), a mudança ocorre no regime comportamental da mulher que não sendo mais crédula, desinformada, incrédula, é informada, instaurando um enunciador especialista. A utilização desses regimes comportamentais recíprocos, referendando axiologias do imaginário do mundo feminino, permite a comunicação entre enunciador/enunciatário e que a publicidade atinja seu alvo: a venda do produto.

REFERÊNCIAS

CLÁUDIA. São Paulo: Abril, n. 6, ano 45, jun. 2006.

FLOCH, J-M. Êtes-vous arpenteur ou somnambule? L´élaboration d´une typologie comportamentale des voyageurs du métro. In: ____. *Sémiotique, marketing et communication*. Paris, PUF, 1990. p. 19-48.

____. Diário de um bebedor de cerveja. In: LANDOWSKI, E; FIORIN, J.L. *O gosto da gente, o gosto das coisas*. São Paulo: EDUC, 1997. p. 203-218.

LANDOWSKI, E. *Presenças do outro.* São Paulo: Perspectiva, 2002.

MARIE CLAIRE. São Paulo, Globo, n. 183, jun. 2006.

O CRUZEIRO, jun. 1956.

Clarice Lispector: o texto, a leitura e a crítica literária

Juscelino Pernambuco

É bastante óbvio afirmar que não há uma leitura isenta, nem um texto puro, intocado e intocável, porém talvez ainda seja significante acrescentar que há textos a que uma cultura recorre sempre, e leituras que se vão sedimentando e fazendo história.

Uma leitura da obra de Clarice Lispector, hoje, será sempre permeada por outras leituras que compõem uma história de recepção da obra e, não arriscaríamos se disséssemos, constituem parte da nossa história de recepção literária.

Este texto examina diferentes leituras – suas expectativas, razões e necessidades – que a obra clariciana tem abrigado, alentado e enfrentado. Destaca, nesse domínio, as leituras de *A hora da estrela* e assume como trilha a reflexão sobre a linguagem que o texto apresenta, analisando-a com base no pensamento bakhtiniano.

Assim, do contexto geral da crítica clariciana, de que primeiramente se ocupam, os objetivos deste texto afinam-se na busca da caracterização das vozes que compõem a reflexão – apenas aparentemente monológica – sobre a linguagem, a linguagem literária e sua entonação. Também é objetivo deste trabalho tratar do ensino de literatura como atividade de crítica literária, de forma a colaborar para o exercício docente de formação de leitores.

O grande crítico literário que o mundo conheceu, Saint-Beuve (apud ARRIGUCI JÚNIOR, 1994, p. 24), afirmava que o crítico

literário é o que sabe ler e ensinar os outros a ler. Saber ler significa incursionar pelo texto com compreensão do que ele diz e com percepção dos mecanismos que fazem o texto dizer o que quis dizer.

Essa é a tarefa básica do professor de literatura: ser o leitor de que fala Saint-Beuve, isto é, aquele que sabe como se lê e como se produz o texto em busca do que dizer e do como dizer. Este deve ser o trabalho do professor de literatura, pois que antes de tudo ele é um formador de leitores. O trabalho com o texto que preconizamos em sala de aula tem por objetivo levar o leitor a ter uma visão crítica da realidade, com percepção dos conteúdos ideológicos destinados a mascarar a essência do real. Para que isso aconteça, o professor deverá ser, antes de mais nada, um bom leitor, um leitor maduro que tenha bastante intimidade com os mais variados textos. Professor de ensino de leitura não é o que apenas consome ou frui o texto, mas é aquele que repensa o texto com respeito ao que ele diz e ao modo como ele consegue dizer aquilo que diz.

Lê-se em Frye (1973, p. 334) o princípio de que a crítica e não a literatura é que é diretamente ensinada e aprendida. É difícil ensinar literatura sem o auxílio da crítica literária. Mas o que se constata é que o ensino de literatura está muito concentrado no estudo da periodização literária, nomes de autores, características das obras, leituras de análises feitas por especialistas e jamais no contato direto do aluno com as obras produzidas. Isso significa dizer que o ensino de literatura é muito mais um ensino de história da literatura do que de leitura da literatura que se produziu no país e se continua produzindo.

O ensino de literatura que é ministrado em nossas escolas é muito mais um discurso sobre escolas literárias do que propriamente uma prática pedagógica que coloque o aluno diante do texto. E o próprio manual didático que o professor não só adota, como também abraça, tal qual uma tábua de salvação, colabora para que o ensino de literatura seja o que é.

O trabalho do professor está indissociavelmente ligado ao livro didático adotado. Pode-se mesmo afirmar, e isso constatamos na pesquisa que fizemos para a tese de doutorado (PERNAMBUCO, 1993),

que o ensino de português tem consistido, quase sempre, apenas no estudo integral de um manual didático. E se examinarmos os livros didáticos destinados ao ensino fundamental e médio, verificaremos que eles, com exceções raras, seguem o mesmo esquema. De um trecho de uma obra, quase sempre os mesmos textos para todos os livros, tiram-se questões de interpretação, de vocabulário, exemplos de frases bem formadas que ilustrarão algum ponto de gramática e, ao final, uma proposta de redação. No caso do ensino médio, o que acontece de diferente é que o texto escolhido para encabeçar a unidade de estudo é de um autor representativo da escola literária que se pretende estudar, como pretexto para se fornecer uma biografia do autor, relação de suas obras e uma pretensa crítica literária sobre a obra do autor, que, de crítica mesmo, pouco ou nada tem, senão que é apenas um apanágio da obra, sem qualquer problematização. Não é exagero que se diga que se tenta ensinar literatura sem texto na escola. Não é, na verdade, um ensino de literatura, é um ensino sobre literatura, da mesma forma como não há um ensino da língua, mas um ensino sobre a língua a predominar nas nossas escolas. Já que o livro didático hoje é quase indispensável na sala de aula, cabe ao professor saber como utilizá-lo, principalmente no que se refere aos textos para leitura.

É muito difícil um ensino de literatura sem preocupação com a crítica literária. Ela poderá melhorar a capacidade de leitura do aluno, dando-lhe condições de julgamento mais criterioso e menos impressionista da obra.

Embora não seja a crítica literária uma disciplina autônoma nos currículos da grande maioria dos cursos de Letras do país, ela se faz presente em todas as atividades de estudos da área de literatura, ou conforme observações de Costa (1984, p. 121):

> como fonte de pesquisa para a compreensão de obras, ou como forma de trabalho que o aluno realiza sobre o texto lido na sala de aula ou fora dela. Os exercícios que a crítica proporciona ajudam o aluno a melhorar sua competência no desempenho de atividades com a leitura e expressão escrita e oral.

A literatura, ao criar universos fictícios, com base na realidade, muito mais do que um entretenimento, é uma arte que pode ajudar o homem na busca de soluções de conflitos e contradições históricas reais. Isso significa que a arte literária acaba de uma forma ou de outra colaborando para que o homem possa encontrar respostas para suas indagações existenciais.

Uma das grandes questões que preocupam estudiosos de literatura refere-se à função da obra literária. Deverá o escritor centrar sua produção em torno de possibilidades de conscientização social do leitor ou a obra de arte literária deve ter como busca apenas o êxtase estético, o deleite dos sentidos?

Há escritores que consideram a literatura na sua condição de arte, de busca do belo artístico que toca os sentidos e faz-nos pisar o solo fértil do imaginário tão necessário à vida de todos nós.

Em texto para um jornal, Vargas Llosa (*Folha de S. Paulo*, 14/08/1995, p. 12) posiciona-se da seguinte forma:

> Condenados a uma existência que nunca está à altura de seus sonhos, os seres humanos tiveram que inventar um subterfúgio para escapar de seu confinamento dentro dos limites do possível: a ficção. Ela lhes permite viver mais e melhor, ser outros sem deixar de ser o que já são, deslocar-se no espaço e no tempo sem sair de seu lugar, nem de sua hora e viver as mais ousadas aventuras do corpo, da mente e das paixões, sem perder o juízo ou trair o coração.
>
> A ficção é compensação e consolo pelas muitas limitações e frustrações que fazem parte de todo destino individual e fonte perpétua de insatisfação, pois nada mostra de forma tão clara o quão minguada e inconsistente é a vida real quanto retornar a ela, depois de haver vivido, nem que seja de modo fugaz, a outra vida – a fictícia, criada pela imaginação à medida de nossos desejos.

Eduardo Galeano (1990), autor do belo *O livro dos abraços*, defende

a idéia de que a principal preocupação dos escritores nos países considerados pobres deve ser a de dar voz àqueles que não têm voz. Devem os criadores literários, de acordo com o notável escritor uruguaio, fazer da palavra não só meio de prazer, mas também instrumento de transformação social.

E assim poderíamos citar autores de diferentes épocas e culturas que se posicionam de uma ou outra forma. No caso específico de Clarice Lispector, pretendemos comprovar a hipótese de que sua obra consegue, ao mesmo tempo, ser não somente um objeto cultural capaz de conduzir o leitor a viver as ousadas aventuras de que fala Vargas Llosa mas também um apelo a que o leitor saia de si mesmo para conhecer o outro, em condições sociais inferiores à sua, não para sentir comiseração, mas, sim, vontade de tomar atitude diante do jogo social.

Barthes ensina, em *Crítica e verdade* (1970), que a crítica é um discurso que tem a intenção de dar um sentido todo próprio à obra e que, por isso, é diferente da leitura. Lucas (1984, p. 157) diz textualmente: "Sendo a literatura a consciência da sociedade, a crítica será a consciência da literatura".

A crítica é, assim, um metatexto construído sobre o texto que se lê. Saber empreender uma leitura crítica do texto deve ser uma das habilidades de domínio do professor, para poder conduzir o aluno para uma incursão interrogativa pelo texto que lhe permita emitir juízos fundamentados sobre ele. Os juízos de valor proferidos pela crítica a uma obra literária colaboram para fixar o gosto do leitor, para eternizar ou fazer esquecer o texto. Quem lê um texto, de uma forma ou de outra, critica-o. O texto literário produz fantasia e refrata a realidade ao mesmo tempo. E é nesse espaço que acontece a nossa vida. O texto quer realizar-se como leitura. Necessita do leitor para ser interrogado. O crítico tem de saber ler o texto como um diálogo de um eu com um outro. Ele efetua operações metalingüísticas, construindo um novo texto sobre o texto lido.

A atividade crítica é, assim, criativa, e tem objetivo de guiar o

gosto do leitor pela obra. Frye (1973) escreve que o instrumental da crítica só pode e deve partir da própria literatura. O crítico tem de ser, primeiramente, um eficiente leitor da literatura para dela poder extrair, por indução, um *corpus* amplo o bastante para lhe poder fornecer as leis do seu conhecimento. Ela passa, desta forma, a ter autonomia de ciência.

A função da crítica literária é procurar a melhor leitura para a obra e, conseqüentemente, para melhor entendimento do mundo. A leitura crítica não se concentra apenas na busca prazerosa da função textual. Sua função é analítica, de busca da anatomia do texto, conforme ensina Northrop Frye.

Na sala de aula, a crítica literária deve ser uma atividade a serviço da ampliação da capacidade de leitura do aluno. É papel da escola ensinar o aluno a ler. Ler para aprender a se situar no mundo, ler para aprender a perceber os conteúdos ideológicos dos discursos com os quais se defronta, ler para encontrar-se consigo mesmo pela descoberta do outro.

Se a escola tem como propósito formar o cidadão que tenha meios de expressão adequados para bem se relacionar no jogo social, ela deve valer-se da leitura, por meio de uma metodologia bem fundamentada e bem conduzida.

Não é isso, entretanto, o que se tem observado. Nos cursos de Letras, na sua grande maioria, tem-se praticado muito mais um discurso sobre a literatura, do que um exercício crítico de leitura de textos. Lêem-se muito mais textos críticos sobre a literatura, do que os textos literários propriamente. Não se forma o espírito crítico do futuro professor pelo domínio de instrumentos necessários à crítica, muito menos à criação literária. O resultado é que, na sala de aula, o professor não se aventura, por conta própria, a fazer uma leitura pessoal de textos, sem se valer de outros textos críticos já escritos sobre as obras em causa. É bem por isso que a narrativa contemporânea está ausente em salas de aula de todos os graus do ensino. Quando muito, o estudo de literatura na escola brasileira chega à chamada geração de 1945.

Os exercícios de leitura de romances, quando feitos, têm servido apenas para afastar o aluno do prazer e da necessidade da leitura para a vida, principalmente porque se destinam à atribuição de notas pelo professor. Eles funcionam como outra modalidade de prova. Para falar ou escrever sobre a leitura feita, o aluno é obrigado a ler o que já se escreveu sobre ela e pouco interessa ao professor descobrir o que ele conseguiu perceber de intenção de significação do texto, por conta própria.

O que deve interessar na prática de leitura no ensino é o ato concreto de leitura, a incursão pelo texto, a leitura e a releitura do texto que permitam transformar a leitura num ato autêntico de instauração de significados, conforme o que apregoa Lajolo (1986).

A escola brasileira preocupa-se em demasia com quantidade e não qualidade, em todos os seus aspectos de funcionamento e organicidade, desde a prescrição de dias letivos, passando pela organização curricular e, até no que nos interessa neste trabalho, no ensino de leitura e literatura. Preocupa-se muito com a quantidade de livros que os alunos devem ler, pela seqüência inteira das escolas literárias, abrangendo autores representativos e obras. As universidades, por intermédio das famigeradas listas de livros que os alunos devem ler obrigatoriamente, para se submeterem às provas dos concursos vestibulares, só reforçam essa preocupação inútil e deletéria para a fixação do gosto do aluno pela leitura, mesmo após o período de escolarização. O estudante brasileiro que levar a sério a exigência de nossas universidades e conseguir ler num só ano letivo todas as obras sugeridas pelas comissões de vestibular, acabará tomando uma ojeriza tão grande pela literatura que nunca mais lerá espontaneamente uma obra sequer. Não adianta tentar justificar a exigência da lista de livros para os vestibulares, apontando-a como roteiro para o ensino de literatura, quando se sabe que é impossível que isso aconteça, já que o ensino não pode ser destinado a satisfazer os critérios de bancas de vestibulares. A maioria dos livros exigidos pelas universidades nos concursos vestibulares não são lidos normalmente pelos alunos no ensino médio.

Aprende-se com Candido (1986, p. 6) que: "Ler infatigavelmente o texto analisado é a regra de ouro do analista, como sempre preconizou a velha *explication de texte* dos franceses". Também entendemos que a preocupação do professor em sala de aula deva ser essa. Aprimorar-se como leitor e crítico, para ensinar o aluno a ler bem. Não interessa que os alunos leiam dezenas de livros por ano. Interessa, isso sim, que mesmo as poucas leituras que fizerem sejam bem feitas, permitindo-lhes conhecer um pouco mais de si mesmos, da humanidade e do mundo em que vivem pela leitura que fazem. Uma leitura paciente, tranqüila, bem conduzida, de poucas obras, que seja ao mesmo tempo fruição e reflexão, questionamento e descoberta, vale mais do que a leitura de grande quantidade de livros, feita apenas para o cumprimento de uma tarefa didática. Não que imaginemos que a leitura na escola deva visar à formação do crítico, mas que seja buscada a qualidade da leitura, para se perceber que ela pode melhorar o ato de viver de cada um.

O caso da leitura da obra de Clarice Lispector ilustra bem o que se vem dizendo neste texto. Lê-se muito mais o que já se escreveu sobre a obra do que propriamente o texto clariciano, sempre fascinante, sempre novo. Não há como tratar da obra clariciana sem pensar no próprio destino da literatura e na função do crítico literário.

Clarice Lispector vem merecendo a atenção dos estudiosos do discurso desde o seu "raiar", na expressão feliz de Antonio Candido (1945 e 1977), passando por Lins (1963); Sá (1979); Nunes (1973); Borelli (1981). Mais recentemente outros pesquisadores, entre os quais: Kadota (1997); Paganini (2000), Abel (2000) e Arêas (2005) chamam a atenção para o fato de a autora de *A hora da estrela* não ser infensa aos ditames de uma crítica nem sempre livre de critérios subjetivos de julgamento e de desejo de ditar rumos a quem se aventura pelos caminhos da criação. Assim que Clarice, ainda com 19 anos (1944), publica *Perto do coração selvagem*, a crítica literária alvoroçou-se em decifrar a arquitetônica de seus textos, porém não soube aceitar um tipo de literatura diferente do que se publicava na época, um conjunto de obras com temática social, vinculada ao regionalismo nordestino.

Pode-se dizer que, no lançamento de seu primeiro romance, apenas Antonio Candido enxergou em Clarice Lispector laivos de modernidade.

Predominava entre nós uma visão de literatura a serviço de mensagens morais ou sociais, isto é, um literatura engajada, por vezes até panfletária. Os estudos de Paganini (2000) revelam que a capacidade de Clarice Lispector de proferir o incomum teve como resultado muitas críticas negativas na época. Talvez faltasse a esses críticos uma análise mais profunda das obras de uma jovem autora.

Na construção de *A hora da estrela* (1990), Clarice Lispector contraria sua trajetória em busca de uma literatura introspectiva, enveredando por uma nova tendência na época, talvez, como um tipo de resposta aos seus críticos. Segundo a análise de Paganini (2000, p. 5), esse processo é resultado de uma auto-análise da angústia criativa que acompanhou Clarice Lispector do início da década de 70 ao ano de 1977, provocando na autora uma reflexão a respeito de sua própria obra.

Em *A hora da estrela* predomina o questionamento do próprio ato de escrever, porém não há como não enxergar na obra o processo contínuo de diálogo entre texto e contexto, criador e leitor. Por si só, esse incessante diálogo destrói a idéia de que, por intimista demais, as obras da autora não têm vínculo com o social e pecam por alienação. Sua literatura não se define por um caráter de representação ou de testemunho social, mas por aquilo que ela inaugura como forma de dizer e fazer pensar.

Na esteira de M. Bakhtin (2003), podemos dizer que a criatividade repousa e se sustenta no processo dialógico entre texto e contexto, leitor e criador. Para o pensador russo não há como não destacar no texto literário o caráter social, coletivo, da produção de idéias e enunciados. A experiência de vida individual tece-se, entrecruza-se com a do outro e nele interpenetra. Não existe a noção de um eu individual, mas de um eu inapelavelmente social. Ao falar de imaginação dialógica (1981), o surpreendente pensador permite-nos

romper com as separações entre os pares sujeito/objeto; texto/discurso; texto/contexto; natureza/cultura; denotação/ conotação; autor/leitor e outros tantos que, tratados como opostos ou apenas complementares, inviabilizam a concepção de literatura como arte que vale pelo que é, não pelo que representa. Com fundamento no dialogismo que destaca as relações entre valores e consciências sociais na constituição e no funcionamento de todo ato de linguagem, Bakhtin vai elaborando uma teoria do discurso que alcança todos os elementos da operação textual em estreito vínculo, de tal forma que não se pode conceber separadamente nenhum deles.

Amparados por essa visão bakhtiniana do fenômeno textual, lemos a obra de Clarice Lispector como criação literária consciente de que a sua literariedade repousa num laço estreito entre texto e contexto, mesmo sem apelar a provas de pretenso reflexo de traços extraliterários, morais ou de engajamento político. No caso específico de *A hora da estrela*, se a leitura se fizer tão-somente atenta ao processo criador e à elaboração textual, nela se descobrirá uma narrativa tecida numa interação dialógica que lhe permite escapar de uma função meramente representativa. Não faz parte do projeto clariciano de composição, submissão a paradigmas, mas apego a idéias do que seja escrever literatura. Quem lê *A hora da estrela* depara-se com um romance que flui numa cadência própria de quem tenta desvendar os perigos da instabilidade da vida, escolhendo como modelo o viver simples de personagens sem expressão social, porém talhadas para o propósito da elaboração de um objeto cultural que possa servir de "choque de reconhecimento" para o leitor.

Para Bakhtin, a natureza de todo discurso é dialógica, pois que na cultura há um entrecruzamento textual incessante, sendo um texto sempre memória de outros. A relação dialógica pode dar-se tanto no objeto do discurso, metalingüisticamente, quanto no leitor por meio da estreita relação entre leitura e escrita, como face e interface de um mesmo processo, garantindo assim a correlação entre os discursos do narrador e do outro.

O leitor atento ao texto de *A hora da estrela* perceberá uma elaboração autoral em direção a justificativas para o ato e para o modo de

escrever. “Por que escrevo? Antes de tudo porque captei o espírito da língua e assim às vezes a forma é que faz o conteúdo” (1990, p. 32). É uma estratégia dialógica esta de não separar a forma do conteúdo, mas associá-los de tal modo que na operação textual um seja constitutivo do outro. “Mas quando escrevo não minto. Que mais? Sim, não tenho classe social, marginalizado que sou. A classe alta me tem como um monstro esquisito, a média com desconfiança de que eu possa desequilibrá-la, a classe baixa nunca vem a mim” (1990, p. 33).

O narrador Rodrigo S. M., falado por Clarice, dialoga com o leitor, para falar da consciência diante do papel que a obra representa socialmente. Em outra passagem, o mesmo Rodrigo S.M. alerta:

> Se o leitor possui alguma riqueza e vida bem acomodada, sairá de si para ver como é às vezes o outro. Se é pobre, não estará me lendo porque ler-me é supérfluo para quem tem uma leve fome permanente. Faço aqui o papel de vossa válvula de escape e da vida massacrante da média burguesia. Bem sei que é assustador sair de si mesmo, mas tudo que é novo assusta (1990, p. 46).

É impressionante notar como a autora constrói sua narrativa com atravessamentos constantes do outro, do leitor, da imagem mutante do leitor, sempre presente, a modificar, a questionar os rumos e humores da história. A voz autoral apresenta-se, assim, atenta, ritmada, modificada pela voz implícita do outro, e, dessa forma, acaba por ironizar os modos de narrar consagrados e por provocar leituras sempre novas e diferentes umas das outras.

Nesta sua obra, quase final, Clarice recorre a estratégias que correspondem às relações dialógicas de que trata Bakhtin, seja na convocação de outras manifestações artísticas como a música e a pintura; seja na desmistificação do modo de narrar realista ou naturalista, seja na ironia aberta contra uma literatura patriarcalista reinante entre nós. Mostra-se a ubiqüidade clariciana, numa espécie de quatro em um, visto que a voz autoral se compõe com a voz de Rodrigo S.M., com a de Macabéa, com a de Olímpico e por que não dizer, com a da própria Clarice de outros livros.

O estudioso da obra de Clarice e de sua biografia descobre que a escritora tem um projeto muito bem elaborado de fazer literatura. Algumas perguntas guiam-na nessa tarefa. Por que escrevo? A quem interessa a literatura? O que pode a literatura? Muitos escritores se guiam por questões parecidas, porém não deixam entrever em suas obras preocupação com possíveis respostas a esse questionamento. Não é o caso de Clarice Lispector. Em seus textos, fica patente a busca por um diálogo com o seu possível leitor em torno dessas perguntas. A concepção de literatura para a autora aparece aos olhos do leitor com muita clareza, como se dá principalmente em *A hora da estrela*. A escritora vai dialogando com outras obras, autores e escolas literárias, para dizer que a sua estratégia literária é não ter estratégia, é não se esconder por meio de truques e artimanhas literárias para despistar o leitor. Com que obra ela estará dialogando neste passo de *A hora da estrela,* se não com *Memórias póstumas de Brás Cubas,* de Machado de Assis?

> Como eu irei dizer agora, esta história será o resultado de uma visão gradual – há dois anos e meio venho aos poucos descobrindo os porquês. É visão da iminência de. De quê? Quem sabe se mais tarde saberei. Como que estou escrevendo na hora mesma em que sou lido. Só não inicio pelo fim que justificaria o começo – como a morte parece dizer sobre a vida – porque preciso registrar os fatos antecedentes (1990, p. 26).

Em outra passagem (1990, p. 30), a romancista, com a máscara do narrador Rodrigo S. M., tenta explicar o seu modo de escrever e dizer que a literatura tem de dialogar com outras artes, como a música e a pintura, para ser mais significativa:

> Eu não sou um intelectual, escrevo com o corpo. E o que escrevo é uma névoa úmida. As palavras são sons transfundidos de sombras que se entrecruzam desiguais, estalactites, renda, música transfigurada de órgão. Mal ouso clamar palavras a essa rede vibrante e rica, mórbida e obscura tendo como contratom o baixo grosso da dor. Alegro com brio.

À frente (1990, p. 31), Clarice ironiza o modo de narrar naturalista/realista:

> Transgredir, porém, os meus próprios limites me fascinou de repente. E foi quando pensei em escrever sobre a realidade, já que essa me ultrapassa. Qualquer que seja o que quer dizer "realidade". O que narrarei será meloso? Tem tendência mas então agora mesmo seco e endureço tudo.

A autora a todo instante chama o leitor para o diálogo sobre o modo de narrar e, principalmente, sobre a escolha que faz dos personagens para viver a narrativa:

> De uma coisa tenho certeza: essa narrativa mexerá com uma coisa delicada: a criação de uma pessoa inteira que na certa está tão viva quanto eu. Cuidai dela porque meu poder é só mostrá-la para que vós a reconheçais na rua, andando de leve por causa da esvoaçada magreza (1990, p. 33).

A propósito da construção de Macabéa, é importante ler o que Clarice (2004, p. 81) confessa em depoimento: "Trato de uma moça nordestina. Eu vi essa moça na feira dos nordestinos, em São Cristóvão. Olhei para ela e descobri tudo. Tudo sobre ela, entende? Bastou um olhar. Eu sou muito intuitiva".

O que ela pensa sobre literatura é dito em uma crônica (2004, p. 118): "Apesar de ocupada com escrever desde que me conheço, infelizmente faltou-me também encarar a literatura de fora para dentro, isto é, como uma abstração. Literatura pra mim é o modo como os outros chamam o que nós fazemos".

Combinando o que pensa sobre a literatura com o que escreve, em *A hora da estrela* (1990, p. 33), ela dirá pela voz de Rodrigo S. M.: "E eis que fiquei agora receoso quando pus palavras sobre a nordestina. E a pergunta é: como escrevo? Verifico que escrevo de ouvido assim como aprendi inglês e francês de ouvido".

A respeito do papel da literatura e da função do escritor, Clarice

Lispector (2004, p. 63) diz: "A literatura deve ter objetivos profundos e universalistas: deve fazer refletir e questionar sobre um sentido para a vida e, principalmente, deve interrogar sobre o destino do homem na vida".

Confirma-se pelas passagens da obra e pelos depoimentos da autora em outros escritos que há todo um projeto consciente do fazer autoral em processo dialógico com todas as formas de narrar presente no intertexto da nossa cultura literária. O modo de narrar clariciano demonstra ser falsa a crítica que se faz à escritora de alienada e desligada dos problemas sociais de seu tempo. Ela mesma faz questão de se explicar em entrevista:

> Não importa o que se escreva, a consciência social está ali – incluída até mesmo inconscientemente no indispensável 'livre curso ao que der e vier'. Mas não à custa de 'sejam quais forem os resultados' – se os resultados ferirem o meu próprio sentido de moral social (1961).

Na concepção bakhtiniana é sempre dialógica a inter-relação indivíduo e história e é daí que surge a cultura. Texto e contexto estão em incessante processo de dialogismo, de tal modo que falar de um é trazer o outro para o cenário textual ou como diz o notável teórico do discurso: "A situação extraverbal não pode ser em nenhum momento uma causa externa à enunciação" (BAKHTIN, 2003, p. 329).

Quando a narrativa não se contenta em ser mera representação do real ou apenas testemunho do fato social, ela estará atingindo o ápice do que a teoria bakhtiniana classifica como interação dialógica.

Ler Clarice Lispector continua sendo um desafio para o estudioso do texto artístico, não porque ela seja hermética ou complicada estilisticamente, mas porque na aparente facilidade de entendimento de seus textos ou despreocupação com um vocabulário mais cuidado e inventivo esconde-se um registro literário fascinante e sempre aberto a novas descobertas.

A teoria discursiva de Bakhtin oferece ao crítico literário da obra clariciana um instrumental teórico de análise bastante produtivo que lhe permite fazer novas leituras que, sem desprezar o que já foi dito a respeito de seus textos, dão a conhecer ainda mais a riqueza de sua elaboração.

De acordo com Brait (1994, p. 16), a concepção discursiva de Bakhtin é um posicionamento científico-filosófico, muito mais do que um corpo teórico acabado, é um modo de investigar o discurso como forma aberta, histórica, de um falante que se dirige a um interlocutor e propõe uma atitude dialógica. Assim, o discurso não é um objeto submisso ao monologismo de uma teoria pronta, mas é, isso sim, um concerto de produção de efeitos de sentido.

A obra bakhtiniana enfatiza a importância da linguagem como fenômeno socioideológico, aprendida dialogicamente no correr da história. Para o filósofo do discurso, o diálogo integra o funcionamento concreto da linguagem e da consciência e o monólogo é um processo inaugural de um novo diálogo. Isso se dá plenamente em *A hora da estrela*. O monologismo aparente de uma só voz, ela-mesma, Clarice Lispector, é uma estratégia de imposição a um dialogismo mais amplo.

As leituras até hoje feitas da obra de Clarice Lispector mostram a predominância de um projeto de elaboração artística centrado na introspectividade e intimismo. A leitura mais recente foi feita por Arêas e esta crítica literária compara *A hora da estrela* com *Vidas secas,* de Graciliano Ramos, dada a convergência na caracterização de Macabéa e Fabiano, nordestinos humilhados e ofendidos. Arêas (2005) preocupa-se em estudar o modo de Clarice Lispector e Graciliano Ramos tratarem a "convenção literária". Aponta o *universo circense* da trama narrativa de *A hora da estrela* como "alto trapézio", sujeito a provocar fracassos literários, ao romper com paradigmas dos modos de narrar realista e naturalista.

> A leitura que fazemos de *A hora da estrela* descobre com o leitor e para o leitor os aspectos de preocupação da autora com dados de sua própria biografia, a consciência de que esta poderia ser sua última composição literária, a exploração de um veio regionalista, porém sem concessões a críticas de cunho sociológico, a utilização de uma linguagem enxuta e, sobretudo, o questionamento profundo do próprio ato de narrar. Clarice não tem certezas, tem desconfianças: "Este livro é uma pergunta" (1990, p. 31). Sabe que sua luta é com a palavra: "Sim, mas não esquecer que para escrever não-importa-

> o-quê o meu material básico é a palavra. Assim é que esta história será feita de palavras que se agrupam em frases e destas se evola um sentido secreto que ultrapassa palavras e frases" (1990, p. 28-29).

Esse sentido secreto não foge ao que Bakhtin (2003, p. 328) ensina:

> A palavra não pode ser entregue apenas ao falante. O autor (falante) tem os seus direitos inalienáveis sobre a palavra, mas o ouvinte também tem os seus direitos; têm também os seus direitos aqueles cujas vozes estão na palavra encontrada de antemão pelo autor (não há palavra sem dono). A palavra é um drama do qual participam três personagens (não é um dueto, mas um trio). Ele não é representado pelo autor e é inadmissível que seja introjetado (introjeção) no autor.

Clarice elabora um texto metaficcional que faz o leitor incursionar pelos seus meandros acompanhando *pari-passu* a sua arquitetura bem projetada desde a fachada até o seu interior. Da dedicatória, em forma de oração e testamento, que remete de algum modo a *Memórias póstumas de Brás Cubas*, passando pelo índice dos capítulos, homenageando a literatura de cordel, a autora vai tecendo um texto intrigante pelo jogo entre subjetividade e alteridade. O processo autoral fica evidente desde a dedicatória até a invenção de um narrador masculino, Rodrigo S. M., extensão de Clarice para colocar em cena Macabéa e Olímpico. O que a autora quer é descobrir como sair de si mesma para ser o outro, para falar pelo outro e com o outro, deixar de ser eu para ser "eutro", se assim podemos dizer: "Esse eu que é vós pois não agüento ser apenas mim, preciso dos outros para me manter de pé, tão tonto que sou eu enviesado" (1990, p. 21).

A aproximação, mesmo que passageira, entre Macabéa e Olímpico, nordestinos marginalizados, mostra a capacidade de invenção clariciana que faz dialogar objetividade e subjetividade, mostrando que esta também se constrói em um diálogo incessante com o outro e com o mundo. Ao elaborar *A hora da estrela*, como se já pressentisse a sua hora final, Clarice entrega-se de corpo e alma à sua escrita, num

diálogo entre criador e leitor, indivíduo e sociedade, vida e morte, grandeza e pequenez da existência humana.

REFERÊNCIAS

ABEL, C. A. dos S. A proletária Macabéa. In: *Estudos da literatura brasileira contemporânea*, nº 4. Brasília: UNB, fev. de 2000.

ARÊAS, V. *Clarice com a ponta dos dedos.* São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

ARRIGUCI JR., D. *Leitura*: entre o fascínio e o pensamento. São Paulo: FDE, 1994 (In: Série Idéias, n.13).

BAKHTIN, M. (V.). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1997.

____. *Questões de literatura e estética*. A teoria do romance. 4. ed. São Paulo: Unesp, 1998.

____. *Estética da criação verbal.* São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARTHES, R. *Crítica e verdade.* São Paulo: Perspectiva, 1970.

BORELLI, O. *Clarice:* um esboço para um possível retrato. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

BRAIT, B. (Org). Dialogismo, polifonia e enunciação. In: BARROS, Diana L.P. de; FIORIN, José Luiz. (Org.). *Dialogismo, polifonia, intertextualidade:* em torno de Bakhtin. São Paulo: Edusp. , 1994.

CADERNOS DE LITERATURA BRASILEIRA. Clarice Lispector. São Paulo: Instituto Moreira Salles, n. 17–18, 2004. Edição especial.

CANDIDO, Antonio. Uma tentativa de renovação. In: ____. *Briga-da ligeira*. São Paulo: Martins, 1945, p. 98-109.

____. *Vários escritos.* São Paulo: Duas Cidades, 1970.

____. *Literatura e sociedade.* São Paulo: Nacional, 1973.

____. No raiar de Clarice Lispector. In: ____. *Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

____. *Na sala de aula:* caderno de análise literária. São Paulo: Ática, 1986.

COSTA, L. M. A crítica literária enquanto disciplina do curso de Letras. *Letras de Hoje,* Porto Alegre: PUC-RS. (57): p. 161-167, set. 1984.

FRYE, N. *Anatomia da crítica.* Tradução de Péricles Eugênio da Silva Ramos. São Paulo: Cultrix, 1973.

GALEANO, E. *As veias abertas da América Latina.* 30. ed. Rio: Paz e Terra, 1990.

GOTLIB. N. B. *Clarice* – uma vida que se conta. São Paulo: Ática, 1995.

KADOTA, N. P. *A tessitura dissimulada:* o social em Clarice Lispector. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1997.

LAJOLO, M. Teoria da literatura e literatura na escola: caminhos e descaminhos, encontros e desencontros. *Letras de Hoje,* Porto Alegre: PUC-RS, (63), p. 62-74, mar. 1986.

LEITE, L. C. M. *Invasão da catedral:* literatura e ensino em debate. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

LINS, A. *Os mortos de sobrecasaca.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

LISPECTOR, C. *A hora da estrela*. 18. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

LOPES, E. O texto literário e o texto de massa e o ensino de língua portuguesa. *Stylos*, São José do Rio Preto: Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, v. 91, 1986.

LUCAS, F. A obra e a crítica numa cultura dependente. *Letras de Hoje*, Porto Alegre: PUC-RS, v. 57, p. 155-161, set. 1984.

NUNES, B. *O drama da linguagem*. São Paulo: Ática, 1989.

____. *Leitura de Clarice Lispector.* São Paulo: Quíron, 1973.

PAGANINI, J. Engajamento poético e transfiguração. In: *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, nº 10. Brasília: UNB, nov./dez. 2000.

PERNAMBUCO, J. *A redação escolar no 2º grau:* análise dos efeitos da escolaridade. 1993. f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

VARGAS LLOSA, M. As ilusões da literatura. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 14 de ago. 1995.

SÁ, Olga de. *A escritura de Clarice Lispector.* Petrópolis/ Lorena: Vozes/Faculdades Integradas Teresa d`Ávila, 1979.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O objetivo do trabalho é refletir sobre o gênero crônica à luz da Análise da Conversação, da Sociolingüística Interacional e da História Cultural, pois como diz Braudel (1989, p. 53), em referência a esta última: "... não há civilização atual que seja verdadeiramente compreensível sem um conhecimento de itinerários já percorridos, de valores antigos, de experiências vividas".

É importante frisar que proceder à análise da crônica é, antes de tudo, fazer uma reflexão, de um lado sobre a materialidade da língua, que apresenta regularidades passíveis de serem analisadas e, de outro, sobre a utilização dessa mesma língua pelo homem e pela sociedade. Ou seja, a observação de uma dada regularidade lingüística revela a maneira pela qual o sujeito, inserido numa sociedade, interpreta e expressa aquele momento histórico.

Partindo-se da crônica de Lima Barreto, do início do século XX, *Quase doutor*, e fazendo uso de uma crônica de Carlos Eduardo Novaes, do último quartel do mesmo século, *Regreção da Redassão*, para estabelecer o contraponto, mostrar-se-á que, embora sejam os mesmos, o tema e o enfoque do autor, infiltrados no texto, a forma de tratamento desse tema é diferente, em virtude do contexto social e político em que foram produzidas.

A CRÔNICA

Crônica, do grego *chronos* designava, em seu sentido primário, registro do passado em seqüência cronológica, passando depois, possivelmente no século XX, a ter seu objeto no cotidiano construído pelo cronista através da seleção que leva a registrar alguns aspectos e a abandonar outros (NEVES, 1992, p. 5).

No Brasil, teria surgido com Pedro Álvares Cabral que, ao retratar

A crônica: uma leitura textual-discursiva

Leonor Lopes Fávero
Márcia A. G. Molina

ao rei, subjetivamente, a terra e seus habitantes, apresentava a visão não de historiador, mas de cronista.

Tal como a conhecemos, nasceu a crônica brasileira no século XIX – o primeiro cronista parece ter sido Francisco Otaviano, que a iniciou no *Jornal do Comércio*, no Rio, em dezembro de 1852, ocupando a seção denominada "Folhetim", isto é, "um artigo de rodapé sobre as questões do dia – políticas, sociais, artísticas, literárias". Ou, como nos diz Machado de Assis:

> Não posso dizer positivamente em que ano nasceu a crônica, mas há toda a probabilidade de crer que foi coetânea das primeiras duas vizinhas. Essas vizinhas, entre o jantar e a merenda, sentaram-se à porta para debicar os sucessos do dia. Provavelmente começaram a lastimar-se do calor. Uma dizia que não pudera comer ao jantar, outra que tinha a camisa mais ensopada do que as ervas que comera. Passar das ervas às plantações do morador fronteiro, e logo às tropelias amatórias do dito morador, e ao resto, era coisa mais fácil, natural e possível do mundo. Eis a origem da crônica (*História de quinze dias*. 1º/11/1877).

Se inicialmente ocupava quase metade da página de um jornal, versando sobre vários assuntos ao mesmo tempo, foi encurtando, passando a comentar um só, um *flash* do fato, obrigando o cronista a explorar seu espaço do modo mais rápido e conciso possível, estabelecendo "uma corrente de simpatia, de identificação entre leitor e autor, convertendo este último numa

espécie de confidente ou cúmplice do primeiro" (LETRIA, 2000, p. 51).

Nesse sentido, mencionamos o trabalho de Arrigucci Jr. (1987) sobre a história da crônica, sobretudo no Brasil, e do qual destacamos (p. 51):

> São vários os significados da palavra crônica. Todos, porém, implicam a noção de tempo, presente no próprio termo, que procede do grego *chronos*. Um leitor atual pode não se dar conta desse vínculo de origem que faz dela uma forma do tempo e da memória, um meio de representação temporal dos eventos passados, um registro da vida escoada. Mas a crônica sempre tece a continuidade do gesto humano na tela do tempo (...) trata-se de um relato em permanente relação com o tempo, de onde tira, como memória escrita, sua matéria principal, o que fica do vivido – uma definição que se poderia aplicar igualmente ao discurso da História, a que um dia ela deu lugar. Assim, a princípio ela foi crônica histórica, como a medieval: uma narração de fatos históricos segundo uma ordem cronológica, conforme dizem os dicionários, e por essa via se tornou uma precursora da historiografia moderna. Tal gênero supõe uma sociedade para a qual importa a experiência progressiva do tempo, um passado que se possa concatenar significativamente, a História, enfim, e não apenas um tempo cíclico ou repetitivo, implicando noutra forma de narrativa – o mito (...) a crônica pode constituir o testemunho de uma vida, o documento de toda uma época ou um de se inscrever a História no texto.

O GÊNERO CRÔNICA

A questão dos gêneros textuais e/ou discursivos tem sido objeto de estudo de excelentes pesquisadores, razão pela qual não se fará aqui um estudo, resumido sequer, das discussões teóricas que têm ocupado espaço nos estudos lingüísticos e o tema será abordado de forma bastante ampla.

Pensamos como Machado (2004, p. 11) que os "gêneros são tantos quantos forem os usos linguageiros, mais ou menos padronizados, exigidos pela comunicação na vida em sociedade". Em outras palavras, podemos dizer que:

> Os gêneros são famílias de textos 'associadas a práticas discursivas historicamente determinadas, a exemplo do conjunto de textos que são cognitiva e socialmente interpretados e /ou reconhecidos como representativos de um 'editorial de jornal', de uma 'propaganda eleitoral', de ' uma carta', de 'uma entrevista', de 'uma parábola', de 'uma crônica', de 'um conto', de 'uma novela', de 'um romance' etc. Esta dimensão de materialização dos gêneros representa de um lado um conjunto de restrições relativas às condições de produção e de interpretação de textos; de outro lado, um horizonte de possibilidades para a atualização de estratégias discursivas pelos sujeitos através da enunciação (MENDES, 2004, p. 120).

No caso da crônica, é comum defini-la como um gênero híbrido, que oscila entre a subjetividade da literatura e a objetividade do jornalismo, com propriedades intertextuais intergêneros, como salienta Fix (1997, p. 97, apud MARCUSCHI, 2003, p. 31), resultado da visão pessoal do cronista ante um fato qualquer, mas, diferentemente do repórter, o fato é um meio e não um fim. "Se o repórter é o 'romancista da atualidade' que tem compromisso com a verdade, o cronista será o 'prosador do cotidiano' que tem compromisso com as contradições de seu tempo"(REZENDE E CAMPOS, 2005, p. 187).

Nela há a opção pelo coloquialismo que atrai o leitor, com a intenção de divertir, informar, ilustrar, utilizando-se de uma linguagem direcionada aos leitores apressados do jornal, veículo de informação diária, e cuja elaboração tem como característica primordial a urgência, pois "os acontecimentos são extremamente rápidos, e o cronista precisa de um ritmo ágil para poder acompanhá-los. Por isso sua sintaxe lembra alguma coisa desestruturada, solta, mais próxima da conversa entre dois amigos do que propriamente do texto escrito" (SÁ, 2002, p. 10).

Fingindo-se descompromissado, o cronista (e, portanto a crônica)

está inserido num momento histórico, imprimindo em seu texto marcas de seu tempo, de sua sociedade, revelando sua ótica de ver e sentir o mundo; e ele historia não só esse momento como a própria língua, instrumento do qual se vale (FÁVERO, 2005, p. 327).

Talvez por isso seja considerada por alguns críticos um gênero menor, embora não seja dessa forma que os cronistas a vejam:

> Escrever prosa é uma arte ingrata. Eu digo prosa fiada, como faz um cronista; não a prosa de um ficcionista, na qual este é levado meio a tapas pelas personagens e situações que, azar dele, criou porque quis. Com um prosador do cotidiano, a coisa fica mais fina (VINICIUS DE MORAES, 1982).

E na opinião de Antonio Candido (1980, p. 5):

> A crônica não é "um gênero maior" (...) "Graças a Deus" – seria o caso de dizer –, porque, sendo assim, ela fica perto de nós (...). Por meio dos assuntos, da composição aparentemente solta, do ar de coisa sem necessidade que costuma assumir, ela se ajusta à sensibilidade de todo o dia. Principalmente porque elabora uma linguagem que fala de perto ao nosso modo de ser mais natural. Na sua despretensão, humaniza; e esta humanização lhe permite, como compensação sorrateira, recuperar com a outra mão uma certa profundidade de significado e um certo acabamento de forma, que de repente podem fazer dela uma inesperada, embora discreta, candidata à perfeição.

Características das modalidades falada e escrita nela convivem e criam um efeito de realidade e atualidade, fato já constatado por Fargoni (1993, p. 238) que, ao analisar crônicas publicadas na série Para gostar de ler, verifica que esses textos contêm "índices de oralidade, explicitados tanto em elementos verbais como nos não verbais que envolvem a conversação por ela simulada" e esses vão constituindo sua textualidade. Isso se observa tanto em crônicas do início do século como nas de Lima Barreto, quanto nas crônicas atuais, recentes como nas de Carlos Eduardo Novaes, nascidas hoje para saírem nos jornais ainda

hoje, revelando seu vínculo com a história, como se verá a seguir.

A CRÔNICA E O VÍNCULO COM A HISTÓRIA

Essa busca de aproximação com o leitor por meio da linguagem e da discussão do fato hodierno faz com que a crônica deixe de ser entendida apenas como superestrutura, passando a ser concebida como uma rede de relações que une a produção de um sujeito, num certo espaço socioeconômico-cultural, num tempo determinado (CHEVALIER, 1976). Ou seja, a observação dessa dada regularidade lingüística revela a maneira pela qual o sujeito, inserido numa sociedade, interpreta e expressa aquele momento histórico.

Nesse sentido, podemos dizer que o cronista, como sujeito-autor, é também um elemento do discurso, favorecendo que se olhe para sua narrativa e se lhe atribua uma função classificatória, isto é, dizendo-se o nome do autor temos revelado um certo modo de ser do seu discurso (FOUCAULT, 1979).

Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922) foi, de acordo com Morais (1983, p. 12) "uma personalidade de fronteira. Alguém que habitou o limiar de realidade e mundos diferentes e, por esta razão, obrigou em si uma cota incomum de contradições e conflitos".

Nasce pobre e mulato, numa sociedade marcada pelo preconceito racial. Recebe esmerada educação, freqüenta excelentes escolas, chegando à Politécnica, contudo não se forma engenheiro em virtude de cinco reprovações consecutivas em Mecânica Racional. É nesse ambiente que se inicia no jornalismo universitário.

Desiludido, em virtude de não conseguir satisfazer a vontade paterna de ser doutor, ingressa no serviço público e quase ao mesmo tempo começa a escrever em jornais e revistas de grande circulação e a publicar seus romances, expressando neles "uma perplexidade dolorida ante um tempo de vícios legitimados e injustiças estruturais da sociedade" (ibid., p. 57). Dono de uma personalidade introspectiva, com jeito meio taciturno e desconfiado, vale-se da literatura para fazer acusações e críticas àquele momento de inúmeras transformações no

cenário sociocultural brasileiro.

Suas crônicas, cujo temário inclui relações sociais, transformações sociais, políticas e econômicas do país, o cotidiano urbano e suburbano, apresentam uma vasta galeria de personagens – burgueses, melindrosas, aristocratas, militares, populares, caixeiros, mendigos, viúvas, loucos, mascates, adúlteros etc. –, que está de alguma forma também presente nas crônicas de hoje.

Muitos acontecimentos da República Velha estão aí revisados e retratados: a primeira grande guerra, as greves operárias, a construção do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, a propalada instalação da Universidade, o excesso de bacharéis, o feminismo etc.

Tanto quanto Lima Barreto, Carlos Eduardo Novaes foi um ser de fronteira. Alguém que transitou pelo limiar da realidade e da fantasia em mundos diferentes até se encontrar no e pelo jornalismo e literatura.

Nasceu no Rio de Janeiro e, muito cedo, resolveu deixar a Cidade Maravilhosa mudando-se para a Bahia, onde fez de tudo um pouco: cuidou de um museu, abriu e administrou uma empresa de dedetização e foi dono, inclusive, de uma fábrica de sorvetes, chegando a formar-se em Direito pela Universidade Federal.

Como nada lhe satisfazia, resolveu voltar ao Rio de Janeiro. e começou a dedicar-se ao jornalismo, escrevendo, primeiramente, sobre política internacional. Depois, passou para o esporte, quando, ao produzir textos sobre a loteria esportiva, viu revelada sua veia humorística.

Surgia, então, um novo cronista. Sua experiência nos jornais favoreceu-lhe a escritura de livros, roteiros de cinema, peças de teatro e até novelas de televisão.

Dentre suas experiências profissionais, somam-se ainda, a de funcionário público e de Secretário de Cultura da Cidade do Rio de Janeiro, embora sua paixão seja mesmo a literatura.

A TEXTUALIDADE DA CRÔNICA

A crônica *Quase doutor*, escrita nas primeiras décadas do século XX, tem como enredo uma conversa entre três pessoas numa confeitaria: o cronista-narrador, o Senhor Seráfico Falcote, estudante quase formado, e Cununguinde, amigo de ambos. O momento de escritura da obra foi muito peculiar, na sociedade brasileira, de consolidação do regime republicano, e de muitas contradições no cenário mundial.

É na interação e por causa dela que se cria um processo de geração de sentidos: "Um ato de linguagem é uma interação pelo fato de fundar-se no olhar avaliativo dos parceiros, isto é, daqueles que participam desse ato com atenção profundamente voltada para todos os aspectos que, de alguma forma, interferem nesse evento" (BRAIT, 1993, p. 200). Na modalidade escrita temos, no dizer de Marcuschi (2000), uma interação abstrata, isto é, os interlocutores estão separados no tempo e no espaço, o que não significa dizer que o texto escrito seja monológico, já que:

> O diálogo, no sentido estrito do termo, não constitui, é claro, senão uma das formas, é verdade que das mais importantes, da interação verbal. Mas pode-se compreender a palavra diálogo num sentido amplo, isto é, não apenas como a comunicação em voz alta, de pessoas colocadas face a face, mas toda comunicação verbal, de qualquer tipo que seja (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1974, p. 123).

O desenrolar do diálogo permite ao cronista-narrador criar um determinado efeito de sentido: criticar a instrução pública da época, alvo das reformas dos vários ministros que passaram pelo Ministério Público da Educação, Correios e Telégrafos na Primeira República, especialmente nos primeiros vinte anos do século, tais como: a de Benjamin Constant (1890), a de Epitácio Pessoa (1901), a de Rivadávia Correa (1911) e a de Carlos Maximiliano (1915).

A narração em primeira pessoa dá mais verossimilhança ao texto e objetiva descrever a surpresa que o envolveu nessa conversa com um "desconhecido de seus vinte e poucos anos, bem posto em roupas, anéis, gravatas, bengalas, etc." Enquanto protagonista de um evento interacio-

nal é apanhado de improviso pelo cronista cuja fala lhe permite constatar imediatamente, considerando o conjunto de valores pressupostos pelo meio sociocultural em que se dá a interação, tratar-se de uma situação no mínimo exdrúxula – "esse moço foi criado na roça, por isso adquiriu esse modo feio de falar". No dizer de Goffman (174, p. 46):

> *Un acte soumis à une règle de conduite constitue une forme de communication, car il représente une confirmation du moi, aussi bien de celui pour qui la règle est une obligation que de celui pour qui elle correspond à une attente. L'acte qui refuse de se conformer est également une forme de communication, et souvent plus intense, car l'infraction est toujours révélatrice du moi des participants.*

Moisés (1997) menciona que a impessoalidade é rejeitada pelos cronistas uma vez que é sua visão de mundo, a veracidade do fato, sua carga emocional, que lhes interessa transmitir ao leitor.

Na crônica de Lima Barreto, por meio da subjetividade, semelhante à da poesia lírica, o cronista-narrador ancora o fato no real e, ao mesmo tempo que utiliza a referencialidade da prosa jornalística, explora a polissemia da metáfora: "O estudante era alemão dos quatro costados".

As falas de Seráfico Falcote acabam satirizando o sistema educacional brasileiro naquele início do século, pois visam à demonstração de que ter conhecimento não é necessariamente falar bem, ou melhor, não é necessariamente utilizar a modalidade culta da língua nem algo próximo dela, pois tal personagem não a domina, mas possui um vasto conhecimento de mundo, é um estudante à beira de diplomar-se e provavelmente sabe escrever já que passou nos exames e espera "tirá a medaia", mas não se desvencilhou dos traços da variante falada no meio em que foi criado: "– Quá ele tá i nós não arranja nada. Quando escrevo é aquela certeza. De boca, não se cava... O véio óia, óia e dá o fora".

Na fala de Seráfico Falcote, verifica-se também uma tentativa de reprodução mais aproximada da fala real de um sertanejo: "Caxero, traz aí quarqué cosa de bebê e comê", "Não sabe Cunungunde: o véio tá í".

Entretanto, a fala da outra personagem (o amigo comum) é marca-

da pela variante culta, por uma linguagem bem cuidada, conservadora, seguindo a norma portuguesa, com a utilização da segunda pessoa do singular, talvez numa crítica ao purismo ortodoxo que vigorou até 1922 e que provocou tantas polêmicas: "Deves então andar bem de dinheiros", "Quando te formas?", "Tens tido boas notas?"

Na tentativa de criar o dialogismo fala/escrita, o cronista-narrador procura reproduzir a fala das personagens tal qual ela ocorre como se fosse uma transcrição, porém faz uma seleção estratégica das seqüências, escolhendo-as de acordo com sua relevância. Há um limite bem demarcado entre a transcrição do texto oral e o diálogo literário, imaginado pelo escritor: "Não sabe Cunungunde: o véio tá í".

Não há, no texto, atendendo aos postulados de Grice a partir da máxima "Não diga o óbvio", apenas uma gestão dos turnos, instaurada pelos interlocutores como numa conversação espontânea real, em que o processo colaborativo depende dos falantes e o princípio "fala um de cada vez" nem sempre ocorre, com freqüentes sobreposições, assaltos ao turno, etc., revelando, por exemplo, as estruturas de poder que governam a conversação. Contrariamente, os turnos são "obedecidos", e o assunto dos tópicos, relevantes para a transição.

Tem-se aqui um diálogo assimétrico, pois, além de narrar o texto, o cronista-narrador pouco fala e, quando o faz, seu turno não tem valor referencial. A outra personagem, amigo comum, também pouca informação acrescenta ao diálogo.

Quanto à organização global, sobressai, na organização dos tópicos e subtópicos, a figura do cronista-narrador e a forma como conduz a narrativa, fundamental para a interpretabilidade do texto. Como já dissemos, ele estabelece uma seleção das seqüências das falas das personagens, por meio de pares adjacentes, elemento básico da interação e intimamente relacionado ao tópico, podendo, dentre outras funções, introduzi-lo, dar-lhe continuidade, redirecioná-lo etc. No texto, todas as seqüências estão em consonância com o supertópico "a calamitosa situação do ensino na época", garantindo sua coesão e coerência.

A utilização da fala de um narrador (mesmo sendo um cronista-

narrador) extrapola a modalidade oral: trata-se de um recurso de escrita, devido à necessidade, nessa modalidade, de se construírem os cenários em que o episódio transcorre. Deve-se ressaltar que são aqui examinadas marcas da oralidade, mas as da modalidade escrita estão fortemente presentes como os parágrafos, sua estruturação, a transição de um para outro, etc. e isso se deve ao óbvio: mesmo simulando a fala, a crônica não deixa de ser um gênero escrito.

De forma paralela, a *Regreção da Redassão,* de Carlos Eduardo Novaes, possivelmente escrita na década de 70, tem como enredo a conversa entre duas pessoas: uma senhora e o próprio cronista-narrador, cujo objetivo é também criticar a instrução pública, reestruturada na época pela Lei de Diretrizes e Bases 5.692/71 que, dentre outras coisas, instaurara a qualificação para o trabalho, exigindo uma educação mais técnica.

Relativamente à língua portuguesa, definira seus objetivos: "No ensino de primeiro e segundo graus, dar-se-á especial relevo ao ensino da língua nacional, como instrumento de comunicação e como expressão da cultura brasileira".

Somando-se à questão da qualificação para o trabalho, vemos que, com essa lei, o ensino preocupou-se mais com a prática, em prejuízo, talvez, do aprendizado teórico-cultural, o que pode ter ocasionado o declínio no processo ensino-aprendizagem da língua portuguesa (e que vemos acentuar-se cada vez mais...).

Esse fato, mesmo que de forma geral, parece ser compartilhado pelos interlocutores, pois a interação se estabelece a partir de um telefonema dado: "Semana passada recebi um telefonema de uma senhora que me deixou surpreso. Pedia encarecidamente que ensinasse seu filho a escrever", quando se cria todo o processo de geração de sentidos do texto.

A crônica é um gênero dialógico não só porque utiliza fala e escrita, mas também devido ao fato de nela sempre existir um diálogo. Moisés (op. cit: 255, p. 6) afirma:

> Fletido ao mesmo tempo para o cotidiano e para suas ressonâncias do "eu", o cronista está em diálogo virtual com um interlocutor mudo, mas sem o qual sua (ex)incursão se torna impossível. Na

> verdade, trata-se de um procedimento dicotômico, uma vez que o diálogo somente o é pelo leitor implícito: monólogo enquanto auto-reflexão, diálogo enquanto projeção (...).

Esse fato ocorre ou com as personagens inseridas no texto ou, de outra forma, com o cronista dialogando com seu leitor.

Para denunciar o mau exercício de uma das principais funções da escola: ensinar a escrever, o cronista-narrador usa repetidas vezes as seqüências "não sabe escrever", "ensinar a escrever".

> "Comentei o fato com um professor, meu amigo, que me respondeu: 'Você não deve se assustar, o estudante brasileiro não sabe escrever'."
> "E você sabe por que essa geração não sabe escrever ?"
> "Não sabe escrever porque..."
> "A elite não sabe escrever, a elite chama a secretária e dita".
> "Não há dúvidas, o estudante brasileiro não sabe escrever".

Introduzido o tema logo no início, sua progressão dá-se por coesão recorrencial que, de acordo com Fávero (1999, p. 26): "se dá quando, apesar de haver retomada de estruturas, itens, ou sentenças, o fluxo informacional caminha, progride; tem, então, por função, levar adiante o discurso".

O texto inicia-se com uma seqüência que propicia a quebra de um *frame* do leitor: o trabalho de ensinar a escrever é, como sabemos, dever do professor que, teoricamente, deveria ter adquirido habilidades suficientes para bem exercer seu papel: "(...) uma senhora (...) pedia encarecidamente que ensinasse seu filho a escrever". "– Mas, minha senhora – desculpei-me, – eu não sou professor."

O cronista-narrador é um jornalista e, embora tenha competência escrita, não tendo formação adequada, pode não saber ensinar. O bom exercício desse papel pelos professores é questionado em seguida pela seqüência: "– Eu sei. Por isso mesmo. Os professores não têm conseguido muito."

Agora, assumindo o papel de autor e, nesse sentido, não querendo delegar a essa classe o problema de que trataria, já que, se assim o fizesse, poderia perder um número considerável de seus leitores, atribui, então, a culpa por essa deficiência ao ensino de modo geral:

"– A culpa não é deles. A falha é do ensino".

Como simula um texto oral, em *Regreção da redassão* temos: a) pares adjacentes, elementos básicos da interação cuja função é dar continuidade ao tópico; b) formas como: "pra", "taí", colocadas na voz dos locutores, ou na própria narrativa, já que o cronista-narrador também instaura ali um diálogo como o seu leitor; c) marcadores conversacionais, especialmente os de início de turno, como: "Mas, minha senhora – desculpei-me, – eu não sou professor"; e d) repetições "(...) A senhora precisa ver o trabalho que dou ao revisor"; "Não faz mal – insistiu, – o senhor vem e traz um revisor".

Quanto à organização global, o texto apresenta a superestrutura do texto argumentativo: Tese/ Premissas (argumentação)/ Conclusão (ou tese). Charolles (s/d, p. 74) assevera: *«Bien qu'il semble possible théoriquement de différencier nettement cex deux types de discours (narratives e argumentatives), dans la pratique leurs frontières restent souvent assez floues (...).»*

Nesta crônica temos por tese: a escola não está cumprindo o seu papel/ Premissa: jovens não sabem escrever/Argumentação (a própria narração)/ Conclusão (ou tese) (Implícita); portanto, podemos dizer que em *Regreção da redassão* temos uma argumentação implícita (MOIRAND, s/d), uma vez que o autor discute o papel da escola implicitamente, fazendo uso da narração para tecer sua argumentação:

> *D'autre part le D.A[1]. est souvent elliptique et les categories super structurelles que l'on vient de definer ne sont pas forcément toutes explicitement présentes dans le texte: souvent la these antérieure n'est pas exprimée mais il se peut aussi que l'orateur laisse sous entendues des prémisses que tout le monde connait ou qu'il n'énonce pas le*

1 *Discours Argumentatif.*

> *conclusions de son argumentation, l'implicite jouant dans ce case um rôle d'arguments: ce que le destinataire du D.A. peut déduire s'impose à lui comme une évidence* (MOIRAND, s/d, p. 77).

Para assegurar sua argumentação, a seqüência "não sabe escrever" é colocada primeiramente na voz de um professor: "Você não deve se assustar, o estudante brasileiro não sabe escrever"*;* depois, na de um educador: "O estudante brasileiro não sabe escrever"*;* e finalmente na de um diretor de faculdade: "O estudante brasileiro escreve muito mal", isto é, por meio dessa progressão, o cronista-narrador reforça seu dizer e o do cidadão comum, no caso representado pela senhora.

Outra prática comum e estreitamente imbricada ao ato de escrever, a da leitura, é revisada pelo cronista-narrador: "(...) Não sabe escrever porque está perdendo o hábito de leitura. E quando o perder completamente, você vai escrever para quem?"

A subjetividade, como já dissemos, outra característica da crônica (REZENDE, 2005), é percebida frente à preocupação manifestada pelo cronista-narrador, ao responder: "Taí um dado novo que eu não havia considerado. Imediatamente pensei quais as utilidades teria um jornal no futuro: embrulhar carne?" E vai, quase que profeticamente, imaginando um futuro em que não se leriam mais livros, mas se ouviriam as obras ou se entraria em contato com elas por meio de resumos....

> "E a senhorita não quer ler?"
> "O senhor só tem escrito? Então não quero"
> "E o senhor, vai ? Leva três e paga um."
> "Deixa eu ver o tamanho – pediu ele. (...)
> "O quê? Tudo isso? O senhor está pensando que eu sou vagabundo? Que tenho tempo pra ler tudo isso? Não dá pra resumir tudo em cinco linhas?"

Outro aspecto digno de nota é a questão da intertextualidade. Adam (1991, p. 119) afirma que *«la production littéraire doit être envisagée autant dans la relative clôture de sa cohésion et de sa cohérence*

que dans le jeu des relations intertextuelles que la lecture parvient à construire».

Para Brandão (2000, p. 76), há dois tipos de intertextualidade: uma *interna*, na qual um

> discurso se define por sua relação com o discurso do mesmo campo, podendo divergir ou apresentar enunciados semanticamente vizinhos aos que autoriza sua formação discursiva; e uma externa, na qual o discurso define uma certa relação com outros campos.

Nas crônicas aqui analisadas, o jogo intertextual se faz tanto de forma interna, pois ambas apresentam características observadas na maioria dos textos da mesma espécie, quanto externa, já que dialogam com reformas educacionais e com dizeres da coletividade: "A escola não cumpre mais o seu papel".

Na crônica de Novaes outros dizeres são introduzidos explicitamente no texto: a voz de alunos, diretores e colegas do cronista-narrador: "– Que língua é essa?, perguntou um aluno", "O Diretor do Departamento de Letras da PUC ficou impressionado", "– Quer dizer – disse a um amigo enquanto íamos pela rua – que o estudante brasileiro não sabe escrever?", que são inseridas no fio da narrativa para assegurar e dar credibilidade à argumentação.

Além disso, Novaes cita uma personagem já utilizada anteriormente em uma outra crônica relativa à escola, Juvenal Ouriço: "Outro dia, durante uma visita que fiz à casa de Juvenal Ouriço, um dos seus cinco filhos aproximou-se e veio me mostrar uma redação que fez para a escola. Peguei a folha. (Para gostar de ler – Volume 7, p. 78 a 83).

Essa é a personagem da crônica "Volta às aulas" (Um retorno cada vez mais caro), que se matricula numa pré-escola, Escolinha A Toca da Raposa, com o intuito de aprender para ensinar aos filhos, economizando, portanto:

> (....) Tia Lúcia não conseguiu esconder sua curiosidade e perguntou: "O que o senhor está fazendo aqui na escola? O senhor

já não sabe de tudo isso?"
– Sei, mas meus filhos não sabem.
– E o senhor tem filhos?
– Tenho, cinco, pequenos.
– E por que não os coloca na escola?
– Porque eu teria que abrir falência. Achei que seria melhor assim: ao invés de mandá-los, eu venho e à noite quando chego em casa conto pra eles tudo o que aprendi.
– E dá resultado?
– Pode não dar. Mas sai muito mais barato. (*Idem*)

Ao dialogar com essa crônica, pelo menos mais duas críticas ficam estabelecidas: primeiramente, ao preço altíssimo cobrado por muitas instituições particulares e, mesmo assim, não se observar o aprendizado da escrita; depois, ao fato de não se estar ensinando satisfatoriamente nem mesmo o ato mecânico de escrever.

(...) de papel e, com ele ao meu lado, li atentamente. Ao terminar, ficou me olhando, como que pedindo minha opinião. Fui franco. Disse-lhe:

– Não gostei.
– Não me admiro – disse ele –, o senhor leu de cabeça para baixo.
Dei um pigarro, disfarcei, coloquei a folha na posição correta e comecei novamente. Não entendia uma só palavra.
– Que diabo é isso? berrei — A professora mandou produzir uma mensagem cifrada?
– Não senhor. É só um dever.
– Um dever ? E está escrito em português?
– Claro.
– Claro, não. Pra mim isto parece escrita cuneiforme.

A crítica aos professores é sublinear, não o é a de que os estudantes nunca tiveram o hábito de leitura: "Só não estou muito certo quanto à perda do hábito de leitura. Para mim, os estudantes não perderam

o hábito de leitura. E sabe por quê? Porque nunca o tiveram."

Para ele, esse problema ficou mais grave com o advento da televisão: "E agora, com essa geração que cresceu sob o signo da televisão, dificilmente o hábito será implantado".

Na seqüência abaixo, a crítica ao ensino fica mais acentuada ainda:

> Alguns afirmam que todo o ensino de língua portuguesa é deficiente (...) Nos Estados Unidos (...) de um total de quase 12 mil minutos de aulas semanais, cerca de 4600 são dedicados ao inglês (....) Na França acontece o mesmo. Então aqui – disse um professor dentro da sala de aula – precisamos também aumentar o número de horas dedicadas à língua vernácula.
> – Que língua é essa? perguntou um aluno ao colega.
> – Não tenho a menor idéia. Acho que é uma língua falada pelos árabes.

A discussão a respeito da escola, ou seja, do ensino, fica ainda mais reforçada pelo uso da linguagem literária. A plurissignificância, característica desse tipo de texto, pode ser observada em passagens como: "A redação sofreu nas escolas uma queda de nível acentuada. E só não foi mais acentuada porque foram retirados vários acentos da língua portuguesa"; "Neste dia então a palavra escrever ganhará uma nova grafia: *ex-crever."*

Além de auxiliar a argumentação, essa plurissignificância auxilia na instauração da ironia e do humor, outro elemento freqüentemente observado neste gênero, como veremos a seguir.

IRONIA E HUMOR NAS CRÔNICAS

Nas crônicas sob análise, observa-se esse outro aspecto relevante, o humor, a comicidade, favorecendo a aproximação do leitor, por meio de uma linguagem simples próxima da paródia.

Bergson (1947, p. 2) apresenta três características "*moins sur le comique lui-même que sur la place où il faut le chercher"*.

A primeira é seu caráter humano: "*il n'y a pas de comique em dehors de ce qui est proprement humain*" (p. 2). Uma paisagem, um animal não serão risíveis, quando rimos deles fazemo-lo por semelhança com o homem ou pelo uso que o homem faz deles.

A segunda é a insensibilidade, isto é, o maior inimigo do riso é a emoção e a identificação, "*le comique exige donc enfin, pour produire tout son effet, quelque chose comme une anesthésie momentanée du coeur*" (p. 4).

A terceira característica: "o riso é sempre o riso de um grupo", o que significa dizer que os participantes devem compartilhar o mesmo conhecimento de mundo "por isso o cômico se torna dificilmente traduzível, já que, para ser compreendido, impõe a grupos sociais que façam a mesma leitura de mundo e que por isso podem captar nuances cômicas, às vezes, imperceptíveis" (LAURITI, 1990, p. 78). Portanto há no riso uma função social, ele é um "gesto social".

No início do século XX, debates sobre a língua portuguesa eram vistos diariamente nos jornais. A sociedade exigia que os homens cultos falassem e escrevessem rigorosamente de acordo com a norma, sob o risco de serem ferozmente atacados.

Na crônica *Quase doutor,* a falta de previsibilidade dessa situação, ou seja, um quase doutor usando um léxico tão popular, ocasionou uma quebra na expectativa de todo um grupo, tanto no cronista-narrador quanto nos leitores em geral, já que é inusitado o fato de um quase formado falar como a personagem.

> "Continuei estuporado e o meu migo, ou antes, o nosso amigo parecia não ter qualquer surpresa com tão famigerado estudante."
> "Caí das nuvens. Este homem já tinha passado tantos exames e falava daquela forma e tinha tão firmes conhecimentos!"

Bergson (op. cit.) afirma também que o que provoca o riso é uma atitude, uma frase, um gesto, uma palavra, estabelecendo uma oposição entre o cômico expresso pela linguagem e o criado por ela.

Nesse sentido, a escolha lexical, por exemplo, dos qualificativos,

permite-lhe completar informações que não estão presentes nos enunciados e explicitar sua reação, produzindo os desejados efeitos de humor e ironia:

"surpresas *admiráveis*"
"continuei *estuporado*"
"*famigerado* estudante"
"esse estudante era a coisa *mais preciosa*"
"como era *ilustrado*"
"tinha *finos* conhecimentos"

Além disso, o irônico título da crônica, *Quase doutor,* cria uma expectativa no leitor que é desviada durante a leitura do texto, ou seja, ocorre uma dissonância entre o que é dito e o que é mostrado.

O mesmo desvio é possível de ser percebido quando o cronista-narrador assevera: "Esse estudante era a coisa mais preciosa que tinha encontrado na minha vida. Como era ilustrado! Como falava bem! Que magnífico deputado não iria dar? Um figurão para o partido da Rapadura."

Devemos salientar aqui que o uso das exclamações não marca apenas o final das frases. Ao contrário, sua repetição revela o modo como o cronista percebe os fatos por ele retratados, momento de sua subjetivação (ADAM, 1991. p. 175), auxiliando a instauração da ironia.

Brait (1996, p. 107) afirma que essas formas assim irônicas não assumem "função de erudição, no sentido de invocação de autoridade e muito menos de simples ornamento. Ao contrário, são formas de contestação da autoridade, de subversão de valores estabelecidos (...)" e é isso mesmo que nos parece ter feito Lima Barreto durante toda a sua vida e sua história: contestou autoridades e subverteu valores preestabelecidos.

Por outro lado, no título da crônica *Regreção da redassão,* o cronista-narrador deixa claro para seu leitor o que pretendia abordar. Por

meio do uso de um *spooneirismo*[2], ou seja, da troca das últimas sílabas das palavras, instaura humor e antecipa a crítica que viria a seguir. Para o leitor, o título tem sempre uma função catafórica. Neste caso, ao mesmo tempo que exerce papel catafórico, tem também papel anafórico, pois faz com que o leitor recorra ao seu conhecimento de mundo, permitindo-lhe hipotetizar o assunto a ser abordado no texto – a má qualidade do ensino.

Escrita no final da década de 70 do século XX, a questão a ser relevada não era mais a competência oral de um cidadão quase formado. Ao contrário, produzida durante o período de ditadura militar, a proposta parece ser a de satirizar o sistema escolar e suas deficiências no ensino da produção escrita, já que o papel delegado à educação na época era sua utilidade prática.

Quando a "senhora" pede ao cronista-narrador que ensine seu filho a escrever, faz com que tanto ele quanto os leitores pensem que ela esteja se referindo a uma criança. A já citada lei 5.692/71, dentre duas determinações, também exigia que a educação em oito anos fosse obrigatória e gratuita a todos em idade escolar, a partir de sete anos. Quando fala: "E quem falou em crianças? Meu filho tem 17 anos", faz com que o *frame* que temos a respeito da idade ideal para aprendizagem da escrita seja rompido, introduzindo um outro elemento instaurador da ironia.

O fato é que para haver ironia deve haver a opacificação do discurso, ou seja, o enunciador deve produzir um enunciado de tal forma a chamar a atenção não apenas para o que está dito, mas para a forma de dizer e para as contradições existentes entre as duas dimensões (BRAIT, 1996, p. 106).

Lembremo-nos de que a época da escritura dessa crônica era de cerceamento de liberdade e chamar a atenção para o que está dito, sem dizer, ou o fazer de forma opaca, era não só importante, como fundamental para que o autor conseguisse a publicação de seus textos.

2 O nome desse fenômeno lingüístico vem de W. A. Spooner (1844–1930), reverendo britânico que ficou conhecido por fazer essas inversões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como dissemos, embora sejam os mesmos o tema e o enfoque do autor, as crônicas diferem na forma de tratamento desse tema, em virtude do contexto social-político em que foram criadas, pois, como diz Benjamin (1985, p. 229), "a história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de agoras."

Na ocasião da escritura de *Quase doutor,* esperava-se que os homens da elite, os doutos, ou "quase"*,* fossem os detentores do saber, cabendo à escola fornecer subsídios para isso. As inúmeras reformas sofridas por ela, desde a Proclamação da República, no século XIX, até a época possível da escritura do texto, instauravam seguidas mudanças, dificilmente acompanhadas até pelos professores, quanto mais pelos alunos. Além disso, como a Lingüística ainda engatinhava e da Sociolingüística nem sequer havia notícias, variantes lingüísticas na oralidade como a apresentada pela personagem eram sumariamente abominadas, por isso restar-lhe-ia uma vaga no "partido da Rapadura": "Esse estudante (...) Como era ilustrado! Como falava bem! Que magnífico deputado não iria dar? Um figurão para o partido da Rapadura."

Em compensação, em *Regreção da redassão*, os doutos já estão desmistificados, não sendo mais considerados os detentores do saber, pelo contrário, nela os mestres citados estão alarmados com esses candidatos que se encaminham para ocupar cargos importantes na sociedade brasileira: "'Fico preocupado' – disse o diretor – 'imaginando como será a nossa elite de amanhã'. Não se preocupe não, diretor. A elite de amanhã será a mesma de hoje. A elite nunca escreveu. A elite chama a secretária e dita".

O que se questiona nesta crônica é a produção escrita de um jovem de dezessete anos, sua oralidade nem é cogitada, diferentemente do que acontece na crônica *Quase doutor.* Importa especificar que nos setenta anos que distam os textos, muitos foram os avanços nos es-

tudos da linguagem, talvez por isso, a variante coloquial tenha sido bastante utilizada em *Regreção da redassão*, até mesmo pelo cronista-narrador.

A crítica tecida à instituição escolar fica ainda mais rigorosa, quando o cronista-narrador assegura, fazendo uso do humor:

> (...) os estudantes não escrevem, não lêem, não falam, não pensam. Tudo isso me faz pensar que estamos muito mais perto do que imaginava da Idade da Pedra. A prosseguir nessa regressão, ou a regredir nessa progressão, não demora muito estaremos todos de tacape na mão reinventado hieróglifos.(...)

Finalizando, podemos dizer que a análise dessas crônicas, produzidas com um hiato considerável no tempo, permite verificar como cada cronista-narrador, a seu modo, relê sua sociedade no tocante ao papel da escola e como os autores, preocupados com sua sociedade, produzem seus textos de forma a possibilitar que o leitor faça parte na construção dos sentidos, vindo "a refletir e emitir sua opinião sobre o fato em questão, sendo um participante desse 'jogo textual' e emissor de opiniões quando do momento da leitura (...)", ficando estabelecido um "contrato dentro de um contexto predeterminado" (REZENDE E CAMPOS, 2005, p. 203), tão essencial para a compreensão desse tipo de texto.

REFERÊNCIAS

ADAM, J-M. *Langue et littérature - analyses pragmatiques et textuelles*. Paris: Hachette F.L.E, 1991.

ARRIGUCCI Jr., D. *Enigma e comentário. Ensaios sobre literatura e experiência*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

BAKHTIN, M. (V.) *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução de M. Lahud e Yara F. Vieira. São Paulo: Hucitec, 1979.

BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BERGSON, H. *Le rire*. Paris: Presses Universitaries de France, 1947.

BRAIT, B. O processo interacional. In: PRETI, D. (Org.). *Análise de textos orais*. São Paulo: Humanitas, 1993 p. 189-214.

____. *Ironia em perspectiva polifônica*. Campinas: Editora Unicamp, 1996.

BRANDÃO, H. N. Texto, gêneros do discurso e ensino. In: ____. *Gêneros do discurso na escola*. São Paulo: Cortez, 2000. p. 17-45.

BRAUDEL, F. *Gramática das civilizações*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

CANDIDO, A. A vida ao rés-do-chão. In: ____. et al. *A crônica*. Campinas: Unicamp, 1992. p. 13-22.

CHAROLLES-SPRENGER, L. *Le resumé de texte*. Paris: Argon Diffusion. Action Poétique. (s/d).

CHEVALIER, J. C. A língua (lingüística e história). In: LE GOFF, J. e NORA, P. *História:* novos objetos. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1976.

____. FÁVERO, L. L; ANDRADE, M. L. O. e AQUINO, Z. G. O. de. Perguntas e respostas como mecanismos de coesão e coerência no texto falado. In: CASTILHO, A. T. de e BASÍLIO, M. *Gramática do português falado*. vol. IV, Campinas: Editora da Unicamp, 2002. p. 465-501.

FÁVERO, L. L. *Coesão e coerência textuais*. São Paulo: Ática, 1999.

____. A crônica em Lima Barreto: dialogismo fala/escrita. In: PRETI, D. *Diálogos na fala e na escrita*. São Paulo: Humanitas, 2005.

FARGONI, A. M. S. L. *A manifestação da oralidade na escrita*. 1993. f. Dissetração (Mestrado em) - Universidade Estadual "Júlio de Mesquita Filho", Araraquara.

FOUCAULT, M. What's an author?. In: HARARI, J. V. (ed.). *Textual strategies*. Cambridge: Harvard University Press, 1979.

GOFFMAN, E. *Les rites d 'interaction*. Paris: Minuit,1974.

LAURITI, N. C. *O discurso humorístico:* mecanismos lingüísticos do 'modus ridens'. 1993. f. Dissertação (Mestrado em) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

LETRIA, J. *Pequeno breviário jornalístico*. 2. ed. Lisboa: Notícias Editorial, 2000.

MACHADO, I. L. Apresentação. In: MACHADO, I.L. e MELLO, R. de (Org). *Gêneros:* reflexões em análise do discurso. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2004.

MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a escrita*. São Paulo: Cortez, 2000.

____. *Referenciação e progressão tópica:* aspectos cognitivos e textuais. GELNE. XVII. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1999.

MOIRAND, S. *Le rôle anaphorique de la nominalisation dans la presse écrite*. Paris: Université de Paris, Langage, 28. (s/d)

MOISÉS, M. *A criação literária*. São Paulo: Cultrix, 1997

MORAIS, R. *Lima Barreto*. São Paulo: Siciliano, 1983.

NEVES, M. S. Uma escrita do tempo: memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas. In: CANDIDO, A. et al. *A crônica*. Campinas: Unicamp, 1992. p. 75-92.

REZENDE, V. L. A. & CAMPOS, E. N. Estratégias textuais nas crônicas esportivas de Luis Fernando Veríssimo In: MELLO, R. *Análise do discurso & literatura*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2005.

SÁ, J. *A crônica*. São Paulo: Ática, 1985.

FONTES

LIMA BARRETO, A. H. *A Careta,* Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1985.

NOVAES, C. E. *A cadeira do dentista e outras crônicas*. São Paulo: Ática, 1995. (Coleção Para gostar de ler – volume 15).

____. *Volta às aulas (Um retorno cada vez mais caro).* São Paulo: Ática, 1995. (Coleção Para gostar de ler – volume 7).

Dá nela! Dá nela!
A retórica das paixões e a constituição do *ethos* feminino na música popular brasileira

Luiz Antonio Ferreira

UMA COSMOGONIA, UMA MULHER E UM ATO RETÓRICO

Um dia, no paraíso, uma serpente, que falava, conspirou com a primeira mulher. Resultado: a curiosidade e a impetuosidade feminina permitiram desvendar o mundo. A desobediência foi emblemática: Adão conheceu o sexo, Eva teve muitos filhos, os homens não puderam mais conceber o existir longe do trabalho e das paixões. Assim, o primeiro ato retórico projetou uma imagem feminina mais ligada ao arrojo, à sedução mundana, à curiosidade e ao domínio sobre a afabilidade e subserviência masculina. Toda a cultura judaico-cristã reluta, mas tende a admitir que o homem tem poder, mas as mulheres têm poderes. Com Eva e a serpente, também, aprendemos outra cruel certeza: a fidelidade e a moralidade não são traços naturais da humanidade e tampouco foram legadas por Deus. A fala da serpente conduz ao seduzir que, por sua vez, liga-se ao incitar da curiosidade para o novo, para o desvendar de um mistério e engendra um impulso para a mudança.

Adão temia. Eva, não. Ao pressentir a presença de Deus, escondeu-se e quando indagado sobre os porquês de tal ato, revelou que ouvira os passos no jardim e, por medo, escondera-se para ocultar sua nudez. Ter medo é bem mais do que estar simplesmente envergonhado. E essas foram as primeiras sensações de Adão: o medo e a vergonha, duas

paixões fundamentais, disfóricas, ligadas às relações com o poder. Eva não reagiu da mesma forma: quando interrogada sobre as razões de ter apresentado ao homem o fruto proibido, foi peremptória: "A serpente enganou-me. E eu comi". Lacônica, porque convinha sê-lo, a primeira mulher inaugurou o raciocínio apodítico: fechado, quase monossêmico e, sem dúvida, autoritário. Ao proceder dessa forma, Eva, criada para ser companheira, desviou-se de sua essência e revelou seus predicados. Deu provas de ser incapaz de suportar a felicidade completa e como conseqüência, conheceram, ambos, a cólera de Deus e o poder das duas paixões primeiras: o medo humano e a cólera divina.

A expulsão do paraíso foi apenas o sintoma inicial de uma série de revelações essenciais sobre o novo modo de existir na Terra. Não foi difícil descobrir, por exemplo, que a paixão que moveu a primeira mulher nasceu na relação com o outro, na representação interiorizada da diferença entre um eu e o outro. Nesse sentido, por carregar, na essência, a diferença, a paixão, no paraíso e para sempre, remete aos conflitos, à oponibilidade que aproxima e distancia os homens. Por ser contingente e não essencial no ser, por um lado, liberta-o; por outro e ao mesmo tempo, entrega-o ao que destrói e ao que subjuga. Deus pretendia um homem eternamente virtuoso e aí residiria a identidade original do sujeito criado. Movido pelo *pathos*, porém, o homem fugiu da ordem natural das coisas e tornou-se suscetível à sedução, aos amavios discursivos da serpente, afastou-se da virtude e precisou, para completar-se, procurar o Bem, que já fora sua essência.

Controle da sensibilidade, fascínio, sedução, preocupação com a verdade e com a aparência de verdade, persuasão e tentativa de convencimento compõem esse painel inaugural, precipuamente retórico, do Gênesis. Pelo comportamento discursivo, formamos uma imagem dos participantes desse ato retórico e, pelo mesmo motivo, devido ao caráter do texto bíblico, o estendemos às características indissociáveis que compõem o *ethos* masculino e feminino. Nesse sentido, o Gênesis, como todo discurso, é uma construção retórica: procura conduzir o destinatário e projetar um ponto de vista para o qual pretende conseguir adesão. Nosso interesse, ao tecer algumas considerações sobre o comportamento das personagens primeiras do texto bíblico, é o

de ressaltar que todo ato de usar a palavra implica a criação de uma imagem de si no discurso e, por conseqüência, uma forma de projeção que se opera pela palavra. Enunciado e enunciação se congregam num movimento que, enquanto desvela, esconde e justamente aí, nas sutilezas do discurso, se impõe a análise retórica.

Outro foco de nosso interesse se concentra na manifestação das paixões humanas. Eva quebrou a assimetria ao tentar, de algum modo, desmontar a superioridade divina. O senhor Deus se encolerizou por isso, já que a cólera, como bem diz Aristóteles, inscreve-se numa relação de superioridade:

> Seja, então, a cólera o desejo, acompanhado de tristeza, de vingar-se ostensivamente de um manifesto desprezo por algo que diz respeito a determinada pessoa ou a alguns dos seus, quando esse desprezo não é merecido (2000, p. 7).

O colérico se irrita com um indivíduo em particular, mas Eva, na condição de representante de todas as mulheres, ao provocar a ira divina, lançou os reflexos do castigo para toda a humanidade.

Adão, por sua vez, manifestou temor. No dizer de Aristóteles (2000), são passíveis de temor aquelas coisas que parecem possuir grande capacidade de arruinar ou de causar desgosto. O temível sempre parece estar próximo. Eva destruiu o dogmatismo em Adão ao desboroar sua crença de que o mundo era exatamente da forma como ele percebia e havia sido descrito pelo criador. Como conseqüência, a realidade ganhou uma dimensão outra e passou a fazer parte de um conjunto de coisas, fatos e pessoas que se estabeleceram numa relação de útil ou inútil para o sobreviver. Adão temia pelo que poderia vir a ser. O mundo dogmático de Adão sustentava-se no já dado, no já pensado. Eva o fez refletir sobre o já transformado. E a transformação causara a ira de Deus. A partir daquele instante, Adão compreendeu que havia uma realidade exterior a ele, uma realidade diferente que o submeteria a uma sucessão de instantes bons e maus, como conseqüência da revelação da árvore. Na cosmogonia cristã, foi a mulher que destruiu a passividade masculina e o homem tremeu

diante dessa mudança: tornava-se responsável, o seu caráter seria posto em discussão a cada novo discurso e, a cada ato, teria que temperar as paixões para atingir a virtude que já possuíra e perdera. Deveria, agora, temer o barulho e o silêncio, o finito e o infinito, o passageiro e o definitivo, o móvel e o imóvel, mas, sobretudo, deveria temer o outro. Pressentir o perigo e reagir diante dele tornou-se uma habilidade autêntica e profundamente vinculada a uma série de predisposições comportamentais.

No plano retórico, a história de Adão e Eva dá demonstrações cabais de que, a partir deles, o homem precisou interagir funcionalmente com seu universo, traçar uma linha simbólica em que os atos humanos se contorcem numa tentativa intencional, criada e elaborada para superar os obstáculos numa dada situação de comunicação, com uma audiência específica, sobre uma determinada questão, para conseguir um determinado objetivo (CAMPBEL, 1982, p. 7). Soubemos, desde a gênese, a partir da revelação da árvore, que toda a linguagem marcou-se pela intencionalidade, pela argumentatividade e que fora da negociação da linguagem, só resta a violência. Com a vinculação do bem e do mal ao ato de existir, surge, então, o *ethos,* que se constrói sobretudo pela linguagem: o orador precisa adaptar-se ao auditório, fazer uma imagem dele e, correlativamente, construir uma imagem confiável de sua própria pessoa, em função das crenças e valores que atribui àqueles que o ouvem. Nessa cosmogonia, quem inventou a retórica foi a serpente, pois tudo o que opõe ou reúne os homens em torno de uma causa é de seu interesse e a retórica ocupa-se daquilo que é, mas poderia ter sido diferente. Eva inaugurou a grande aventura humana e ela se desdobra em nossas palavras, atos e ações retóricas para entender o papel social que nos é devido, o caráter que nos é atribuído e o mosaico de nossa condição de seres falantes num mundo de disputas sexistas, raciais, políticas e outras, de toda a espécie.

OUTRA COSMOGONIA E UMA MESMA MULHER

Na mitologia da antiga Suméria, a primeira mulher de Adão foi Lilith (alento, o sopro divino), um demônio noturno, anjo exterminador

de parturientes, assassina de recém-nascidos, prostituta voluntariosa que sempre preferia a transgressão à vassalagem. Dotada de um forte ímpeto sexual, Lilith é a sombra maligna por se haver considerado em pé de igualdade com os homens. Criada do pó e insuflada pelo sopro divino, foi incumbida de fundar a espécie humana, mas permanece demonizada por pretender certa satisfação sexual e por abandonar Adão, enfurecida com a atitude do marido de insistir em permanecer por cima da mulher durante a cópula. Atendendo aos apelos de Adão, Deus enviou três anjos à Terra, para devolver Lilith ao lar com a ameaça de que, se não concordasse, matariam cem de seus filhos a cada dia. Irada e vingativa, Lilith prometeu assassinar todos os recém-nascidos que encontrasse em sua passagem. Por esses atos, Lilith cede o simbolismo criador a uma Eva nascida da costela da Adão, segunda, inferior por sua debilidade, ainda que responsável pela perda da inocência humana.

As palavras de Robles resumem nosso propósito:

> A idéia de uma mulher boa e outra má, encarnadas por Eva e Lilith, permaneceu até nossos dias, embora recaia também sobre Eva a maldição atribuída a seu pecado de orgulho. E é este orgulho que congrega todas as superstições vinculadas à sedução feminina e que, através dos mitos, se manifesta a partir do simples desejo de igualdade até os encantamentos da feiticeira que persuade a vontade dos homens por meio de procedimentos ilícitos (ROBLES, 2006, p. 35).

Adão, ao clamar ao Senhor pela volta da esposa indócil, assume o *ethos* de vítima fácil das tentações femininas. Sucumbe à paixão e sua prática discursiva denota a força retórica que permite a ação sobre o entendimento e a vontade, por conjugar as capacidades intelectivas e afetivas de forma indissociável. O discurso é mesmo manipulador, a distância entre os homens é, sempre, estabelecida por suas subjetividades e suas crenças e está na natureza da discursividade o direito de argumentar para obter seus intentos.

A cosmogonia bíblica inspirou muito do modo de ser da civiliza-

ção ocidental. A mulher, por sua vez, herdou o *ethos* lá constituído e transita entre a divinizada e a endemoniada numa dependência estreita da relação que estabelece com seus interlocutores. Qualquer distância entre os homens não pode prescindir de uma justificativa. Por isso, os diversos discursos sociais retratam as relações humanas sob uma determinada perspectiva que, sempre, procura o justo, o humano, o digno, o ético, o moral, o saudável na perspectiva de quem assim vê a realidade. Nesse instante, a retórica se instaura como uma ferramenta muito útil no processo de persuasão e dissuasão das mentalidades.

Se o medo, a vergonha, o amor e o ódio se digladiam nas escrituras sagradas, têm igual luta nas manifestações populares. No caso, interessam-nos, de perto, o movimento das paixões na música popular brasileira e a constituição do *ethos* feminino nesse universo discursivo leigo que, sem dúvida, guarda resquícios culturais do ser feminino em suas entranhas retóricas.

UMA SOCIEDADE, UM PERCURSO FEMININO

Conta-nos Mary Del Priori (2005) que o diabo devia gostar bastante de um costume muito difundido em Portugal e no Brasil do século XVI: dizer palavras, em latim, de consagração da hóstia durante o ato sexual. O objetivo, como fora o de Adão ao clamar por Lilith, era manter o ser amado junto de si. O sagrado invadia o profano e mostrava a face do temor da perda. Parece que os rituais sexuais eram bem difundidos e que a sexualidade feminina podia ser alvo de toda e qualquer feitiçaria, pois a mulher, considerada como agente de Satã, era território livre das intenções malignas. O amor, porém, tinha um outro lado: reprimido, eivado de censuras morais refletia os ideais do Concílio de Trento. A luxúria era considerada uma doença e a corrupção dos costumes sustentava o combate moralizante da época moderna. Uma avalanche de textos igualmente moralizantes se abatia sobre a população, enquanto, de outro lado, se expandia toda uma gastronomia à base de afrodisíacos. Firmavam-se, assim, dois tipos de conduta sexual: uma, eivada de práticas religiosas, patriarcais e machistas pregava às mulheres a vida em casa, na privacidade e aos

homens, a vida na rua. Essa conduta "conjugal" objetivava apenas a procriação. A outra conduta, extraconjugal, caracterizava-se pela busca do prazer:

> A mulher era duramente tratada pelo homem, que a considerava um ser inferior, mais frágil, mais fraco. Amá-las? Só fisicamente. E, de preferência, fora do casamento. Matrimônios, por seu turno, só os bens pensados em termos de bens. Casamento bom era casamento racional. E as tão temidas paixões, existiam? Sem dúvida. Feitos de códigos que variavam entre grupos sociais ou etnicamente diversos, os amores 'como o diabo gosta' eram, sobretudo, aqueles que tiravam os amantes do caminho institucional (DEL PRIORI, 2005, p. 107).

O *ethos* cultural, identitário por excelência, não é uma condição permanente, mas uma condição transitória e dinâmica, que se infiltra, discursivamente, no seio social e se molda a partir das relações de poder. Por isso, só no século XIX esses caminhos começaram a tomar uma outra direção: apregoava-se o amor paixão, um ideal de casamento se impunha, embora em ritmo diferente para os diversos segmentos sociais. O amor carnal, porém, ainda encontrava um feroz inimigo nos ideais do cristianismo e seu monopólio espiritual. A mulher, Eva, precisava, no plano social, manter a *areté* (virtude do *ethos*, honestidade e sinceridade no falar e no agir). Por outro lado, a virtude, disposição adquirida para encontrar a justa medida, não impedia à mulher de buscar a felicidade no outro. Entre as virtudes da "mãe" se infiltraram os processos de sedução, sempre efetivos e historicamente relevantes.

Por esse motivo, a história dos costumes registra, no Rio de Janeiro, saraus famosos em que as mulheres praticavam, sobretudo, o ato de sedução. Tocar piano era oportunidade para exibir meninas casadoiras e havia um verdadeiro harém de cantoras e dançarinas à espera de seu bem amado. Se as danças brasileiras, com tudo o que tinham de poder de sedução, se entrincheiravam no interior, as polcas e lundus invadiam a cidade e apregoavam, com duplo sentido: "Senhora, guarde seu balaio", "Não bula comigo, nhonhô". Um laço amarrado à altura

das nádegas das senhoras recebia o nome de "marrequinha". Paula Brito, um agitador cultural, rimava a esse respeito: "Iaiá, não teime/ Solte a marreca/ Senão eu morro/ Leva-me a breca" (DEL PRIORI, 2005, p. 132).

Evidentemente, as paixões passeavam livremente pelo território do bem-querer instaurado no Brasil: a calma, a cólera, o temor, a segurança (confiança, audácia), a inveja, a impudência, o amor, o ódio, a vergonha, a emulação, a compaixão, o favor (obsequiosidade), a indignação e o desprezo grassavam entre os jovens aspirantes a um amor adulto. O espaço público, retórico por excelência, dava espaço para a atuação de atores interagentes. No ambiente discursivo da disputa havia um jogo de configurações e de reconfigurações intermitente em que a feminilidade se mostrava inseparável do princípio criador de Eros.

Numa mescla bem característica, a força da repressão sobre o feminino atuava como instrumento para a produção da dor e do prazer. Por outro lado, o ponto de referência masculino para o viver tornava-se o alvo das mulheres que, aparentemente submissas, iniciavam os movimentos, ainda embrionários, de criação de uma nova identidade social. Tínhamos (e ainda temos) a sexualidade como elaboração social, como forma de criação de uma identidade sexual. É no texto, lugar de interação, que essa relação é dramatizada. Nesse sentido, os temas dos textos suscitam reflexões que envolvem sentidos advindos de outros discursos – sempre animados por alguma intenção – situados em contextos históricos, sociais e afetivos em que o auditório se insere ou conhece por herança:

> De tempos a esta parte têm-se tornado freqüentes entre nós os casamentos pelo rapto e acompanhados de tanta imoralidade que espantam e fazem tremer aqueles que olham para a família como fundamento da sociedade. Moças e até moços têm havido que, sendo menores, são raptados das casas de seus pais e daí a pouco estão casados sem a intervenção do consentimento paterno (*Diário de Pernambuco*, apud DEL PRIORI, 2005, p. 147).

O final do século XIX trouxe o encanto da rebeldia: consolidava-se a República, havia grande transformação social e econômica. As regras do casamento por interesse eram cada vez mais quebradas. O amor cimentava as relações e as modinhas retratavam os suspiros dos apaixonados. As mulheres iniciavam-se no trabalho externo e o mundo mudava lentamente. A tradução dessas mudanças em língua é encontrada, por exemplo, numa visita aos versos da música popular brasileira ou nos depoimentos dos compositores brasileiros. Com a consolidação da sociedade urbano-industrial, o samba se infiltra e provoca um comentário de Noel Rosa: "Antes, a palavra samba tinha um único sinônimo: mulher. Agora, o malandro se preocupa no seu samba, quase tanto com dinheiro como com a mulher. (...) São as únicas coisas sérias deste mundo" (DEL PRIORI, 2005, p. 268).

A linguagem, constituída por um coro polifônico, se encarrega de reforçar o *ethos* feminino nas canções. Nas tramas dos versos, esse tecido permeável da paixão se congrega com a poesia e, em linguagem lírica ou quase obscena, desvenda um modo de viver de um certo tempo. As vozes dos compositores se sustentam e se chocam na criação de um painel do comportamento feminino, mas todos mostram a necessidade imperiosa de pôr em cena o discurso do outro. Assim, paixões fortes e mulheres de vários tipos vão fornecendo um exuberante quadro imagético que vai de Eva a Lilith, de "divina e graciosa estátua majestosa do amor" até a interesseira, devassa, traiçoeira e vulgar, sem nome, sem lar, "aquela".

ETHOS E *PATHOS* NAS CANÇÕES

A mudança de costumes é mais acelerada do que o conformar humano a essas mudanças. As avaliações retóricas são inevitáveis na transformação dos costumes sociais e, comumente, expressam-se nos versos populares. Não são raras nas canções brasileiras, por exemplo, o desejo de socar a mulher, de espezinhá-la, de feri-la. Afinal, o comportamento feminino arranhava o secular discurso dominante e punha em cheque a sociedade patriarcal, tão cômoda para o estar

no mundo dos nascidos com o sexo masculino. Por detrás da raiva, da cólera e do ódio que, ironicamente, provoca o riso como efeito de sentido, há um homem machucado pela força que o domina, um Adão implorando por sua costela rompida. Uma canção exemplar do desespero masculino pelos encantos da mulher que, emancipada, caminha por seus próprios pés e, esquecida da subserviência secular pratica a vingança de Lilith, está em *É bom parar,* um samba de Rubens Soares, gravado por Francisco Alves em 1936. O retor, valendo-se de uma pergunta retórica, inicia um diálogo de exposição do *ethos* do interlocutor. O que se busca é a origem do erro que, para Descartes (CHAUÍ, p. 2005), se encontra em duas atitudes infantis: a prevenção (facilidade com que nosso espírito se deixa levar pelas opiniões alheias) e precipitação (facilidade e velocidade com que nossa vontade nos faz emitir juízos sobre as coisas antes de verificarmos se nossas idéias são ou não verdadeiras). A precipitação se origina no conhecimento sensível, na imaginação, na linguagem e na memória e como não há ordem autônoma de conhecimento do ser que não acabe fundindo-se no próprio ser e manifestando-se a partir dele, os versos revelam muito mais do que pretendem:

Por que bebes tanto assim rapaz?
Chega, já é demais,
Se é por causa de mulher, é bom parar,
Porque nenhuma delas, sabe amar!
Se tu hoje estás sofrendo,
É porque Deus assim quer,
E, quanto mais vais bebendo,
Mais lembras dessa mulher.
Não crês, conforme suponho,
Nestes versos de canção:
"Mais cresce a mulher no sonho,
Na taça e no coração!..."

Sei que tens em tua vida,
Um enorme sofrimento...
Mas não penses que a bebida,
Seja um medicamento!
De ti, não terei mais pena,
É bom parar por aí!
Quem não bebe te condena,
Quem bebe, zomba de ti!

O alcoolismo é predicado e não essência. Simbolicamente é expressão do fracasso. Passional e arrebatado, Adão, aqui, não tem mais a presença física do Senhor Deus para clamar e convencê-lo a enviar anjos que possam trazer a amada. Lilith já se foi há muito e essa tentativa de racionalização do movimento passional do eu-lírico, na verdade, pouco pode contribuir para o retorno da amada. O retor mostra seu desencanto e é dogmático no julgamento do *ethos* feminino: "porque nenhuma delas sabe amar". Evas são traidoras e esse *ethos* histórico causa dor, variam os julgamentos.

Caninha, prestigiado compositor da década de 20, em *Está na hora,* desnuda a posição desconfortável do homem que atinge a raiva extremada: amor e ódio se digladiam no ato nada retórico (não pode haver retórica onde há autoritarismo). É sensível a tentativa de preservar sua Lilith, de sustentar o romance, mas a falta de sutileza só tende a afastá-la pelo medo. Evidentemente os artifícios retóricos do retor já se esgotaram, mas seus traços de caráter se acentuam no raciocínio apodítico, disfarçado em lúdico (forma mais aberta e democrática de discurso). Como a polêmica é frontal, o que anima o orador é o desejo de dominar o referente. Não foi esse o desejo da serpente? Astuta, a condenada por Deus se valeu da sedução para descentrar Eva. O poeta, aqui, só faz irromper a voz da autoridade e quer alardear sua voz de dominação secular pela força. Serpentes são ardilosas e retóricas, machistas são truculentos e extremados e essa parece ter sido a regra. Diante da canção, o auditório pode até rir, pois a situação é cômica,

mas, por certo, sentirá a enorme carga de preconceito infiltrada no machismo potente: "Mulher danada,/Toma vergonha na cara/Se você não toma jeito/Dou-te uma surra de vara".

Em 1924, Sinhô, com *Já, Já*, acentua o machismo e verseja, com todas as palavras, seu desencanto com a mulher, não com uma qualquer, mas com a mulher do outro. Repreende o auditório pela indolência demonstrada em relação ao comportamento feminino, mas, ao proceder dessa forma, desvela a fraqueza masculina dos dominados pela paixão. O retor pretende incutir uma outra paixão: a vergonha, pois sabe que ela ressalta a inferioridade do outro e valoriza o julgamento do juiz: "Se essa mulher fosse minha/Apanhava uma surra já, já/Eu lhe pisava todinha/Até mesmo eu lhe dizer chega". Em 1929, Ary Barroso adota o mesmo tom machista: "Esta mulher há muito tempo me provoca/Dá nela! Dá nela!/É perigosa fala mais que pata choca/Dá nela! dá nela!".

Uma canção de Noel Rosa, de 1932, ao explorar o discurso lúdico, embora se refira a uma mulher específica, com características singulares, reitera uma secular posição masculina: cada vez que se sente inferiorizado na relação, o homem encoleriza-se e procura um jeito de vingar-se, pois sucumbe a uma "força estranha" que faz assomar o poder sub-reptício que Liliths exercem sobre os homens: "Mas que mulher indigesta, indigesta/Merece um tijolo na testa/Esta mulher não namora/Também não deixa mais ninguém namorar/É um bom *center-half* para marcar/Pois não deixa a linha chutar./E quando se manifesta/O que merece é entrar no açoite/Ela é mais indigesta/Do que salada de pepino/À meia-noite./Esta mulher é ladina/Toma dinheiro/É até chantagista/Arrancou-me três dentes de platina/E foi logo vender no dentista".

Lilith grita também na canção de Ataulfo Alves e Wilson Batista, de 1939: "Cheguei cansado do trabalho/ Logo a vizinha me falou/ – Oh, seu Oscar/ Tá fazendo meia hora/ Que sua mulher foi-se embora/ E um bilhete assim deixou/ O bilhete assim dizia: "Não posso mais./ Eu queria é viver na orgia".

Em 1941, o pacto da subserviência marca a canção de Wilson Barbosa e Haroldo Lobo: "Eu quero uma mulher/ que saiba lavar e cozinhar/ Que de manhã cedo/ me acorde na hora de ir trabalhar/ Só existe uma/ e sem ela eu não vivo em paz/ Emília, Emília, Emília eu não posso mais". Mário Lago e Ataulfo Alves, no mesmo ano, lançam a famosíssima *Ai que saudade da Amélia,* em que o caráter doméstico e a submissão se escancaram ao extremo. Amélia, pouco amada, mas muito lembrada como mãe do amado, passa a ser "aquilo": "Ai, meu Deus, que saudade da Amélia/ Aquilo sim é que era mulher/ Às vezes passava fome ao meu lado/ E achava bonito não ter o que comer/ E quando me via contrariado/ Dizia: "Meu filho, que se há de fazer?". Essa doméstica contumaz vai gradativamente dando espaços para outras mulheres, bem mais exigentes. As mulheres fugiam e iam, resolutas, para os braços de outro amante, como mostra a exemplar canção de Lupicínio, *Nervos de aço*, de 1947*:* "Você sabe o que é ter um amor, meu senhor?/ Ter loucura por uma mulher?/ E depois encontrar esse amor, meu senhor/ Nos braços de um outro qualquer?".

A CONSCIÊNCIA DE SI NO DISCURSO

Lutando contra a corrente machista, a mulher vai, gradativamente, compondo uma nova imagem de si no discurso. Não se afasta muito de sua condição inalienável de mãe, de companheira, mas assume, no plano humano, novos papéis sociais. Adquire, na canção popular, um direito à fala para traduzir-se, ainda que pelos versos criados, em 1979, por um homem, Chico Buarque de Holanda, para o filme *República dos assassinos,* de Miguel Faria Jr.

SOB MEDIDA

Se você crê em Deus
Erga as mãos para os céus

E agradeça
Quando me cobiçou
Sem querer acertou
Na cabeça
Eu sou sua alma gêmea
Sou sua fêmea
Seu par, sua irmã
Eu sou seu incesto (seu jeito, seu gesto)
Sou perfeita porque
Igualzinha a você
Eu não presto
Eu não presto
Traiçoeira e vulgar
Sou sem nome e sem lar
Sou aquela
Eu sou filha da rua
Eu sou cria da sua
Costela
Sou bandida
Sou solta na vida
E sob medida
Pros carinhos seus
Meu amigo
Se ajeite comigo
E dê graças a Deus
Se você crê em Deus
Encaminhe pros céus

Uma prece
E agradeça ao Senhor
Você tem o amor
Que merece

O retor, com argúcia tipicamente feminina, sabe que Eros nasce do anseio metafísico do homem por uma totalidade do ser. Une, pois, o ideal erótico ao ontológico para persuadir. Sua paixão maior é a segurança, porque tem consciência de sua superioridade. Lilith moderna, revela suas contradições, acordos, perversões e desejos para consubstanciar o que é almejado pelos dois, mas condicionado pela superioridade de quem sabe ser feita "sob medida". A exaltação de uma feminilidade carnal, pouco divina, revela a consciência muito clara de que a mulher é a condutora do enlace entre a vida e o impulso incondicional para a paixão maior: o amor. Como ela pode e quer, o auditório particular deve dar "graças a Deus" por tê-la, se acreditar em Deus. Está constituído o *pathos*, um momento contingente e problemático, como diz Meyer (2000), que busca reencontrar a natureza das coisas, sua finalidade própria, determinada pela essência. Eva é parte da costela de Adão.

A canção mostra a necessidade imperiosa do masculino de preservar sua integridade de sujeito por meio da associação com a diferença daquilo que ele não é, mas mesmo assim é. Assim, Evas traiçoeiras, Liliths vulgares são parte integrante da essência masculina, embora aceitem, quando querem, funcionar como atributos, parte da costela.

Há muitas outras mulheres nos versos da MPB. Evas e Liliths, porém, conseguem resumir uma parte significativa da constituição do *ethos* cultural feminino em nossos dias, dos movimentos passionais que se infiltram no seio social e desvelam boa parte do comportamento masculino. As paixões, por sua vez, consolidam-se como o ponto de convergência entre a natureza do humano e o humano na natureza.

REFERÊNCIAS

AMOSSY, R. (Org.). *Imagens de si no discurso* – a construção do Ethos. São Paulo: Contexto, 2005.

ARISTÓTELES. *Retórica das paixões.* São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BARBOSA, O. *Samba* – sua história, seus poetas. Rio de Janeiro: Funarte, 1978.

BÍBLIA SAGRADA. São Paulo: Ave Maria, 2002.

BURKE, K. *A rhetoric of motives.* Berkley: University of Califórnia Press, 1969.

CAMPBEL, K. K. *The rhetorical act.* Belmomnt, Cal.: Wadsworth, 1982.

CHAUÍ, M. *Convite à filosofia.* São Paulo: Ática, 2005.

DAMATTA, R. *Carnavais, malandros e heróis;* para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Guanabara, 1990.

DEL PRIORI, M. *História do amor no Brasil.* São Paulo: Contexto, 2005.

HALLIDAY, T. L. (Org). *Atos retóricos.* São Paulo: Summus, 1998.

JOÃO ANTÔNIO. *Noel Rosa* – Literatura comentada. São Paulo: Abril Educação, 1982.

LEBRUN, G. O conceito de paixão. In: ____. *Os sentidos da paixão.* São Paulo: Cia. Das Letras, 2002.

MEYER, M. *O filósofo e as paixões.* Porto: Asa, 1994.

____. *Questões de retórica* – linguagem, razão e sedução. Lisboa: Nova Biblioteca 70, 1994.

____. Aristóteles ou a retórica das paixões. In: ____. Aristóteles, *retórica das paixões.* São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ROBLES, M. *Mulheres, mitos e deusas* – o feminino através dos tempos. São Paulo: Aleph, 2006.

SIGNORINI, I. (Org). *Lingua(gem) e identidade.* Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 1998.

TINHORÃO, J. R. *Pequena história da música popular.* Da modinha à canção de protesto. Petrópolis: Vozes, 1974.

____. *História social da música popular brasileira.* São Paulo: Editora 34, 1998.

SITES:

VIVACQUA, Renato. *MPB história de nossa gente*. Disponível em: <www.renatovivacqua.com/HTML/LIVROS/HDSG/capitulos/mpb_historia_capitulo13.htm>. Acesso em: 15 out. 2006.

MARTINS, Raquel. *Fica triste se és capaz:* o lado cômico de Lamartine e Noel Rosa. Disponível em: <www.universia.com.br/materia/materia.jsp?id=2932>. Acesso em 15 out. 2006.

CHICO Buarque. Disponível em: <chicobuarque.uol.com.br/letras/sobmedid–79.htm>. Acesso em: 15 out. 2006.

INESQUECÍVEIS músicas fagueiras. Disponível em: <www.musicasantigaseletras.com.br/carnaval/carnaval–148.html> Acesso em: 15 out. 2006.

A prosódia como instrumento de persuasão

Maria Flávia de Figueiredo Pereira Bollela

Neste texto, buscaremos construir as bases para futuras pesquisas na área de intersecção entre aspectos prosódicos e argumentativos em textos diversos.

Nosso objetivo é contribuir para a descrição das principais funções lingüísticas desempenhadas pelos elementos supra-segmentais na língua portuguesa e entender melhor o modo como esses elementos podem ser usados como recurso de persuasão no discurso oral.

Embora nosso interesse particular seja averiguar de que modo os elementos prosódicos corroboram os elementos textuais na construção da persuasão no discurso oral religioso, no presente texto nos deteremos apenas nos aspectos teóricos relevantes para o estudo na área de intersecção entre prosódia e argumentação.

Antes de darmos início à caracterização dos elementos prosódicos propriamente ditos, faremos uma explanação acerca do termo prosódia e de suas acepções ao longo do desenvolvimento dos estudos da linguagem.

O TERMO *PROSÓDIA*

De acordo com Scarpa (1999, p. 7-9), o conjunto de fenômenos que recebe o nome de prosódia é extenso e discussões acerca desse tema são bastante antigas. Não é, portanto, ocasional o fato da confusão

terminológica desta área de investigação ser tão grande (cf. COUPER-KUHLEN, 1986). O termo prosódia era utilizado pelos gregos para designar os traços da fala não representados ortograficamente, isto é, o acento de tom ou melódico, os quais, posteriormente, foram introduzidos na escrita por meio de símbolos ortográficos. Em seguida, os acentos tonais ou melódicos do grego clássico cederam lugar ao caráter de acento dinâmico e, conseqüentemente, o termo prosódia sofreu uma redução de significado, passando a denotar diferenças de duração e acento. Devido a essa vinculação com acento e duração vocálica, na tradição da métrica greco-latina, o termo adquiriu o significado de "versificação" por volta do século XV.

O termo prosódia também passou a ser utilizado pelos teóricos e críticos literários no que tange as teorias de métrica poética e o ritmo da poesia e da prosa.

Tradicionalmente, as Gramáticas Normativas, preocupadas em ressaltar as características valorativas do bom uso da língua, atribuem ao termo prosódia a acepção marginal de ortoépia (ou ortoepia) que se refere ao "bom dizer" ou "sotaque". Essa visão tem sido descartada pelos especialistas em fonética e fonologia.

Para a lingüística atual, o termo prosódia refere-se ao conjunto de fenômenos fônicos que se localiza além ou "acima" (hierarquicamente) da representação segmental linear dos fonemas. Disso decorre o fato de podermos utilizar, indiscriminadamente, a expressão elementos prosódicos ou elementos supra-segmentais. Porém, uma vez que os fatos fônicos segmentais e os prosódicos são interdependentes, tem-se privilegiado o uso do termo prosódia em detrimento de supra-segmento.

De acordo com Scarpa (1999, p. 8): "O termo recobre, nos estudos lingüísticos, uma gama variada de fenômenos que abarcam os parâmetros de altura, intensidade, duração, pausa, velocidade de fala, bem como o estudo dos sistemas de tom, entoação, acento e ritmo das línguas naturais".

Essa gama multifacetada de fenômenos tem feito dos estudos prosódicos um campo fascinante, pois o coloca "na encruzilhada entre prosa e poesia, entre lingüística e engenharia do som, entre sintaxe e semântica, entre fonética e fonologia, entre língua e discurso" (SCARPA,

1999, p. 8). E é precisamente nesta brecha – na intersecção entre língua e discurso – que pretendemos desenvolver nossa pesquisa.

Apresentaremos, a seguir, uma classificação pormenorizada dos elementos prosódicos relevantes para a língua portuguesa.

ELEMENTOS PROSÓDICOS

Na fala, além das vogais e consoantes (segmentos), encontramos os elementos prosódicos. Para Cagliari (1992), elementos prosódicos (ou supra-segmentais) são os elementos diferentes dos segmentos em natureza fonética e que caracterizam unidades maiores do que os segmentos, sendo pelo menos da extensão de uma sílaba. Esses elementos (cf. CAGLIARI, 1999, p. 7) variam constantemente e de muitas maneiras e o resultado que produzem faz com que a fala se mostre com o perfil de uma cadeia de montanhas com vales e picos[1]. A este perfil da fala, Cagliari deu o nome de *ársis* e *tésis*, sendo que *ársis* corresponde a "picos" e *tésis*, a "vales". De acordo com o autor, *ársis* e *tésis* são o efeito final da modulação de saliências fônicas na fala, tendo, portanto, uma função prosódica própria, independente das funções dos elementos prosódicos constitutivos.

Para melhor entendermos esse conceito, pensemos numa poesia metrificada com rima no final dos versos. O pico da *ársis* seria acentuado pela rima, ao passo que os vales das *tésis* seriam definidos pelas sílabas átonas do verso.

Como pudemos observar, *ársis* e *tésis* são uma somatória dos elementos prosódicos, interessa-nos, no entanto, fazer sua decomposição para melhor entendimento e visualização desse perfil sonoro. Os elementos oriundos dessa decomposição podem ser agrupados em três grupos (cf. CAGLIARI, 1999, p. 9):

1 Essa visão acerca dos picos e vales já aparece há bastante tempo na fonética inglesa, tal como demonstra Cook (1991) quando trata da caracterização do padrão acentual do inglês. Em relação ao ritmo, essa mesma visão é compartilhada por Abercrombie (1967). E, em relação à entoação, esse tipo de abordagem foi enfatizado por Halliday (1970), na descrição da entoação do inglês (Cf. BOLLELA, 2002, 146).

1) Elementos prosódicos da variação da altura melódica:

- tessitura
- entoação
- tom (nas línguas tonais)
- acento frasal (ou sílaba tônica saliente)

2) Elementos prosódicos da variação da duração:

- ritmo (sílaba, pé, grupo tonal, etc.)
- duração
- acento
- pausa
- concatenação
- velocidade de fala

3) Elemento prosódico da intensidade sonora:

- volume

Vejamos, a seguir, de forma bem sucinta, em que consiste cada um desses elementos prosódicos.

Tessitura: variações que deslocam a escala melódica da fala (mais alta ou mais baixa).

Entoação: variação melódica ascendente ou descendente.

Tons: variação melódica que, nas línguas tonais, se dá no espaço de sílabas (diferente do que acontece com as línguas entoacionais em que a variação melódica se dá no espaço de grupos tonais). Os tons servem para caracterizar os itens lexicais (distinguem significados lexicalizados).

Acento frasal: ocorre quando há uma mudança significativa da direção do nível melódico em determinada sílaba. Essa sílaba (sílaba tônica saliente) trará consigo o acento frasal.

Ritmo: caracteriza-se pela expectativa de uma repetição das saliên-

cias fônicas marcadas por durações estabelecidas. Depende de como são organizadas as unidades fonéticas da sílaba, do pé e do grupo tonal em função da duração que cada um deve ter. As línguas variam de acordo com o modo como organizam a forma do ritmo dentro dos grupos tonais. Algumas línguas tendem a produzir intervalos isocrônicos entre as sílabas tônicas, outras preferem controlar a duração individual das sílabas das palavras, sem procurar um tipo de isocronia.

Duração: pronúncia, ou prolação, alongada de elementos da fala (segmentos). Pode se apresentar de duas maneiras:

a) com a função de determinar o ritmo através das durações das sílabas, dos pés e dos grupos tonais;

b) com a função de destacar unidades sintáticas e semânticas pela prolação alongada.

Acento[2]: revela as ondulações rítmicas da fala e tem sido interpretado de três maneiras distintas.

a) A fonêmica (PIKE, 1947) interpreta o acento como um fonema (do tipo supra-segmental). Trata-se de uma unidade abstrata como qualquer fonema e serve para distinguir significados lexicais de palavras.

b) A fonologia gerativa (CHOMSKY & HALLE, 1968) interpreta o acento como sendo um dos elementos que podem integrar a formação de uma vogal, como um traço distintivo.

c) A fonologia métrica (LIBERMANN & PRINCE, 1977) trata o acento como um fato pertencente à sílaba.

Pausa: silêncio na fala em meio a enunciados, com a função de segmentação da fala. Durante os momentos de silêncio na fala, o processo respiratório continua com seus pulsos torácicos gerando sílabas silenciosas. A falta de sonorização na fala é um elemento de destaque e que contribui, de maneira significativa, para o movimento de *ársis* e *tésis*.

2 Acerca da definição dos padrões rítmicos das línguas, ver excelente discussão apresentada por Massini-Cagliari (1992).

Concatenação: junção de palavras que define a maneira como as pausas ocorrem num enunciado.

Velocidade da fala: rapidez ou lentidão com que um mesmo enunciado pode ser pronunciado (na música, corresponde ao andamento).

Volume: refere-se à variação de intensidade da voz (alta ou baixa).

De acordo com Cagliari (1992), os elementos prosódicos podem exercer, no discurso, pelo menos onze funções lingüísticas distintas:

1) fonológica (fonêmica[3]);

2) fonológica (geradora de processos[4]);

3) morfológica (lexicalização[5]);

4) sintática (categorias e funções);

5) discursiva (coesiva);

6) dialógica (turnos conversacionais);

7) semântica (conotações, subentendidos);

8) pragmática (atitudes do falante);

9) identificação do falante ou da língua;

10) reestruturação da produção da fala;

11) fonética (fatos físicos).

3 Certos fonemas se caracterizam por meio de elementos prosódicos, tais como o tom (em línguas tonais), a duração (no italiano) e o acento (na língua portuguesa).

4 As alterações sonoras que ocorrem nas formas básicas dos morfemas, ao se realizarem foneticamente, são explicadas através de regras que caracterizam os processos fonológicos (cf. CAGLIARI, 2002, p. 99). Alguns exemplos de processos fonológicos gerados pela prosódia são: a palatalização, a labialização, a nasalização, a assimilação, a contração e até mesmo o uso de um "creaky voice" em determinados contextos.

5 Ocorre a "lexicalização" quando palavras são definidas por meio de elementos prosódicos.

Elencaremos, abaixo, os elementos prosódicos descritos seguidos das diferentes funções lingüísticas por eles exercidas no discurso. Os casos mais recorrentes serão ilustrados com exemplos.

1. TESSITURA

a) função sintática (categorias e funções)

• Destaca ou marca elementos que estão "deslocados" (tessitura geralmente mais grave).

A professora, porém, ignorou o acontecido.

b) discursiva (coesiva)

• Uso de tessitura grave para digressões.

• Uso de tessitura aguda ao retornar ao assunto principal.

c) dialógica (turnos conversacionais)

• Uso de tessitura aguda para pedir o turno durante a fala do outro.

• Uso de tessitura grave no final de turno.

d) pragmática (atitudes do falante)

• Níveis mais graves indicam mais razão, autoridade.

• Níveis mais agudos indicam contestação, exaltação.

• Tessitura bem grave ou bem aguda indica estratégia para não ser interrompido.

2. ENTOAÇÃO

a) sintática (categorias e funções)

• Tom descendente indica frase afirmativa.

Ela chegou.

• Tom ascendente indica frase interrogativa.

Ela chegou?

• Tom ascendente + tom descendente = frase principal + frase subordinada.

Avise, quando você chegar.

• Tom descendente + tom ascendente = frase subordinada + frase principal.

Quando você chegar, avise.

b) semântica (conotações, subentendidos)

• Corrobora o acento frasal para marcar foneticamente o foco de frases (cf. exemplo 4 a).

c) pragmática (atitudes do falante)

• Tom descendente em nível alto, passando a baixo (no componente tônico) = frase afirmativa + significado de "pedido" por parte do falante.

Fique aqui.

3. TOM

a) fonológica (fonêmica)

Não se aplica à língua portuguesa

4. ACENTO FRASAL

a) semântica (conotações, subentendidos)

• Marca o foco de frases.

Maria sempre escreve *e-mails*.

Maria sempre escreve e-mails.

Maria sempre escreve e-mails.

5. RITMO

a) fonológica (geradora de processos)

• Pode ocorrer um processo de contração[6] em fronteira de palavra.

6 Underhill (1994, p. 65), ao explicar as contrações, afirma que, na cadeia da fala, uma forma átona pode se juntar a outra palavra, sofrendo redução, de forma que ambas as palavras sejam pronunciadas como uma só, muitas vezes ocupando uma única sílaba.

Maria semprescreve-mails.

b) semântica (conotações, subentendidos)

- Fala silabada com o intuito de chamar a atenção para o que se diz.
- Geralmente faz-se uma súplica ou diz-se um palavrão em ritmo silábico.

6. DURAÇÃO

a) fonológica (fonêmica)

Não se aplica à língua portuguesa.

b) fonológica (geradora de processos)

- A duração das sílabas tem grande importância na constituição dos processos fonológicos.

c) morfológica (lexicalização)

Não se aplica à língua portuguesa.

d) semântica (conotações, subentendidos)

- Alongamento da duração da sílaba = aumento no sentido positivo de uma qualidade.

Ana Cristina comprou um carro! (caaaarro)

- Alongamento da duração da sílaba indicando aumento no sentido negativo de uma qualidade (ironia).

Você é tão legal!? (tãããão)

(Demanda uma interpretação do contexto discursivo ou pragmático.)

e) reestruturação da produção da fala

f) fonética (fatos físicos)

- Um dos elementos que marcam a saliência das sílabas tônicas.

7. ACENTO

a) fonológica (fonêmica)

- Distingue significados lexicais de palavras.

sábia – sabia – sabiá

pública – publica – publicá (=publicar)

8. PAUSA

a) morfológica (lexicalização)

• Define fronteiras de palavras.

b) sintática (categorias e funções)

• Indica o deslocamento de elementos sintáticos.

Ela, no entanto, continuava triste.

c) semântica (conotações, subentendidos)

• Mudança brusca do conteúdo semântico.

Eu sempre vou à missa aos domingos. // Você lembrou de comprar o jornal?

d) pragmática (atitudes do falante)

• O uso de pausas "fora do esperado" demonstra uma atitude do falante para impressionar o interlocutor.

• Falar destacando as palavras com pausas demonstra que o falante deseja reforçar sua autoridade e/ou o valor do que diz.

• Serve para chamar a atenção para o que se vai dizer em seguida.

e) reestruturação da produção da fala

• Uso de pausas "fora do esperado" (hesitação) significa reorganização da fala.

• Segmenta a fala em sintagmas de um jeito e não de outro na fala.

f) fonética (fatos físicos)

• A pausa tem uma função aerodinâmica que permite ao falante respirar durante a fala.

9. CONCATENAÇÃO

a) reestruturação da produção da fala

• Concatena a fala em sintagmas de um jeito e não de outro na fala.

10. VELOCIDADE

a) dialógica (turnos conversacionais)

• Aceleração indicando que um falante quer sobressair ao seu interlocutor, dando mais ênfase ao que diz.

b) pragmática (atitudes do falante)

• Desaceleração indicando maior valor a algo que se diz.

• Aceleração indicando argumento mais importante logo adiante.

c) fonética (fatos físicos)

• Aceleração indicando início de enunciado.

• Desaceleração indicando final de enunciado (diante de pausa).

11. VOLUME

a) pragmática (atitudes do falante)

• Falar alto pode sinalizar atitude autoritária.

• Falar baixo pode sinalizar atitude de persuasão, timidez ou respeito.

• Alto volume de voz pode ainda indicar expressões súbitas de dor, de perigo ou de grande perturbação.

b) fonética (fatos físicos)

• O volume pode ser um dos elementos que marcam a saliência das sílabas tônicas.

• A variação do volume acompanha as marcas fonéticas de saliência ou de redução.

A partir dos elementos prosódicos apresentados, acreditamos ter estabelecido os parâmetros necessários para estruturação de pesquisas na área de intersecção entre aspectos prosódicos e argumentativos.

A seleção dos elementos prosódicos para análise deve ser feita de acordo com a especificidade do *corpus*.

Em nossa pesquisa, selecionaremos apenas os elementos prosódicos mais relevantes para o objetivo proposto, ou seja, aqueles que corroboram diretamente a persuasão e a construção da argumentação no discurso oral religioso.

A seguir, ilustraremos com alguns exemplos extraídos de uma pregação feita por um pastor de igreja evangélica.

ANÁLISE ILUSTRATIVA

A pregação selecionada tem uma hora de duração (cf. SANTOS, 2004) e os três trechos dela extraídos ocorreram, respectivamente, aos 10min, aos 16min30s e aos 17min15s.

Trecho 1: *Muito obrigado pela tua palavra, ó Deus!* (00:10:00)

A partir de análise feita com o auxílio do programa computacional *Sound Forge 8.0*, podemos notar que a palavra "muito" recebeu o acento frasal. Além disso, sobre o mesmo termo incidiu um aumento de volume e, concomitantemente, o ditongo "ui" foi alongado.

Corroborando os aspectos argumentativos, nessa simples frase, pudemos perceber que incidiram pelo menos:

- um elemento prosódico da variação da altura melódica (acento frasal);
- um elemento prosódico da variação da duração (duração);
- um elemento prosódico da intensidade sonora (volume).

Trecho 2: *O vaso que ele, o oleiro, estava fazendo.* (00:16:30)

Levando-se em consideração o texto como um todo, sobre essa frase inteira incidiu um aumento de volume quando comparada às outras

frases do contexto. Já dentro da frase ocorreu um aumento ainda maior do volume na palavra "vaso" e, praticamente, um grito (tessitura alta) na palavra "ele". Houve também uma variação da entoação, que se manifestou de forma ascendente, tendo o seu pico na palavra "ele", seguida de uma entoação descendente em direção ao final da frase. Conjuntamente à entoação descendente, houve uma diminuição do volume da voz. O acento frasal, portanto, incidiu sobre a palavra "ele". O conjunto desses elementos evidencia a intersecção entre os aspectos prosódicos e argumentativos, uma vez que, por meio deles, as palavras ganham destaque, o nível de exaltação do falante se torna evidente e fica demonstrada a relevância daquilo que se diz.

Trecho 3: *O vaso que ele fazia de OUro se quebrou.* (00:17:15)

Nessa frase, ocorreu uma silabação do trecho sublinhado "o vaso que ele fazia de ouro", fazendo com que o ritmo passasse de acentual a silábico. Além disso, houve um aumento do volume na palavra "ouro", seguido de um alongamento do ditongo "ou". Os recursos prosódicos utilizados corroboram os aspectos argumentativos da seguinte forma: a forma silabada chama a atenção do ouvinte para aquilo que se diz, o acento frasal (aliado ao aumento da duração na sílaba "ou") ressalta a palavra que se quer destacar.

A sucinta análise aqui realizada teve o intuito de demonstrar a forma com que diferentes elementos prosódicos podem ser utilizados para reforçar a intenção argumentativa do falante no discurso oral religioso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como mencionamos no início do texto, nosso objetivo é realizar uma sondagem da prosódia manifestada no discurso oral religioso da atualidade. Nosso interesse vem ao encontro de alterações sofridas nessa modalidade de discurso nos dias atuais. Essas alterações se dão principalmente em função da necessidade crescente de estratégias argumentativas, ou mais precisamente, persuasivas no discurso religioso em decorrência da proliferação vertiginosa de seitas e igrejas. Em outras palavras, a "democratização da fé", expressa no número crescente

de igrejas, tem exercido uma forte pressão no discurso religioso no sentido de torná-lo mais persuasivo e, até mesmo, mais apelativo.

A respeito da relação entre democracia e persuasão, Umberto Eco, em uma entrevista a Augusto de Campos (*Obra aberta*, p. 281), afirmou:

> Um ditador, um tirano não tem necessidade de discursos para me persuadir. Basta-lhe um bastão ou um chicote. Não foi por acaso que a técnica do discurso persuasivo nasceu numa sociedade democrática como a grega. Tenho necessidade de discursos persuasivos somente quando preciso convencer pessoas a quem peço o livre consentimento.

A descontinuidade da supremacia da Igreja Católica no Brasil, seguida da proliferação de seitas e novas igrejas, fez com que o discurso religioso abrisse mão, de certa maneira, do seu tom marcadamente autoritário. A "democratização da fé" tem dado ao discurso religioso uma roupagem mais persuasiva ou, pelo menos, aparentemente menos autoritária. É verdade, porém, que o autoritarismo ainda se manifesta nessa modalidade de discurso, sobretudo sob a forma de intimidação ou amedrontamento dos seus seguidores. No entanto, essa intimidação não pode ser exacerbada uma vez que poderá acarretar a perda do "fiel" para uma outra igreja, que atenda melhor às suas necessidades.

Seja qual for a forma de discurso que vem se concretizando neste início de século nas diferentes religiões, acreditamos que um estudo mais detalhado dos recursos prosódicos utilizados pelos "propagadores da fé", através de pregações ou palestras, possa evidenciar algumas marcas persuasivas nessa modalidade de discurso.

No que se refere aos aspectos argumentativos – teoria que será apresentada em uma próxima publicação – tomaremos como base teórica a Nova Retórica (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996), acrescida de questionamentos feitos acerca dos aspectos persuasivos da linguagem (CITELLI, 2005) e da sedução através da linguagem (MEYER, 1998).

REFERÊNCIAS

ABERCROMBIE, D. *Elements of general phonetics*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1967.

BOLLELA, M. F. de F. P. *Uma proposta de ensino da pronúncia da língua inglesa com ênfase nos processos rítmicos de redução vocálica*. 2002. 380 f. Tese (Doutorado em Lingüística e Língua Portuguesa). Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" ____. Araraquara.

CAGLIARI, L. C. Prosódia: algumas funções dos supra-segmentos. *Cadernos de estudos lingüísticos*, Campinas, n. 23, p. 137-151, jul./dez. 1992.

____. *Acento em português*. Campinas: Edição do autor, 1999. (Coleção Espiral, série lingüística, v. 4).

____. *Análise fonológica*: introdução à teoria e à prática, com especial destaque para o modelo fonêmico. Campinas: Mercado de Letras, 2002. (Coleção Idéias sobre linguagem).

CHOMSKY, N. e HALLE, M. *The sound pattern of English*. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1968.

CITELLI, A. *Linguagem e persuasão*. São Paulo: Ática, 2005. (Série Princípios, 17).

COOK, A. *American accent training*: a guide to speaking and pronouncing american english for everybody who speaks English as a second language. Hauppauge: Barron's, 1991.

COUPER-KUHLEN, E. *An introduction to English prosody*. Londres Tübingen: Arnold: Max Niemeyer, 1986.

ECO, U. *Obra aberta*. São Paulo: Mestre Jou, 1978.

FERREIRA NETTO, W. *Introdução à fonologia da língua portuguesa*. São Paulo: Hedra, 2001.

FÓNAGY, I. As funções modais da entoação. *Cadernos de estudos lingüísticos*, Campinas, n. 25, p. 25-65, jul./dez. 1993.

HALLIDAY, M. A. K. *A course in spoken English*: Intonation. London: Oxford University Press, 1970.

LIBERMAN, M.; PRINCE, A. On stress and linguistic rhythm. *Linguistic inquiry*, 1977, 8, p. 249-336.

MASSINI-CAGLIARI, G. *Acento e ritmo*. São Paulo: Contexto, 1992. (Coleção Repensando a língua portuguesa).

MEYER, M. *Questões de retórica:* linguagem, razão e sedução. Lisboa: Edições 70, 1998.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação:* a nova retórica. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PIKE, K. (1947) *Phonemics*: a technique for reducing languages to writing. 12. ed. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1971.

SANTOS, Pr. R. *O vaso nas mãos do oleiro.* Brasília, s/d. 1 CD (1h).

SCARPA, E. M. (Org.*). Estudos de prosódia*. Campinas: Unicamp, 1999.

UNDERHILL, A. *Sound foundations.* Oxford: Heinemann, 1994. (The teacher's development Series).

Práticas de discurso e de leitura em *blogs* jornalísticos

Maria Regina Momesso de Oliveira

Novas práticas de discurso e de leitura surgem com o advento da internet. Tornou-se comum, para alguns, a leitura diária de *blogs* jornalísticos para obtenção de informação, de pauta para matérias impressas, para outros, além de entretenimento ou interação imediata entre escritores e leitores. Todo esse processo de produção e circulação de discursos e efeitos de sentido torna-se algo novo, que necessita de estudo aprofundado para a compreensão de como se dá a interação entre escritor e leitor e quais seus efeitos de sentido. O objetivo deste ensaio é refletir sobre as práticas de discurso e de leitura em *blogs* jornalísticos, interrogando quem são os sujeitos desse processo e quais identidades são assumidas por leitores e autores desse suporte, bem como seus efeitos de sentido. Para tanto, tomam-se como construto teórico autores como Foucault, Pêcheux e outros filiados à Análise do Discurso francesa, que tratam do discurso e seu sujeito. Roger Chartier para as práticas de leitura e, finalmente, Coracini e Bauman, para as questões de pós-modernidade e práticas identitárias.

SITUANDO OS *BLOGS* JORNALÍSTICOS NO SÉCULO XXI

Século XXI: novos tempos, novas tecnologias de informação e conhecimento, novas relações de saber e poder, novos modos de ver e compreender o que nos rodeia, novas formas de interação entre escrita e leitura. São estas as premissas mais encontradas nas mídias em geral.

Na primeira década deste século, encontramo-nos em meio a problemas já muito conhecidos do homem: as diferenças entre os que sabem ler e escrever e os que não o sabem; entre os que têm acesso à escrita e à leitura e os que não o têm; entre os que são alfabetizados e os que não o são. Embora as novas tecnologias tenham proporcionado maior agilidade e instantaneidade na comunicação e intercâmbio com os que estão ausentes, a criação de espaços autônomos para a circulação de informações, de idéias e de debates ainda não conseguiu resolver problemas antigos, como o acesso a esse novo tipo de comunicação. Infelizmente a chegada da internet não resolveu o problema das desigualdades sociais, culturais e econômicas e do fosso entre ricos e pobres.

Diante desse quadro, podemos dizer que as práticas de escrita e leitura eletrônica ainda estão restritas a uma parcela pequena da população brasileira. Segundo pesquisa do INAF (Indicador de Analfabetismo Funcional)[1], realizada em 2005, as pessoas das classes C, D e E conseguem ler apenas um texto curto, localizando uma informação explícita ou que exija uma pequena inferência. Dessas pessoas que conseguem ler, 60% têm o ensino médio completo, 54% usam computadores, 83% dizem ler jornais e 84%, revistas. Logo se pressupõe que aqueles que mais têm acesso ao computador e, conseqüentemente, à internet são os das classes mais favorecidas: A, B, C.

Neste ensaio não entraremos no mérito da questão. O principal objetivo é refletir sobre as práticas discursivas e de leitura em *blogs* jornalísticos, para identificar quem são os sujeitos desse processo e quais identidades são assumidas por leitores e autores desse suporte, bem como quais são seus efeitos de sentido.

Alguns estudiosos afirmam que nos encontramos na era da internet, que se mostra muito diferente da era do rádio ou da TV, pois um só espaço acopla ao mesmo tempo som, imagens, textos, enfim, constitui-se um lugar de hibridismo e se propõe como um meio democrático, dinâmico, ágil, instantâneo, interativo e participativo.

Dentro dessa realidade os jornais, as revistas impressas e a própria mídia digital anunciam o mais novo astro de audiência na internet:

1 Ver site http://www.ipm.org.br/an_ind_inaf_5.php?in=5.

os *weblogs*[2]. O jornalista e blogueiro americano John Batelle afirma que "o *blog* é um espaço onde as pessoas podem declarar quem são, o que querem e o que pensam" (*Época*, 2006, p. 1).

Os *weblogs* (*web* – rede; *log* – diário de bordo) são comumente conhecidos como um diário de registro digital mantido por qualquer pessoa na internet. Seu surgimento deu-se em 1997, quando o internauta John Barger publicou seu diário pessoal, no formato de uma *homepage* simples. Hoje, o número de *blogs* já ultrapassou os 40 milhões de páginas e o site *Technorati*[3] (especializado em monitoramento de *blogs* na rede) diz serem criados 75 mil *blogs* por dia. O que começou como simples páginas pessoais, de cunho autobiográfico ou confessional, ou de reprodução de textos poéticos ou jornalísticos, tornou-se complemento de jornais impressos, boletim informativo de empresas, página de marketing político, pessoal, empresarial ou ainda espaço educativo e de apresentação de trabalhos científicos.

Em meio a essa avalanche de *blogs*, o site *Technorati* mostra em seu monitoramento que há um *blog* para cada 25 pessoas *on-line*. Nos EUA, 57 milhões lêem *blogs* diariamente. No Brasil, dentre os 20 milhões de internautas, estima-se que 25% acessem *blogs* em busca de informação ou entretenimento. O site de serviço *BlogBlogs*[4] catalogou em três meses o cadastro de 85 mil *blogs*. Logo esta ferramenta textual ganhou "audiência", impacto e relevância do conteúdo gerado.

Tal acontecimento é indicação de mudanças na cultura e na forma de como os internautas – leitores e escritores – estabelecem relações com o saber e o poder. A amplitude dos *blogs* gerou o que chamamos de *Blogosfera*, espaço em que se pode notar um número expressivo de *blogs* jornalísticos

2 A revista *Época* de julho de 2006, edição 428, em matéria sobre os blogs, que invadem vários espaços antes dominados por outras mídias, tais como o rádio, a TV, o impresso, mostra que os blogs modificam as relações da política, dos negócios, da carreira, da cultura e das relações pessoais. Atribui aos blogs o maior número de audiência já visto nos últimos tempos, chamando-os de "Os campeões de audiência".

3 Ver site http://www.technorati.com/ .

4 Ver site http://blogsblogs.info/ .

com características diversas e que nem sempre são mantidos por profissionais, mas sim por pessoas comuns ou aspirantes ao jornalismo.

Os *weblogs* jornalísticos surgem com um discurso liberal, em que qualquer pessoa pode expressar-se livremente, produzir textos de diversos gêneros, sem necessariamente ser um profissional da área de interesse. São exemplos o *Pensar enlouquece* (http://www.pensarenlouquece.com/), *Publicidade de saia* (http://www.publicidadedesaia.blogger.com.br/), entre outros milhares de *blogs* de pessoas comuns, que acabaram por tornar-se um tipo de boletim informativo que mescla vários tipos de editorias. A liberação de "quem fala" e "de que posição se fala" é um dos maiores debates no *webjornalismo*, pois os *blogs* têm um formato que acaba por fazer com que o blogueiro, jornalista ou não, mostre todo o processo de aquisição e preparo de matérias em tempo real e estabeleça, na condução desse processo, determinadas ordens para que se possa adquirir a credibilidade e, como conseqüência, a audiência. Da mesma forma aconteceria com as práticas de leitura.

Tudo isso abala a política tradicional dos veículos de comunicação, pois surgem novos padrões de informação, interação e comunicação. Isto afeta os poderes da mídia tradicional. Um exemplo do abalo sofrido pelas mídias impressas, que enfatizavam a propaganda do governo Bush, foi quando blogueiros começaram a publicar e mostrar em 2004 as falsidades sobre as armas químicas no Iraque e a não-relação direta entre Bush e a Al Qaeda.

Tais acontecimentos indicariam que as práticas discursivas e de leitura do jornalismo formal e tradicional cedem lugar a outras práticas que desenham um jornalismo mais subjetivo, individual e autônomo.

Castells (2006, p. 2) afirma:

> A Mass Self Communication constitui certamente uma nova forma de comunicação em massa – porém produzida, recebida e experenciada individualmente. Ela foi recuperada pelos movimentos sociais de todo o mundo, mas eles não são os únicos a utilizar essa nova ferramenta de mobilização e organização. A mídia tradicional tenta acompanhar esse movimento e, fazendo uso de

> seu poder comercial e midiático, passou a se envolver com o maior número possível de *blogs*. Falta pouco para que, através da Mass Self Communication, os movimentos sociais e os indivíduos em rebelião crítica comecem a agir sobre a grande mídia, a controlar as informações, a desmenti-las e até mesmo produzi-las.

Aroso (2005)[5] afirma que muitos autores preconizam o fim da profissão de jornalista e do jornalismo tal como os conhecemos. Cita Ricardo Jorge Pinto e Jorge Pedro Sousa (1998): "o jornalista perdeu o monopólio do jogo informativo. A sua função de filtro de informação ficou agora condicionada pela entrada em cena de mecanismos de divulgação comunicativa ao acesso de todos". Por outro lado, cita Helder Bastos, quando este defende que

> (...) o jornalismo terá todas as condições para ser reinventado, em vez de, como proclamam alguns, ser gradualmente eliminado. Na verdade, uma das questões mais em voga é a do fim do jornalista como *gatekeeper*. Tal como presencia o autor supracitado, «muitos autores projectam as actuais tendências num futuro não muito longínquo para concluírem da falência, a prazo, dos actuais modelos jornalísticos ou, pelo contrário, salientarem a cada vez maior pertinência da função jornalística num mundo a caminhar a passos largos para a saturação informacional.

As práticas de leitura dos *blogs* jornalísticos também são um ponto de grande preocupação e discussão desses profissionais, tal como afirma Padilha (2003):

> Atenção especial deve ser dada à compreensão do que vem a ser o trabalho do jornalista para um público que não é mais tão específico e, ao mesmo tempo, exige informações aprofundadas em um dado momento e generalizadas em outro. Nesse cenário, entra o hipertexto com suas camadas sobrepostas e múltiplas facetas. A leitura não linear que na sua forma mais primitiva – ou seja, cumprindo a missão de ser remissiva – já existia com

5 Ver http://www.webjornalismo.com/sections.php?op=viewarticle&artid=90.

> os livros (8), agora assume uma posição de destaque por ter o poder de fazer *links* através da multimídia com os diversos meios de comunicação, em um só tempo e partindo de um só ponto.
>
> É com o hipertexto que o leitor exigente vai deparar-se e decidir de acordo com sua vontade, se fica na superfície ou se mergulha para aprofundar-se. Daí a importância dos jornalistas e editores de conteúdos em realizarem um trabalho que proporcione ambas as possibilidades. Não existe nada pior para o internauta do que encontrar um ponto que o interessa e morrer na praia por falta de oportunidade para aprofundar-se.

AS PRÁTICAS DISCURSIVAS E DE LEITURA PROMOVENDO A CRIAÇÃO DE IDENTIDADES EM *WEBLOGS*

A noção de prática discursiva, ponto de partida para a reflexão sobre o *blog* jornalístico, comparece em Foucault e Pêcheux. Em *A ordem do discurso*, Foucault (1998) analisa os procedimentos que permitem o controle dos discursos, procedimentos que se configuram como um "ritual" – definem circunstâncias, modos, gestos, comportamentos, enfim práticas que determinam quem pode dizer, o que dizer, de que lugar ou posição se pode falar, em que circunstâncias o dizer pode ou não surgir, etc.

Os discursos religiosos, judiciários, terapêuticos e também políticos não podem ser dissociados, nessa prática, de um ritual que determina, para os sujeitos que falam, propriedades singulares e papéis preestabelecidos ao mesmo tempo (FOUCAULT, 1998, p. 39).

Os discursos jornalísticos impresso, radiofônico e televisivo até então se encontravam na ordem do dizer neutro, sua principal função era informar, formar e entreter, sem deixar a subjetividade influir.

A informação, matéria-prima do discurso jornalístico, tinha e ainda tem todo um ritual para tratar a informação e depois veiculá-la na mídia. Dessa forma o jornalista fala do seu lugar de mediador, de filtro, do sujeito preparado, estudado, para informar seu leitor. É

sabido que as mídias tradicionais, em função de todo esse processo, sofrem a influência de "outros" poderes, que fazem com que o discurso jornalístico tenha a aparência de neutralidade, criando assim "efeito de verdade". Entretanto, o discurso jornalístico, seja ele tradicional ou "pós-moderno", é sempre atingido pela memória discursiva, resultado de discursos já institucionalizados por um determinado grupo que está no poder ou pelo próprio sistema, os quais determinam o que se pode veicular na mídia ou não, tudo depende do jogo de interesses e de poder de dada época e sociedade.

Segundo Foucault (2000), o discurso não é pura e simplesmente entrecruzamento de palavras e coisas, nem trama obscura das coisas em palavras, muito menos a estreita superfície de contato entre a realidade e a língua. O discurso se constitui em práticas, para defini-lo é necessário buscar a lei das enunciações diversas e o lugar de onde elas vêm.

As relações discursivas oferecem o objeto de que se pode falar e determinam o feixe de relações que o discurso deve efetuar para falar do objeto. Elas caracterizam não a língua, nem as circunstâncias do discurso, mas o próprio discurso enquanto prática. São as práticas discursivas que definem "quem fala"; "o lugar da fala" e "as posições do sujeito". É por meio da análise dessas práticas que aparece a dispersão do sujeito, nos seus diversos *status*, lugares e posições de onde fala.

O discurso jornalístico da objetividade, da neutralidade, do sujeito jornalista mediador e apto a lidar e filtrar a informação para o leitor, entra em dispersão e choque com um outro discurso, o da subjetividade da informação.

De acordo com Castells (2006, p. 1):

> Na sociedade contemporânea, a política depende diretamente da mídia. As agendas do sistema político e mesmo as decisões que dele emanam são feitos para a mídia, na busca de obter o apoio dos cidadãos ou, pelo menos, atenuar a hostilidade às decisões tomadas.

> Isso não quer dizer que o poder se encontre incondicionalmente nas mãos da mídia, nem que o público tome posições em função do que é sugerido pela mídia. Pesquisas em comunicação mostraram há muito tempo até que ponto o público é ativo e não passivo.

O autor mostra, em seu artigo, que na contemporaneidade, em função de todas as novas tecnologias, há maior acesso às informações e, assim, pode-se verificar a credibilidade de uma dada notícia.

O aparecimento dos *blogs* quebra o paradigma da forma como o sujeito-jornalista lidava com as informações. Na ordem estabelecida até então, um sistema político de comunicação "controlava" o dizer do jornalista, tudo que era veiculado nas mídias tradicionais. Hoje esse sistema está desestabilizado e todo o processo de controle torna-se mais opaco, ambíguo e imperceptível.

Como afirma Coracini (2005, p. 16), a pós-modernidade:

> (...) é um momento caracterizado como pós-panóptico, em que o panóptico visível, localizável, dá lugar, aos poucos, a um panóptico imperceptível, camuflado, que orienta sem orientar, seduz sem convencer, manobra na invisibilidade das necessidades desnecessárias, construídas, inventadas, sem que nos apercebamos, pela mídia, pelo *marketing*, acarretando um consumo desenfreado. Segundo Bauman (2000/2001, p. 16), estamos vivendo a era do sinóptico, em que muitos observam poucos, isto é, em que cada um é observado por muitos, ao contrário da era do panóptico, em que poucos observavam muitos.

Assim, hoje vivemos o sinóptico e o *blog* é uma das ferramentas mais representativas dessa observação de múltiplos olhares sobre o indíviduo, em que o sujeito-jornalista constitui-se, nesse espaço virtual, em toda a sua subjetividade e mostra ao seu leitor sua parcialidade, que antes era camuflada pelas regras do jornalismo objetivo, detentor da verdade, da notícia observada e tratada por indivíduo neutro, homogêneo, objetivo e imparcial.

Bauman (1999), em seu texto *Modernidade e ambivalência,* mostra

que a ordem na pós-modernidade não pode ser desvinculada do caos. Ordem e caos são facetas da mesma moeda.

> A ordem é o contrário do caos: este é o contrário daquela. Ordem e caos são gêmeos modernos. Foram concebidos em meio à ruptura e colapso do mundo ordenado e ao modo divino, que não conhecia a necessidade nem o acaso, um mundo que apenas era, sem pensar jamais em como ser (BAUMAN, 1999, p. 12).

Nessa ambivalência de ordem e caos, o *blog* surge como o grande representante dessa "nova ordem/caos". Tal ferramenta apresenta-se com um discurso libertário, tanto para o jornalista-blogueiro quanto para quem o lê e comenta: o chamado *escrileitor*[6]. O discurso do jornalista-blogueiro anuncia que, com a ferramenta digital, hoje ele pode dizer aquilo que antes lhe era vedado, ou pelo veículo no qual trabalhava ou por "Outros" que tinham o poder de vetar seu dizer.

Quanto ao *escrileitor,* este pode comentar no *post* de seu blogueiro, tanto para concordar como para polemizar, criticar e até desmentir. Tudo acontece em tempo real e não se precisa mais esperar para fazer isso, como ocorria com o jornal impresso. O imediatismo e a interação em tempo real, nesse discurso emergente, são características

6 Preferimos utilizar o termo *escrileitor*, por entendermos que esta é uma das características que define umas das diferenças entre o leitor do impresso do leitor digital. Ressalve-se que no impresso o *escrileitor* já existia quando colocava suas marcas no texto do *outro*, mas isto não ocorria da mesma forma como acontece hoje.
Na leitura do jornal impresso, diferentemente da leitura de um livro, o máximo que o leitor faz é apenas circular ou rabiscar ou escrever nas extremidades do jornal, mas quase sempre como apontamento e não como co-autor do texto lá inscrito. Tal possibilidade é marcada pelo espaço de tempo que esse leitor tem para escrever em outro suporte, para que se insira no processo da escritura juntamente com o autor da notícia.
Além disso, é necessário passar por um crivo do editor para que sua escrita esteja presente na próxima edição do jornal. O espaço do leitor no jornal impresso é delimitado. No caso do *blog* a escrita do leitor aparece conjuntamente com o *post* do jornalista-blogueiro e ele pode instantaneamente modificar o efeito de sentido do texto do outro.
Há outros termos utilizados para o leitor digital tais como: leitor-navegador (MARINHO); hiperleitor (KOCH) e navegador (LÉVY).

que deixam o cibertexto muito mais atrativo para o leitor e escritor. Essa característica do *escrileitor* torna a autoria do texto múltipla e compartilhada. Nesse caso, a autoria é substituída pela co-autoria.

O *blog* jornalístico, na verdade, impõe desafios para o *escrileitor,* pois aparecem múltiplos papéis na leitura e na produção do texto digital. Há mudança no tamanho dos textos – mais curtos – para produzir maior dinamicidade na leitura e tornar o texto mais atrativo, tornando-se móvel: um caleidoscópio. Mas todas as mudanças são colocadas como uma forma de sempre tornar o ciberespaço um lugar libertário, ágil, potente, em que o sujeito pode deslocar-se quando bem entender. Tudo está para o *escrileitor* como um cardápio recheado de uma superabundância de informações, em que o papel do leitor virtual é ter o poder de conduzir tudo como melhor lhe convier. Além disso, há o poder de falar o que quiser e quando quiser, enfim ser um sujeito "livre", que tem a ilusão de ser dono de seu discurso.

Ao pensarmos sobre essa prática de discurso e de leitura instalada na mídia digital, que cultua a liberdade de ler e expressar-se, de poder dizer o que quiser, no lugar e no momento que lhe convier, podemos concluir que seria um tipo de resistência à ordem até então vigente? Estaríamos vivenciando uma mudança na forma de comunicar e informar, que fugiria dos procedimentos de controle discursivo?

Também poderíamos pensar, com Foucault (2000), que a História não se constrói numa continuidade, mas sim na descontinuidade. Multiplicando-se as rupturas, buscam-se as perturbações da continuidade, enquanto a história propriamente dita, oficial, parece apagar, em benefício das estruturas fixas, a irrupção dos acontecimentos (FOUCAULT, 2000, p. 5-6). Assim também é o discurso, só podemos percebê-lo em sua dispersão, em sua heterogeneidade.

Além de a História ser descontínua, Foucault afirma em *Microfísica do poder* (1979) que as relações de poder abrem brechas para a resistência, o que equivale a dizer que onde há poder há necessidade de resistência, tensão, discordância, embate. Talvez os *blogs* jornalísticos possam ser considerados um tipo de resistência, de embate contra uma ordem discursiva estabelecida, mas, camufladamente, podem tornar-se

uma nova ordem, muito mais forte, eficiente e perigosa, por parecer caos, diversidade, democracia em que as diferenças coexistem, sem problemas na relação com o outro.

As práticas discursivas dos *blogs*, num primeiro momento, surgiram como discursos identitários, da emergência da subjetividade de pessoas comuns, que resolveram tornar público o que sentiam, percebiam e viam o mundo. Mas muitos perceberam que o *blog* era uma ferramenta propícia para fazer *marketing* pessoal, empresarial, político, entre outras formas de autopromoção.

Por esse prisma, alguns jornalistas criaram seus *blogs* por necessidades diversas, uns com o objetivo de fortalecer sua maneira de ver determinado acontecimento, outros para fazer seu próprio *marketing* e se estabelecer como jornalista competente, ou até mesmo como representantes de veículos impressos, apenas para complementar seu espaço e mostrar a informação com mais detalhes e, assim, manter o dizível de determinado veículo.

Como exemplo podemos citar o *blog do Noblat* (http://noblat1.estadão.com.br/noblat/), criado com a intenção inicial de publicar os "furos" jornalísticos que perderiam a validade antes de chegar o domingo, tornando-se um dos blogueiros mais visitados e prestigiados da internet.

Em *Querido leitor* (http://queridoleitor.zip. net), *blog* da jornalista Rosana Hermann, de notícias e variedades, não só o sujeito jornalista aparece, mas também a mulher jornalista, as notícias são mescladas com relatos de sua intimidade, como o horário em que comeu, tomou banho, se está doente e assim por diante.

O *blog Pensar enlouquece, pense nisso* (http://www.pensarenlouquece.com/) traz atualidades e comportamento. O blogueiro responsável não é jornalista, mas um bancário que resolveu, em estilo sarcástico, fazer crítica a filmes, cinema, amor, vida digital, assuntos culturais e cotidianos.

Já o *Blog do Josias – Nos bastidores do poder* (http://josiasdesouza.folha.blog.uol.com.br) se configura como um *blog* político, mas o jornalista coloca seu *blog* como um complemento das notícias do jornal impresso *Folha de S. Paulo*.

Ao observarmos os discursos circulantes nesses *blogs*, podemos confirmar a tese de Bauman (2001) de que vivemos a modernidade líquida e que caos e ordem fazem parte de um mesmo processo. Mas ao mesmo tempo podemos identificar a ordem na sua própria construção lingüística ou na própria estrutura do *blog*. Enfim, conseguimos perceber a ânsia de cada profissional por falar e entrar na chamada pós-modernidade a fim de continuar a promover o consumo desenfreado de idéias, notícias e informações. Padilha (2003) afirma:

> Dentre as categorias profissionais do mundo globalizado, a dos jornalistas está entre as que mais sofrem os efeitos deste "caos". Estamos no olho do furacão e como a maioria dos paradigmas é passível de revisão ou já foi quebrado, resta-nos a árdua tarefa de olhar a tudo de forma atenta e reflexiva, pois estamos vivendo numa comunidade virtual, mas ainda temos fortes raízes com as regras do mundo real.(...)
>
> A Internet, ícone máximo do mundo globalizado, é o divisor de águas do nosso tempo. "A quem está dentro, tudo! A quem está fora, nada!": é o que reza o senso comum hodierno. O jornalista contemporâneo tem que, no mínimo, saber usufruir da Web como ferramenta básica para o seu trabalho. É duro o profissional encarar essa realidade, mas ela está imposta à sua sobrevivência tanto quanto a escrita. Isso não significa que o mundo dos átomos vai ser sugado do dia para a noite.

Cria-se com isso não só a ânsia de pertencimento a um mundo pós-moderno, mas também identidades para o "novo profissional do jornalismo *on-line*". O sujeito jornalista tem agora o papel de ser mais que um contador de fatos e intérprete dos acontecimentos; deve ter o papel central de ligação entre as comunidades; competência e domínio em multimídia para ser fornecedor de conteúdo para múltiplas mídias; ter uma escrita atrativa, flexibilidade, rigor, tenacidade e velocidade. Todos esses papéis são impostos para que o jornalista não perca o status de *gatekeeper*. Para que isto não ocorra, o sujeito jornalista deve corresponder ao *homem de*

flash[7] da produção, interpretação e circulação da informação. Diante disso o mundo cibernético abriga um conteúdo em informação e propaganda que já não tem diferenças perceptíveis e visíveis.

Soma-se a todo esse processo a ilusão das escolhas individuais, tanto do blogueiro quanto do *escrileitor*, pois tais escolhas são ditadas pela audiência, pelo consumo. Trava-se uma busca constante, da parte do blogueiro e do *escrileitor,* pelo preenchimento de uma falta, pela cura da angústia existencial, evidenciando-se a vontade de poder falar sem entrar numa ordem discursiva estabelecida pela sociedade, pelo sistema para, no caos da modernidade, poder ser livre.

Essa busca desenfreada do sujeito pós-moderno, nos *blogs* jornalísticos, que é o desejo de tornar-se livre para falar, está presente em alguns exemplos retirados de comentários dos *blogs* acima.

> [GERAAAAAAAAAAAAAAAAALDOOOOOOOOOOOOO PRESIDENNNNNNNNTE, ANTES QUE ELLES ACABEM COM O DINHEIRO DA GENTE!] [Teresina-PI para o Mundo] [GERAAAAAAAAAAAAAAAAALDOOOOOOOOOOOOO PRESIDENNNNNNNNTE, ANTES QUE ELLES ACABEM COM O DINHEIRO DA GENTE!] [Raimundo de Campina Grande - PB] O LULLA É DOS MACUMBEIROS QUE ELLE TROUXE DA AFRICA, POIS NÃO CONFIA NOS MACUMBEIROS DO BRASIL. A PINGA 51 É DELE. O BRASIL É DOS BANQUEIROS E DOS ANALFABETOS VAGABUNDOS DOS SINDICATOS. (05/09/2006 08:17)

[VOLTOU A CENSURA JOSIAS?] [VOCE NOS DEVE UMA] [EXPLICAÇÀO!]

> A censura prévia voltou! Josias, você nos deve uma explicação! Foram Ordens do Frias? A liberdade de imprensa é só para os donos dela? Nós, os seus 22 leitores, estavamos atrapalhando algo? Ou a ordem veio do comando da campanha do Alkimin? Onde está a elegância e o fair play Josias? Não sabem mais perder?

7 Grifo e expressão cunhada pela autora deste artigo.

> A Democracia incomoda a FOLHA ON LINE? Vamos Josias, responda! Ou os "gatos" e "sanguessugas" comeram a sua língua? (06/09/2006 05:42)
> [Luiz Mollon] [Apartidário] [Stª Bárbara d´Oeste-SP]
> Xiiiii...Josias colocou a travinha de novo. Andaram pisando na bola...! rsrsrs (06/09/2006 08:08)
> [El Carnicero de Acapulco] [São Paulo]
> rapaz...a censura tá 'braba' aqui no blog do Josias. Deve ser o efeito das novas pesquisas. (05/09/2006 20:27)

No primeiro *post* o sujeito-*escrileitor* identificado como Raimundo de Campina Grande grita por Geraldo Alckmin, candidato a presidente e rechaça Lula, o atual presidente e candidato à reeleição. Embora Raimundo grite pelo candidato escolhido, não percebe que seu discurso é parafrásico, pois repete o mesmo discurso dos partidários do PSDB, portanto sua "liberdade" discursiva apenas se encontra na forma em que apresenta seu texto digital, ou seja, a escolha do gênero textual, do vocabulário, da ordem estética.

Logo abaixo, no próximo *post*, a ordem discursiva do sistema reaparece na voz de alguns *escrileitores* que questionam o jornalista por não mais falar com subjetividade sobre as informações que até então vinha fazendo. Esse discurso questionador da liberdade do dizer jornalístico denuncia a ilusão de liberdade da internet, pois Josias de Souza é funcionário da *Folha de S. Paulo*, representa-a e seu discurso não pode contradizer sua origem, sua ordem discursiva primeira. É interessante que como jornalista-blogueiro, Josias tem como *slogan* de seu *blog Nos bastidores do poder*, que cria o efeito de sentido de que em seu *blog* estarão contidas todas as informações que foram escondidas, censuradas. E ele, Josias, tem acesso a tudo, é um sujeito onipresente e onipotente, poderoso, pois tem acesso a tudo aquilo que está à margem.

No *blog Pensar enlouquece, pense nisso*, a exposição da ordem do dizer e as conseqüências de sair dessa ordem são claras e evidentes. No *post* colocado pelo blogueiro, explicando por que iria censurar alguns comentários, percebe-se que a resistência dos *blogs* começa a incomodar e dessa forma o embate está instalado.

> Porque os comentários deste blog passarão a ser pré-aprovados antes da publicação
> (...)
> Apesar deste blog ser hospedado no exterior, prefiro me precaver de quaisq uer dissabores. Optei, pois, por adotar a pré-aprovação de cada comentário antes que ele seja publicado, a fim de evitar a publicação de qualquer ofensa que possa ser feita a terceiros. E recomendo esta medida a qualquer blogueiro que não deseje eliminar de vez seu espaço de comentários, esteja seu blog hospedado no Brasil ou lá fora. (http://www.pensarenlouquece.com/ postado em 03/09/2006)

A resposta imediata dos *escrileitores*:

> *Desabafado por* Felipe de Paula Oliva | 6 de setembro de 2006, 03:37
> Ai, ai, ai, ai... E agora José? A luz apagou, bloqueio meus comentários, o que eu faço? O pior é que agora fiquei com medo do meu post de hoje, pois falo abertamente sobre políticos e maracutaias, além de disponibilizar uma planilha com nome de políticos envolvidos em questões diversas. Vendo algo desse tipo acontecer realmente dá medo, muito medo do que podem fazer com a gente...
>
> *Desabafado por catatau* | 2 de setembro de 2006, 12:21
> É impressionante. Isso é ridículo do ponto de vista jurídico, imagine dos outros...
> Eu não posso ser responsável pelo comentário de ninguém. O judiciário brasileiro, pelo visto, não está preparado para lidar com as novidades (a liberdade e a internet).
> E por falar nisso, o blog da Alcinéia (http://alcineacavalcante.blogspot.com/) foi tirado do ar porque publicou uma foto de um muro onde estava escrito Xô Sarney... É mole? As notícias da imprensa vão sendo corrigidas pelos blogs, mas a Justiça, não tem quem corrija, não é mesmo????

O sujeito pós-moderno experimenta na virtualidade a instalação de uma linha tênue entre o real, o imaginário e o virtual. Abala-se

a idéia de concretude e de "realidade", pois o sujeito encontra-se no mundo de Alice: tem um mundo maravilhoso aos seus pés, porém não consegue tocá-lo. Mas esse mundo consegue modificá-lo enquanto ser e oferece-lhe a "ilusão da onipotência e da onipresença", a sensação de poder ser quem quiser. Entretanto num piscar de olhos pode lhe tirar tudo e volta a sensação de Alice confusa em meio ao desconhecido.

Nota-se que, como acontece na vida real, na realidade digital também há lampejos da ordem discursiva vivenciada por tantos anos: a da censura, a da lei, a de não poder dizer o que quiser, do lugar que preferir, sem ter que entrar na ordem do discurso. Assim, surge o medo daquele que foi enredado com o discurso da liberdade de expressão proclamada pela internet. Dessa forma, nota-se que ordem e caos são realmente as facetas de uma mesma moeda, ao construírem as identificações e as subjetividades do sujeito pós-moderno. Um sujeito fragmentado, que busca por meio das tecnologias, mitos da modernidade, simulacros do paraíso e de seu consumo, e que procura enquanto ser livre, único, genuíno, dono de seu discurso.

Assim como as práticas discursivas envolvem o blogueiro e o *escrileitor* numa aura de libertação, de poder ser e dizer o que quiser, as práticas de leitura também se ligam a esse discurso. O *escrileitor* não é mais um simples leitor, ele agora é onipotente e onipresente, pode escolher onde ir, e de suas escolhas e comentários depende o sucesso e a permanência do blogueiro e a partir daí nasce a ilusão de um ser completo, tanto no dizer quanto no ler, para conhecer, para se manter informado – é o que desabafa o jornalista Julio Daio Borges do *blog Digestivo cultural*[8].

> Desde que comecei a ler mais a internet – algo que sempre recomendo –, através dos *feeds*, descobri que minha percepção, da própria leitura, começou a mudar. (...) Concluí, dessa viagem toda, que existem, basicamente, dois tipos de leitura. A horizontal que você faz, dia a dia, caçando as mesmas notícias em diferentes veículos; e a vertical que você faz, mais eventualmente, sobretudo na internet, quando mergulha num tópico e quer explorar – ao longo do

8 Ver site http://www.digestivocultural.com/blog/

> tempo – tudo o que puder sobre ele. Digamos: você faz uma leitura horizontal quando tenta acompanhar a semana do "terror em São Paulo", por conta dos ataques do PCC; e você faz uma leitura vertical quando consulta a internet para se aprofundar sobre determinado tema (pode ser o "PCC" de novo, mas, desta vez, você entra em arquivos e não segue atrás da novidade mais fresquinha...).

Para o *escrileitor* Borges, o leitor digital é um caçador, mas sua leitura concentra-se na praticidade, apenas na colheita de informações, ler é sinônimo de decodificação apenas, de utilitarismo. Mesmo quando cita a leitura vertical não se desliga do utilitarismo, pois não é a interpretação que está em jogo, mas sim o acesso à informação apenas.

Talvez o leitor digital ou o *escrileitor* esteja bem próximo do leitor do impresso, como afirma Lyons (1999, p. 11):

> (...) um invasor, rastejando pela propriedade de outrem atrás de propósitos nefastos. A propriedade não é dele: a paisagem foi feita por outras mãos. Porém, enquanto não é apanhado, ele toma o que deseja: uma lebre aqui, um tordo ali, um cervo, com sorte –, fugindo sem deixar rastros na página.

Entretanto, a leitura digital, especificamente do *escrileitor,* difere apenas na questão de não deixar rastros, embora muitas vezes o *escrileitor* faça questão de deixar suas marcas, pois desta forma poderá criar vários efeitos de sentido, dependendo do que deseja.

Enfim, a pós-modernidade contempla a pluralidade, a fragmentação de tudo e de todos, os limites obscuros e indecisos, os sentidos que deslizam o tempo todo, não permitindo a sua captura ou a sua fixação, a não ser a ilusão do momento breve. Se o sujeito constitui-se nas práticas discursivas, então tem-se o sujeito pós-moderno como alguém múltiplo, heterogêneo, multifacetado e confuso em meio à ordem e ao caos que o cercam. Pode-se afirmar que esse sujeito não é novo nem velho, mas a expressão de dada época; não possui uma identidade específica e una, mas sim identificações, simulacros que se criam e que se encontram entre a linha tênue do real e do virtual.

REFERÊNCIAS

AROSO, I. M. M. A internet e o novo papel do jornalista. *Webjornalismo.com*, jan. 2005. Disponível em: <http://www.webjornalismo.com/sections.php?op=viewarticle&artid=90>. Acesso em: 24 ago. 2006.

CASTELLS, M. A era da intercomunicação. *Le Monde diplomatique Brasil,* ago. 2006. Disponível em: <http://diplo.uol.com.br/2006-08,a1379>. Acessado em 24 ago. 2006.

CORACINI, M. J. R. F. Concepções de leitura na (pós-) modernidade. In: CARVALHO, R. C. de; PASCHOAL, L. (Orgs.). *Leitura*: múltiplos olhares. Campinas/São João da Boa Vista: Mercado de Letras/Unifeob, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Tradução de Luiz F. B. Neves. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

____. *A ordem do discurso*. Tradução de Edmundo Cordeiro. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

LYONS, M., LEHAY, C. *A palavra impressa*: histórias da leitura no século XIX. Tradução de Cyana Leahy. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1999.

PADILHA, S. A internet, o jornalista e as inquietações. *Webjornalismo.com*, out. 2003. Disponível em: <http://www.webjornalismo.com/sections.php?op=viewarticle&artid=72> . Acesso em: 24 ago. 2006.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P. [et al]. *Papel da memória*. Tradução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

____. A análise de discurso: três épocas. In: GADET, F., HAK, T. *Por uma análise automática do discurso:* uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Bethania S. Mariani [et al.] Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualizações e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso:* uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Bethania S. Mariani [et al.] Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

Discurso e comunicação: a constituição discursiva da imprensa brasileira

Maria Silvia Olivi Louzada

Neste texto, procura-se explicitar as intenções e propósitos do projeto de pesquisa – "A constituição discursiva da imprensa: o caso dos periódicos *Veja* e *Exame*" – vinculado à linha de pesquisa "Discurso: sentido, comunicação e representação", integrante do Programa de Mestrado em Lingüística da Universidade de Franca (Unifran).

Na primeira parte do texto, busca-se justificar a importância do estudo dos discursos midiáticos, sua relevância social e, ao propor algumas indicações para uma metodologia de pesquisa com textos de comunicação, tomando por base os caminhos já trilhados por alguns pesquisadores, tem também o intuito de orientar futuros trabalhos na área.

A segunda parte do texto dedica-se a discutir uma prática discursiva, realizando uma análise da revista *Exame* (período compreendido entre 1990–2002), editada pela Editora Abril desde 1971, a fim de observar como se dá a constituição e representação discursiva do seu processo identitário.

A PROPÓSITO DO OBJETO: CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nos últimos anos, muitos pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento têm-se dedicado a investigar os discursos produzidos pela mídia, os chamados discursos midiáticos, em virtude de julgarem estreitas as suas relações com a mentalidade e a cultura dos povos,

pois se trata de uma prática discursiva entranhada de historicidade que, além de integrar o processo de seleção dos acontecimentos que se deseja relembrar futuramente, fixa sentidos para eles e veicula as diversas vozes que constituem o imaginário de uma dada época (MARIANI, 2001).

Tarde (1992), um dos primeiros a teorizar a forma de relação social de massa, assinala que a imprensa periódica desempenha um importante papel social, pois fomenta a formação da opinião pública e interfere nos destinos de um povo. Para ele, a imprensa periódica tem as seguintes características: é atual, é volátil, influencia a opinião nacional e internacional, e o parlamento, todo aquele que lê e até quem não lê, pois passa a fazer parte das conversações entre pessoas.

> E a imprensa periódica alimenta-se das informações do mundo inteiro que versam sobre tudo o que se produz de excepcional, de genial, de inventivo, de novo. [...] E entre as inovações de que a imprensa se alimenta, devemos citar em primeiro lugar os atos do poder, a série dos fatos políticos. De tal modo que, no fim de contas, os próprios atos do poder, triturados pela imprensa, remastigados pela conversação, contribuem em larga medida para a transformação do poder (TARDE, 1992, p. 135).

Thompson (2004) distingue quatro tipos principais de poder: o econômico, o político, o coercitivo e o cultural ou simbólico. Entre as instituições sociais que exercem o poder cultural ou simbólico e assumem um papel historicamente importante, situa as instituições de mídia. O poder cultural ou simbólico refere-se à "capacidade de intervir no curso dos acontecimentos, de influenciar as ações dos outros e produzir eventos por meio da produção e da transmissão de formas simbólicas" (THOMPSON, 2004, p. 24).

Assim, por meio da relação interlocutiva assimétrica instalada no discurso midiático, Thompson (2004, p. 46) acredita que o "indiví-

duo está implicitamente construindo uma compreensão de si mesmo, uma consciência daquilo que ele é e de onde está situado no tempo e no espaço". E continua:

> Este processo de transformação pessoal não é um acontecimento súbito e singular. Ele acontece lentamente, imperceptivelmente, dia após dia, ano após ano. É um processo no qual algumas mensagens são retidas e outras são esquecidas, no qual algumas se tornam fundamento de ação e de reflexão, tópico de conversação entre amigos, enquanto outras deslizam pelo dreno da memória e se perdem no fluxo e refluxo de imagens e idéias (THOMPSON, 2004, p. 46).

A esse respeito, Charaudeau (2004, p. 17) aponta que, paradoxalmente:

> o mundo das mídias tem a pretensão de se definir contra o poder e contra a manipulação. Entretanto, as mídias são utilizadas pelos políticos como um meio de manipulação da opinião pública – ainda que o sejam para o bem-estar do cidadão; as mídias são criticadas por constituírem um quarto poder; entretanto, o cidadão aparece com freqüência como refém delas, tanto pela maneira como é representado, quanto pelos efeitos passionais provocados, efeitos que se acham muito distantes de qualquer pretensão à informação. [1]

Com isso, espera-se ter demonstrado por que interessa tomar o discurso midiático produzido pela imprensa brasileira como objeto: entende-se que é uma prática social e discursiva produtora de sentidos e veiculadora das muitas vozes participantes da história do país. Portanto, interessa ao analista investigar a problemática da constituição da iden-

1 CHARAUDEAU (2006, p. 277) reformula essa proposição nos seguintes termos: "As mídias participam do jogo complexo do poder, mas somente na condição de lugar de saber e de mediação social indispensável à constituição de uma consciência cidadã, o que não é pouco".

tidade/alteridade, o jogo cenográfico que faz transparecer as imagens dos co-enunciadores[2] e as representações desse processo enunciativo.

Outro fator a considerar nessas investigações sobre os discursos midiáticos é que, ao enfrentar o desafio de realizar uma análise que tenha o olhar comprometido com o contemporâneo, corre-se o risco de realizar uma pesquisa que já nasce marcada pela incompletude e pelo efêmero. Esse fato traz um dado interessante à reflexão sobre a constituição do discurso: a leitura que o analista faz contemporaneamente à edição dos periódicos está indisfarçavelmente eivada de sua própria história de leitor, de suas percepções e de seu modo de estar no mundo.

> No que tange à comunicação midiática, significa que qualquer artigo de jornal, qualquer declaração num telejornal ou num noticiário radiofônico, está carregada de efeitos possíveis, dos quais apenas uma parte – e nem sempre a mesma – corresponderá às intenções mais ou menos conscientes dos atores do organismo de informação, e uma outra – não necessariamente a mesma – corresponderá ao sentido construído por tal ou qual receptor (CHARAUDEAU, 2004, p. 28).

Em suma, definido um *corpus* de acordo com critérios previamente estabelecidos e os instrumentos de análise que permitam realizar interpretações, acredita-se que as reflexões sobre os discursos midiáticos possam abarcar, pelo menos, as seguintes direções de análise: averiguar a intratextualidade e interdiscursividade inerentes a esses discursos; investigar a possibilidade de traçar a construção histórico-discursiva do pensamento de um povo; desvelar o processo de manipulação e de ocultação das informações, os sentidos existentes por trás de um jogo de aparências; investigar a constituição da identidade/alteridade dos periódicos.

2 Segundo Maingueneau (2000, p. 22-23), o termo co-enunciador foi "introduzido pelo lingüista A. Culioli, substituindo destinatário, para designar que a enunciação é, de fato, uma co-enunciação, que os dois parceiros desempenham aí um papel ativo. Quando o enunciador fala, o co-enunciador comunica também: ele se esforça para pôr-se em seu lugar para interpretar os enunciados e influencia-o constantemente através de suas reações. [...] Deve-se igualmente distinguir o 'co-enunciador ouvinte', que pode agir imediatamente sobre o enunciador, e o 'co-enunciador leitor'." Maingueneau aponta ainda que se pode estabelecer uma distinção entre o "co-enunciador modelo" (ou ideal) e o "co-enunciador efetivo" (o público).

> O papel do analista é o de observar a distância, para tentar compreender e explicar como funciona a máquina de fabricar sentido social, engajando-se em interpretações cuja relatividade deverá aceitar e evidenciar. [...] uma atitude que, sem ignorar as convicções fortes, procure compreender os fenômenos, tente descrevê-los e proponha interpretações para colocá-los em foco no debate social (CHARAUDEAU, 2004, p. 29).

ALGUMAS INDICAÇÕES PARA UMA PESQUISA COM DISCURSOS MIDIÁTICOS

Em relação à constituição dos *corpora* de pesquisa dos discursos produzidos pela mídia, acredita-se que seja adequado seguir as indicações de Ginzburg (1990, p. 130) ao assinalar que "a constituição de uma série pode ser feita por traços identificatórios ancorados na leitura que o analista fez do material coletado". Neste sentido, podem-se seguir algumas pistas ditadas pelas leituras do analista, procurando tornar-se, tanto quanto for possível, um "decifrador de índices".

Assim, o tratamento indiciário dado ao *corpus* pode significar a "recuperação, em termos de índices, das relações de sentido que um discurso mantém com o discurso prévio" (PÊCHEUX, 1990, p. 77).

Em função das perspectivas de análise, pode-se optar por apoiar a investigação apenas em alguns gêneros entre os muitos publicados pela imprensa periódica[3]: cartas, sumários, capas, textos publicitários, reportagens, perfis... E, em virtude da relevância que têm para as análises que se deseja empreender, optar por aprofundar a investigação do

3 Charaudeau (2006, p. 212) explica que "os gêneros de informação são o resultado do entrecruzamento das características de um dispositivo, do grau de engajamento do sujeito que informa e do modo de organização discursivo que é escolhido. Além disso, como o contrato midiático se desdobra numa relação triangular entre uma instância de informação, um mundo a comentar e uma instância consumidora, três desafios estão presentes na construção de qualquer gênero de informação: um desafio de *visibilidade*, um desafio de *inteligibilidade* e um desafio de *espetacularização* que fazem eco à dupla finalidade de informação e de captação do contrato".

discurso evidenciado em alguns desses gêneros, notadamente quando sua especificidade concorrer para a constituição do sentido.

Do ponto de vista da caracterização dos objetivos da pesquisa, pode-se buscar a aproximação do tema realizando a prospecção dos periódicos e das edições consideradas: uma "pesquisa exploratória". No entanto, a essa averiguação primeira, pode seguir-se a descrição e a análise explicativa dos procedimentos e estratégias discursivas, buscando compreender seus efeitos de sentido. Assim, o trabalho de análise também pode caracterizar-se como uma "pesquisa descritiva e explicativa" (SOARES; FAZENDA, 1992).

Pode-se ainda optar por não realizar uma leitura linear do *corpus*, por exemplo, dos números mais antigos para os mais recentes, mas realizar uma leitura em busca de certos traços e estratégias discursivas.

A perspectiva teórica da Análise do Discurso de linha francesa – AD presta-se singularmente à realização desse trabalho de investigação discursiva de textos de comunicação, tais como revistas ou jornais, pois estende a possibilidade analítica do pesquisador para as condições socio-históricas de produção discursiva.

Baccega (1988) já apontou a maior eficácia da AD para as pesquisas de textos de comunicação:

> Consideramos categorias fundamentais para os estudos do campo da comunicação as conquistas da Análise do Discurso, sobretudo as da Escola Francesa (Pêcheux e outros), que nos possibilitam desvelar a materialidade da articulação das ciências humanas e sociais, o conhecimento do percurso das apropriações ocorridas, uma vez que permitem revelar o discurso como o lugar em que linguagem e ideologia (pontos de vista, idéias, conteúdos, temáticas, etc.) se manifestam de modo articulado.
>
> Isso porque o campo da comunicação se constitui a partir de uma multiplicidade de discursos que originam e configuram a unicidade do discurso da comunicação. O comunicador é o in-

> divíduo/sujeito que o assume. Enunciador/enunciatário de todos os discursos em constante embate na sociedade, ele é o "mediador da informação coletiva" (BACCEGA, 1988, p. 103-104).

É relativamente recente nos estudos lingüísticos a consideração de que o suporte textual, a manifestação material do discurso e o seu modo de difusão têm grande importância para o sentido, pois implicam alterações de conteúdo e forma. Trata-se de investigar quais os sentidos que a leitura dos textos analisados sugerem por estarem justamente incluídos no espaço de uma determinada revista ou jornal.

A esse respeito, Maingueneau (2001, p. 68-72) assinala que:

> o texto é inseparável de seu modo de existência material: modo de "suporte/transporte" e de "estocagem", logo de "memorização". [...] o *midium* não é um simples "meio" de transmissão do discurso, mas ele imprime um certo aspecto a seus conteúdos e comanda os usos que dele podemos fazer. [...] uma mudança importante do *midium* modifica o "conjunto de um gênero de discurso".

Por isso, a análise também pode transitar pela composição/forma da revista ou jornal e dos textos analisados e pelos recursos de textualização na busca de verificar quais sentidos são mobilizados para constituir o discurso. Procurar analisar a rede de sentidos que se pode perceber no interior de um dado texto, na relação entre textos de uma mesma revista ou jornal, na relação entre textos de números diferentes desses periódicos.

A concepção do texto de comunicação exige que no processo de sua produção, além do próprio suporte, seja considerado o local de sua enunciação no interior do periódico: o que modela a sua constituição é tanto a previsão da recepção do enunciado como o gênero de discurso. Assim, a veiculação de um mesmo conteúdo depende do suporte material, do dispositivo comunicacional, do veículo de sua difusão.

> (...) deve-se lembrar que não há texto fora do suporte que o dá a ler (ou a ouvir), e sublinhar o fato de que não existe a compreensão de um texto, qualquer que ele seja, que não dependa das formas através das quais ele atinge o seu leitor. Daí a distinção necessária entre dois conjuntos de dispositivos: os que destacam estratégias textuais e intenções do autor, e os que resultam de decisões de editores ou de limitações impostas por oficinas impressoras (CHARTIER, 1994, p. 17).

Acredita-se que a materialidade do suporte de textos é mesmo fundamental para a constituição dos sentidos e que é preferível analisar um periódico, tal como um jornal ou uma revista, considerando a relação que os textos publicados mantêm entre si, como também as relações discursivas que se estabelecem entre os textos que o periódico veicula.

Finalmente, ainda é importante enfatizar que a enunciação midiática escrita e impressa tem as seguintes propriedades (MAINGUENEAU, 2001):

1) objeto inalterável e fechado em si mesmo que estabelece uma comunicação indireta, mediada entre sujeitos;

2) como circula por ambientes inusitados, pode ter públicos leitores imprevisíveis em relação à quantidade e tipos, por isso é importante a estruturação dos enunciados em textos para tornar possível a compreensão: deve conter tudo aquilo que é necessário para ser decifrado;

3) impossibilidade de interferência do enunciador na interpretação do texto escrito: autonomia do co-enunciador leitor para "controlar" o processamento da leitura tanto em relação a ritmo, interrupções, divagações, atenção etc., como também em relação a posicionamento crítico, comentário, análise do texto;

4) a estabilidade material que permite a estocagem dos textos escritos possibilita o confronto, o estabelecimento de classificações (por temas, gêneros, autores, datas, etc.), a cópia, a verificação da

manutenção dos compromissos editoriais ao longo do tempo e das edições;

5) presença de elementos icônicos de diferentes tipos (esquemas, desenhos, gravuras, fotos etc.), de paratexto, de cuidados relativos à paginação e à diagramação (colunas, boxes, tipo e tamanho de letras, destaques etc.).

ANÁLISE DE UMA PRÁTICA DISCURSIVA: A REVISTA *EXAME* E A CONSTITUIÇÃO DA SUA IDENTIDADE/ALTERIDADE

A leitura da revista *Exame* propicia a interação com uma óptica particular de funcionamento do mundo, especialmente a do mundo dos negócios, em que transita a chamada elite empresarial brasileira que influencia políticas, pressiona governos, inventa tecnologias, impulsiona o desenvolvimento do país. Por se tratar de um veículo que tem uma certa tradição editorial e em virtude de seus declarados vínculos e compromissos com a classe empresarial brasileira, acredita-se que possa espelhar a mentalidade e a cultura organizacional das últimas décadas no Brasil. Decorrente disso, um dos objetivos do presente estudo foi investigar as estratégias discursivas postas em prática pela revista ao estabelecer laços com uma certa mentalidade empresarial brasileira e, mais que isso, como integra a história recente do Brasil.

Assim, ao analisar as condições de produção do discurso empreendido por *Exame*, pretendeu-se demonstrar que a instância enunciativa que assume o discurso institucional – o da própria revista – constitui-se por meio da interação com o Outro, entrevisto especialmente na seção Cartas*,* uma instância enunciativa entendida como um co-enunciador leitor. Desta forma, discute-se a problemática da constituição da identidade/alteridade em *Exame*, as representações desse processo enunciativo, e também um certo jogo cenográfico que faz transparecer as imagens que os co-enunciadores fazem um do outro.

Desta perspectiva, faz-se um estudo da evolução do discurso de *Exame* por meio de uma análise das cartas do editor e das cartas de

leitores. Como se pretende demonstrar, a escolha desse gênero, constitutivamente subjetivo e polifônico, é particularmente interessante à análise do processo enunciativo da revista em virtude de oferecer oportunidade de desvelar os processos de presentificação[4] e de representação da revista, permitindo elencar alguns traços significativos da sua identidade/alteridade.

Consideradas as edições de *Exame* no período compreendido entre 1990 – 2002, selecionaram-se algumas cartas do editor em virtude de se acreditar serem significativas para analisar a problemática da constituição da identidade/alteridade da referida revista, pois se destinam a uma só finalidade: entabular uma "conversa" com os leitores, empresários e executivos[5], explicitando valores e posturas de *Exame*, comentando as reportagens de capa, tecendo elogios a personalidades ou jornalistas da revista etc. Selecionaram-se também algumas seções de cartas (dos leitores) para observar em que medida manifestam concordância ou discordância dos pontos de vista expressos pela revista, como reforçam/repelem a imagem que *Exame* deseja consagrar, como a "melhor revista de negócios" do Brasil.

Um outro aspecto particularmente interessante ao tema desta pesquisa derivou do segmento visado pela revista, o público masculino eleito como seu co-enunciador leitor. Isso se deve, como se

4 Landowsky (2002, p. 166) considera a carta como um "ato de presença", pois se trata de uma prática enunciativa que, ao mesmo tempo que expressa a ausência do outro, o apreende como presentificável: "um discurso só adquire sentido enquanto reconstrói significativamente, como situação de interlocução, o próprio contexto no interior do qual se inscreve empiricamente sua produção ou sua apreensão".

5 A utilização neste trabalho dos termos "empresários e executivos", sem que se faça qualquer distinção hierárquica, destina-se a especificar o público leitor de *Exame* e se fundamenta em Weber (1999, p. 199): "A moderna organização administrativa separa, por princípio, o escritório da moradia privada, distinguindo em geral a atividade oficial, como área especial, da esfera da vida privada, e os recursos monetários e outros meios oficiais da propriedade privada dos funcionários. [...] Como qualidade especial do empresário moderno, pode-se constatar, portanto, o fato de ele atuar como 'primeiro funcionário' de sua empresa, do mesmo modo que o soberano de um Estado moderno especificamente burocrático referia-se a si como o 'primeiro servidor' deste".

pode supor, ao fato de predominarem homens neste setor da vida nacional, especialmente em se tratando de uma publicação com mais de três décadas de existência. Segundo Maingueneau (2001, p. 50), há "produções midiológicas que constroem seu público por exclusão ('públicos temáticos') e aquelas que excluem um mínimo de categorias de leitores ('públicos generalistas')". No caso de *Exame*, trata-se, evidentemente, de um público temático.

As cartas do editor de *Exame*, que se analisam neste trabalho, serão compreendidas como as várias tentativas de o enunciador tornar presentes intenções e propósitos do periódico, buscando re-alinhar o sentido com que as representações são enunciadas na revista. Isso é possível porque as condições materiais de apresentação do enunciado assim o permitem, o suporte material do enunciado – a revista, a fonte enunciativa – contempla o gênero de texto carta, em que o editor conversa com o público leitor e tem oportunidade de explicar-lhe os pontos de vista[6] e temas escolhidos, reforçando a linha editorial da revista. Segundo Charaudeau (2004, p. 52):

> o crédito que se pode dar a uma informação depende tanto da posição social do informador, do papel que ele desempenha na situação de troca, de sua representatividade para com o grupo de que é porta-voz, quanto do grau de engajamento que manifesta com relação à informação transmitida.

Convém, ainda, explicitar que dentre os demais gêneros que integram a revista *Exame*, a carta é, sem dúvida, o que estabelece uma clara relação intersubjetiva com o leitor, pois marca o lugar enunciativo de onde provém a voz de *Exame* e o outro a quem se dirige: o público leitor. Ao considerar as condições de sua enunciação, no entanto, deve-se lembrar a assimetria inerente a todo ato comunicativo: apesar de o co-enunciador leitor interpretar e buscar reconstruir o sentido do enunciado a partir das indicações nele deixadas pelo enunciador, nada

6 Pêcheux (1983) concebe a presença do outro, a identidade discursiva e a alteridade. A partir disso, a AD passa a estudar os pontos de vista, os lugares enunciativos, as formas lingüístico-discursivas do discurso-outro.

garante que esta reconstrução seja coincidente com as representações do enunciador.

Assim, o reconhecimento de que a heterogeneidade é constitutiva do discurso e de que é produzida pelas várias posições do sujeito – que fala de um certo lugar e de um certo tempo – tem uma importância fundamental para a AD: o discurso é também ideológico, visto ser uma representação de um tempo histórico e de um lugar social, em que outras vozes se manifestam (AUTHIER-REVUZ, 1982).

É importante lembrar ainda que a análise dos papéis enunciativos em *Exame* debruçou-se sobre um *corpus* composto pela seção de cartas – Cartas do editor e Cartas dos leitores – em razão de acreditar-se que o gênero[7] epistolar, por se tratar de uma troca verbal, uma interação a distância, possibilitaria que a revista *Exame* construísse uma imagem de si mesma e do seu co-enunciador leitor, assumindo ou delegando a "fala" institucional de *Exame*, reforçando uma certa imagem dela mesma.

Essas cartas podem ser compreendidas, dessa perspectiva, como uma espécie de "cartas de negócios", cuja pretensão não é estabelecer uma relação de intimidade com o co-enunciador leitor, mas a de buscar sua conivência e aprovação para os temas e para os pontos de vista que *Exame* veicula.

> ... portanto, longe de ser concebida como um espaço em que

7 Maingueneau (2000, p. 73-75) explica que "gênero do discurso aplica-se aos dispositivos de comunicação sócio-historicamente definidos: os fatos diversos, o editorial, a consulta médica, o interrogatório policial, os pequenos anúncios, a conferência universitária, o relatório de estágio etc.". Explica também quais são as regras de constituição de um gênero discursivo: o "*status* respectivo dos enunciadores e dos co-enunciadores; as circunstâncias temporais e locais de enunciação; o suporte e os modos de difusão; os temas que podem ser introduzidos; a extensão, o modo de organização etc.". Na perspectiva de Bakthin (1979), a carta é um gênero secundário que partilha características da conversação face a face, gênero primário, e, mais especialmente, da conversa telefônica em que os co-enunciadores não compartilham o mesmo espaço geográfico (restrito), o que implica a pressuposição e recriação, por parte do enunciador, de uma imagem do co-enunciador leitor que lhe permita encaminhar com sucesso e eficácia o diálogo que trava à distância.

> os correspondentes teriam vocação para se exprimir por si mesmos enquanto sujeitos, a carta serve apenas, em caso semelhante, como suporte para a construção de uma visão comum em relação a um mundo-objeto no interior do qual cada um se inclui a si mesmo e se põe em cena segundo uma perspectiva que visa integrar o ponto de vista do outro, de seu interlocutor (LANDOWSKY, 2002, p. 171).

Destacou-se inicialmente a carta do editor, inserida na edição comemorativa dos 35 anos de *Exame*, de 15 de maio 2002, que traz o histórico de criação dessa revista, suas pretensões e as de seu editor (CIVITA, 2002).

A análise da instalação das categorias de pessoa, tempo e espaço nessa carta indica que se institui uma cena enunciativa, uma cenografia[8]: ao situar a revista *Exame* no cenário político e econômico nacional propondo-a como principal fonte de informação e de consulta, uma intérprete eficiente e autorizada dos acontecimentos relativos ao mundo dos negócios, o enunciador constitui a cena enunciativa por meio de três estratégias discursivas:

a) um desdobramento do sujeito (eu/nós): "Quando cheguei à Abril, em fins de 1958, meu pai perguntou o que eu queria fazer na empresa. Com a inocência e a ousadia dos muito jovens, respondi que meu objetivo era fazer uma grande revista semanal de informação, uma grande revista de negócios e – claro! – uma grande revista masculina. Ele sorriu e disse: 'Vamos fazer!' E fizemos".

b) o apagamento do sujeito, num jogo entre objetividade e subjetividade: "*Exame* é lida pelos executivos e proprietários de praticamente todas as principais empresas do país porque tem conseguido lhes ser

8 Maingueneau (2000, p. 20-21) assinala que a noção de "cena" é constantemente utilizada para se referir à maneira pela qual o discurso constrói uma representação de sua própria situação. [...] É, então, a "cenografia" que designa a "cena" instituída por um discurso. Essa "cenografia" não deve ser concebida como um quadro preestabelecido, mas como um processo de círculo paradoxal no qual a enunciação, por sua própria maneira de desdobrar seus conteúdos, deve legitimar a situação de enunciação que a torna possível (enunciador e co-enunciador, momento e lugar).

útil. E isso é resultado de uma excepcional sintonia com os interesses e as necessidades de seus leitores, de um compromisso permanente com a verdade e a objetividade, de sua vontade de ser o porta-estandarte da livre-iniciativa brasileira, e – inevitavelmente – de muito talento, garra e trabalho dos excepcionais jornalistas que integraram e dirigiram a sua redação ao longo das décadas".

c) a desreferencialização do sujeito: "Obviamente, isso não acontece porque os leitores da revista estejam querendo nos agradar, e muito menos para ajudar a realizar o sonho de um aspirante a editor num outro Brasil de uma outra época".

Observa-se, assim, que um dos aspectos muito presentes na interlocução do enunciador da revista *Exame* com seu co-enunciador leitor é a preocupação em reforçar os compromissos que a revista tem com a veracidade e a relevância das informações, processando um discurso auto-elogioso.

Outra carta do editor – "A grande divisa de Exame" – é também exemplar desta conduta auto-elogiosa da revista, pois nela reafirma seu compromisso com o co-enunciador leitor ("Detectar, publicar e elucidar – tudo isso no momento certo. Eis nossa divisa."), reconhece o sucesso da publicação ("Temos de admitir, deixada a modéstia de lado, que os resultados colhidos por nós nessa cruzada pró-excelência nos enchem de orgulho.") e enaltece e divulga o pioneirismo de suas reportagens ("perceber pontualmente o que é relevante").

Ao que parece, essa carta tem uma forte preocupação em colocar o co-enunciador leitor numa posição privilegiada, tanto porque é leitor de *Exame* como também, e principalmente, porque faz parte de uma "casta", de um público muito específico. O desafio de *Exame* é captar sua atenção e sua fidelidade*:* "... não existe êxito possível em nossa missão se não encantarmos – essa a palavra, encantarmos – quem é a primeira, última, aliás única razão de ser de *Exame*: você leitor".

Outra carta do editor, intitulada "Os frutos da paranóia", também é demonstrativa desse mesmo processo de constituição da imagem de *Exame*. Neste caso, é importante notar que o termo "paranóia",

em geral entendido disforicamente como uma doença[9], passa a ser eufórico, isto é, como uma característica importante dos que trabalham em *Exame*: significando sua persistência, sua tenacidade, seu compromisso com a qualidade da revista.

> Já escrevi aqui em outra ocasião: somos paranóicos. Paranóicos em nosso desígnio de produzir uma grande revista para você. Um produto que, mais que satisfazer você, o encante. Não queremos nada menos do que ser a melhor revista da praça (e não apenas entre as de negócios). Uma revista que faça refletir. Uma revista que instigue. Uma revista que ajude você a tomar decisões. Uma revista que não se acomode com bons resultados. [...] Queremos ser tudo isso não porque sejamos vaidosos. Mas sim porque essa é a única forma de fazermos jus ao apoio de você que nos lê. Quem não for paranóico nestes tempos de furiosa competição não sobreviverá em nenhum negócio, incluído o de revistas. E nós somos (NOGUEIRA, 1997, p. 7).

Uma outra estratégia discursiva da revista *Exame*, verificável em muitas das cartas ao leitor, tais como em "A hora de pendurar as chuteiras", é encenar um tom pretensamente impessoal na apresentação das matérias da revista, perseguindo a objetividade, propalada como característica da imprensa, cujo procedimento escolhido em relação aos protagonistas do discurso é diverso das cartas até aqui analisadas, pois apagam totalmente o sujeito da enunciação.

> Num país em que a previdência oficial está às portas da insolvência, esmagada por gigantescos déficits anuais, o tema da aposentadoria tornou-se um fantasma que tira o sono de milhões de cidadãos. Afinal, após anos de contribuições para o INSS, o máximo que um aposentado do setor privado recebe ao final do

9 *Paranóia*: s. f. Psiq. Psicopatia, de que há várias formas clínicas, caracterizadas pelo aparecimento de ambições suspeitas, que se acentuam, evoluindo para delírios persecutórios e de grandeza estruturados sobre base lógica (AURÉLIO, 1995, p. 482).

> mês são parcos 1.561 reais, uma quantia que mal dá para pagar o condomínio de um prédio de classe média numa das grandes cidades brasileiras. Essa regra implacável vale para todo mundo – do gerente de uma rede de supermercados ao presidente de um banco. Diante disso, só resta uma opção para quem quer garantir um bom padrão de vida ao pendurar as chuteiras: pensar na aposentadoria (NETZ, C., 2002, p. 7).

Tal procedimento, no entanto, parece fazer parte de uma estratégia discursiva: a instituição de uma cenografia em que a enunciação parece buscar a objetividade, manifestando a "ideologia da transparência" (BRANDÃO, 1998, p. 57), em que os argumentos devem falar por si sós.

Os traços que deram uma certa identidade à *Exame* e que construíram sua imagem instituíram-na como uma revista que deve *encantar* os que a lêem, não apenas informá-los – "Um produto que, mais que satisfazer você, o encante". O sentido que o uso do verbo encantar pode adquirir nesse contexto enunciativo (o de uma revista que conversa com seu leitor por intermédio de seu editor) marca-se como um processo de sedução em que o co-enunciador leitor, transformado pela leitura da revista, tornar-se-ia fiel a ela, seria arrebatado de tal maneira que passaria a falar em uníssono com ela, desaparecendo como uma voz eventualmente discordante.

A revista *Exame* institui-se também como um instrumento de defesa das empresas brasileiras e, assim, podendo falar para elas e também em nome delas, pode ser entendida como uma intérprete de seus anseios. Tais anseios são definidos como: "economia de mercado com consciência social e um Brasil cada vez menos injusto e mais desenvolvido".

Em síntese, os principais traços da construção da identidade de *Exame*, observados nas cartas do editor analisadas, são os seguintes: grande revista brasileira de informações sobre negócios; comprometida com os interesses empresariais nacionais, com a livre-iniciativa, com o desenvolvimento, com a justiça e a consciência social; pioneira ao

divulgar novidades do mundo dos negócios – um arauto da modernização–; revista masculina, para empresários, profissionais liberais e executivos; suscita orgulho, paixão e vaidade nos seus jornalistas e colaboradores.

Pretende-se, na seqüência, demonstrar que a criação discursiva dessa imagem de *Exame* se confirma nas cartas dos seus co-enunciadores, pois na seção Cartas (dos leitores), em geral, ecoa um mesmo discurso e a mesma postura desses em relação a essa revista. Trata-se de uma manifestação discursiva específica de periódicos, em que se pode observar a relação interlocutiva num movimento completo: os co-enunciadores leitores declaram-se convencidos das proposições da revista *Exame*, concordam em relação aos valores e informações divulgados por ela, acatam seus argumentos e razões, como se pode verificar na carta a seguir:

Mentes obsoletas

> A sintonia de *Exame* com a nova mentalidade deste final de século surge como uma esperança de que as experiências e informações contidas em suas páginas possam penetrar nas mentes obsoletas dos administradores públicos. Achei muito interessante o trecho de artigo de Mário Henrique Simonsen (*Exame* de 15/2/95), em que são citados os equívocos encontrados na Constituição de 1988. Uma constituinte exclusiva, formada não apenas por parlamentares, alcançaria melhores resultados. Seguirei confiando nas transformações que o trabalho de *Exame* vai promovendo pouco a pouco nas mentes deste país. Francisco Helder de Oliveira, Carira, SE. (*Exame*, São Paulo, edição 581, ano 27, nº 8, 12 abr. 1995, Cartas, p. 9).

Observe-se que o co-enunciador leitor declara explicitamente sua "sintonia" com a revista *Exame,* em função da sintonia desta com a mentalidade do final do século (leia-se modernização), além de postular para ela o lugar especial dentre as publicações brasileiras.

Assim sendo, os traços atribuídos à revista e encontrados nessa carta do leitor demonstram que ela obtém sucesso e ressonância de seus propósitos editoriais junto a ele, já que a carta referida reveste *Exame* com a mesma importância e traços de que ela mesma se revestira nas Cartas do editor[10].

Ainda, na carta acima, o co-enunciador leitor atribui importância cultural e histórica à *Exame* pela sua "sintonia com a nova mentalidade deste final de século" – uma ativa participante do mundo contemporâneo – e por promover "transformações nas mentes deste país" – faz, produz e interfere na história do país. Veja-se que isso se coaduna exatamente com o que se apontou em relação ao encantamento que a revista *Exame* declara exercer sobre seus leitores, sobre o processo de sedução do leitor, transformado pela sua leitura. Não só a transformação existe, mas é apontada como algo que deva ser comemorado, ser objeto mesmo de empenho da revista.

As seções de cartas dos leitores de *Exame* também constroem uma cenografia que visa a reforçar a sua imagem: nela se institui uma espécie de diálogo dos co-enunciadores leitores com o enunciador da revista e também entre eles próprios, considerando-se que nessas seções se podem ler cartas de diferentes leitores sobre um mesmo tema ou temas diferentes.

Outra interessante característica da publicação dessas cartas de leitores é que, em alguns casos, o lugar de onde fala o sujeito vem marcado, em geral, por explicitar seu cargo e a empresa em que trabalha ou trabalhou. Pêcheux (1990, p. 18) explica que "lugar" diz respeito à "identidade dos parceiros do discurso" e pode referir-se ao *status* socioeconômico do locutor (que interessaria propriamente à Sociologia) ou referir-se às "formações imaginárias", às imagens que os interlocutores "fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro".

10 A esse respeito, é importante lembrar que uma característica do discurso jornalístico é ser antecipadamente legitimado visto ter sido objeto de compra do leitor, o que explica o fato de os periódicos em geral apresentarem-se como quem responde a demandas dos leitores.

A revista *Exame* valoriza seus co-enunciadores leitores, revelando dados significativos de suas identidades, e a opinião expressa por eles: a revista é lida por pessoas que têm esses qualificativos (os cargos que ocupam, as empresas em que trabalham), são executivos importantes no cenário nacional. Trata-se, sem dúvida, de um recurso que busca um efeito de veridicção.

A publicação de críticas à revista na seção Cartas pode ser também entendida como uma estratégia discursiva que reforça a imagem de *Exame*, visto que ela dá de si uma imagem de democrata, na medida em que acolhe e publica essas críticas, submetendo-as à leitura e análise dos demais co-enunciadores leitores, como se pode observar na carta transcrita a seguir.

Folhetim?

> Exame se tornou um folhetim de apoio ao governo e a seus atos. Não tem propostas, não faz avaliações. É uma revista sem objetivos críticos. Eu preciso de fatos. Quero uma matéria com, ou sobre, Girz Aronson para saber o que aconteceu. Quero uma matéria, com ou sobre, o antes maravilhoso e festejado investidor Ricardo Mansur. Afinal, o que aconteceu ao Mappin? Ou, ainda, o que está acontecendo com a Sharp? As reportagens dessa revista estão viajando entre o delírio perfeccionista de seus eleitos e a destruição total de seus desafetos (quase sempre mostrados como dinossauros, débeis mentais ou seres nulos; vide Itamar Franco e Olívio Dutra). Agradeço a atenção às minhas críticas. Marcos Tadeu Senna, São Paulo, SP. (*Exame*, São Paulo, edição 692, ano 33, nº 14, 14 jul. 1999, Cartas, p. 10-12).

Acredita-se que *Exame* ouse publicar cartas como esta porque o co-texto, o conjunto de cartas dos leitores publicadas na seção, de certa forma, desmente o ponto de vista desse co-enunciador leitor. Assim, a seção Cartas (dos leitores) parece ser também um espaço destinado à polêmica – em que aparecem vozes conflitantes debatendo um tema –, quando se resolve publicar lado a lado trechos de cartas que revelam

posições opostas, pontos de vista divergentes de seus leitores, filiadas a formações discursivas oponentes.

Em suma, pode-se perceber nessas cartas dos leitores de *Exame* que, de modo geral, elas ratificam os principais traços de identidade dessa revista: trata-se de uma revista democrática, moderna, contemporânea e transformadora, isto é, que interfere no mundo dos negócios e da política econômica. Significa que a imagem que *Exame* constrói e dá de si mesma vem explicitamente legitimada pelos seus co-enunciadores leitores que participam verdadeiramente de sua constituição, revelando que a construção do processo enunciativo é resultante da interação entre seus partícipes.

A análise de *Exame* evidencia que o enunciador vai trabalhando com estratégias discursivas na elaboração da sua imagem e que a inclusão de outras vozes, a manifestação da heterogeneidade tem, em verdade, a pretensão de reforçar o "já-dito": trata-se de uma estratégia discursiva monofonizante, que se destina a imprimir poder e reconhecimento público à palavra escrita dessa revista, marcada pelo discurso da competência e da excelência.

REFERÊNCIAS

AUTHIER-REVUZ, J. Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: élements pour une approche de l'autre dans le discours. *DRLAV*, n. 26, 1982.

BACCEGA, M. A. *Comunicação e linguagem:* discursos e ciência. São Paulo: Moderna, 1988.

CHARAUDEAU, P. *Discurso das mídias.* Tradução Ângela S. M. Corrêa, São Paulo: Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. Tradução e coordenação de Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.

CHARTIER, R. *A ordem dos livros*. Tradução de Mary del Priore. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1994.

CIVITA, R. 35 anos de Exame. *Exame*, São Paulo: Abril, edição 766, ano 36, nº 10, 15 mai. 2002, Carta do Editor, p. 9.

A GRANDE divisa de Exame. Exame, São Paulo: ed. 560, ano 26, nº. 13, 22 jul. 1983, Carta do Editor, p. 7.

EXAME. São Paulo: Abril, edição 581, ano 27, nº 8, 12 abr. 1995, Cartas, p. 9.

EXAME. São Paulo: Abril, edição 692, ano 33, nº 14, 14 jul. 1999, Cartas, p. 10-12.

GINZBURG, C. *Mitos, emblemas e sinais* – morfologia e história. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

LANDOWSKY, E. *Presenças do outro*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

MAIA, R.; CASTRO, M. C. P. S. (Orgs.) *Mídia, esfera pública e identidades coletivas.* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

MAINGUENEAU, D. *Termos-chave da análise do discurso*. Tradução de Márcio V. Barbosa; Maria Emília A. T. Lima. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

____. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2001.

MARIANI, B. S. C. Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: De como o discurso jornalístico constrói memória). In: ORLANDI, E. (Org.) *Discurso fundador* (A construção do país e a formação da identidade nacional). Campinas: Pontes, 2001, p. 31-42.

NETZ, C.. A hora de pendurar as chuteiras. *Exame*, São Paulo, edição 780, ano 36, nº 24, 27 nov. 2002. Carta ao leitor, p. 7.

NOGUEIRA P. Os frutos da paranóia. *Exame*, São Paulo: Abril, edição 651, ano 31, nº 26, 17 dez. 1997. Carta do Editor, p. 7.

ORLANDI, E. *A linguagem e seu funcionamento*: as formas do discurso. 4. ed. Campinas: Pontes, 1996.

PAULIUKONIS, M. A. L.; GAVAZZI, S. (Orgs.) *Texto e discurso: mídia, literatura e ensino.* Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso:* uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de E. P. Orlandi et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1988. Título original: *Les vérités de la Palice,* 1975.

_____. *O discurso* – estrutura ou acontecimento. Tradução de E. P. Orlandi. Campinas: Pontes, 1983.

_____. Análise automática do discurso. In: GADET, F. ; HAKK, T. (Orgs.) *Por uma análise automática do discurso*. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

POSSENTI, S. Sobre as noções de sentido e de efeito de sentido. In: SOARES, I. de O. *Sociedade da informação ou da comunicação.* São Paulo: Cidade Nova, 1996.

ROBIN, R. *História e lingüística*. Tradução de Adélia Bolle. São Paulo: Cultrix, 1977.

SOARES, M. A. ZENDA, I. Mikhail Bakhtin: conversa figura que mais se destacou do grupo. A linguagem *Nouvelle Critique*, época *edição*. São Paulo: Cortez, 1992.

TARDE, G. *A opinião e as massas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

WEBER, M. *Economia e sociedade*: fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução de Regis Barbosa; Karen Elsabe Barbosa. Revisão técnica de Gabriel Cohn. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, v. 2, 1999.

THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna*: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Tradução do Grupo de Estudos sobre Ideologia, Comunicação e Representações Sociais da Pós-Graduação do Instituto de Psicologia da PUCRS. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. *A mídia e a modernidade:* uma teoria social da mídia. Tradução de Wagner de Oliveira Brandão. Revisão de Tradução Leonardo Avritzer. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

DIALOGIA, MEMÓRIA E ALTERIDADE

A concepção dialógica da linguagem está no centro das reflexões do Círculo de Bakhtin, composto principalmente pelos intelectuais russos V. N. Volochinov, Medvedev e Bakhtin, sendo este a figura mais destacada do grupo. A linguagem, para o Círculo, é uma *construção coletiva* contínua, um fluxo discursivo em que as palavras dos outros são constitutivas das do "eu"; assim, uma palavra sempre se constitui *a partir de*, *com* e *para* outras palavras. Pode-se considerar, nesse processo, a problemática da *grande temporalidade:*

> (...) o diálogo ilimitado e inacabável em que nenhum sentido morre.
>
> Não há palavra que seja a primeira ou a última, e não há limites para o contexto dialógico (este se perde num passado ilimitado e num futuro ilimitado). Mesmo os sentidos passados, aqueles que nasceram do diálogo com os séculos passados, nunca estão estabilizados (encerrados, acabados de uma vez por todas). Sempre [se modificarão (renovando-se) no desenrolar do subseqüente,

1 Este texto apresenta, com algumas modificações, parte da discussão teórica produzida pela autora em sua tese de doutoramento defendida no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) – SP, em fevereiro de 2006. Título da tese: *A luta pelo direito de dizer a língua:* a lingüística e o purismo lingüístico na passagem do século XX para o século XXI. Orientador: Prof. Dr. João Wanderley Geraldi.

Estudos bakhtinianos e análise do discurso francesa[1]

Marina Célia Mendonça

> futuro. Em cada um dos pontos do diálogo que se desenrola, existe uma multiplicidade inumerável, ilimitada de sentidos esquecidos, porém, num determinado ponto, no desenrolar do diálogo, ao sabor de sua evolução, eles serão rememorados e renascerão numa forma renovada (num contexto novo). Não há nada morto de maneira absoluta. Todo sentido festejará um dia seu renascimento. O problema da grande temporalidade. (BAKHTIN, 2000, p. 413, negrito adicionado)

A dialogia, para Bakhtin, deve ser considerad na grande temporalidade que envolve passado, presente e futuro. As memórias (do passado e do futuro, esta centrada nas antecipações da resposta do outro) são parte constitutiva do enunciado que é produzido, constituindo sua historicidade e singularidade, as quais são inseparáveis. Em Bakhtin/Volochínov (1988, p. 98)[2], propõe-se tomar sempre a enunciação como resposta a outra, considerando-a "(...) um elo da cadeia dos atos de fala". É assim que a enunciação se produz *a partir* de outra. Por outro lado, ela se produz necessariamente *para* outra, antecipando sua compreensão ativa: "Toda inscrição prolonga aquelas

2 Não há consenso a respeito da autoria da obra *Marxismo e filosofia da linguagem*, ora atribuída a M. Bakhtin, ora a V. N. Volochínov, integrante do que chamamos hoje de Círculo de Bakhtin. Opto aqui por citá-la como Bakhtin/Volochínov. Consultar Faraco (2003), que comenta essa falta de consenso a respeito da autoria desta e de outras obras de autores do Círculo.

que a precederam, trava uma polêmica com elas, conta com as reações ativas da compreensão, antecipa-as".

Na análise de discurso francesa (a partir daqui, AD), também a memória é concebida como constitutiva do discurso. Nessa perspectiva, ela não somente é espaço de regularizações, mas de desestabilizações produzidas pelo "choque do acontecimento", que introduz um "jogo de força na memória":

> - um jogo de força que visa manter uma regularização pré-existente com os implícitos que ela veicula, confortá-la como uma "boa forma", estabilização parafrástica negociando a integração do acontecimento, até absorvê-lo e eventualmente dissolvê-lo;
> - mas também, ao contrário, o jogo de força de uma "desregulação" que vem perturbar a rede dos "implícitos" (PÊCHEUX, 1999, p. 53).

Nas reflexões do círculo, a "compreensão ativa" e a memória do futuro são os fatores desestabilizadores dos sentidos na memória, os quais podem fazer aparecer a singularidade no enunciado, fazendo o papel do que a AD, sob influência de estudos de Foucault, chama de acontecimento.

> É preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos, nessa pontualidade em que aparece e nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até nos menores traços, escondido bem longe de todos os olhares, na poeira dos livros. Não é preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem; é preciso tratá-lo no jogo de sua instância (FOUCAULT, 2000, p. 28).

Assim, pensada na perspectiva da grande temporalidade, a dialogia assume maior complexidade que um "diálogo imediato" produzido, por exemplo, entre dois interlocutores, como poderia ser pensada em estudos que tomam a interação face a face como objeto de análise. Inclusive, o conceito de dialogia, na obra do círculo, pode dar conta do próprio conceito de subjetividade e de enunciado.

Vejamos a relação entre dialogia e subjetividade. Segundo Geraldi (2003), o pensamento bakhtiniano alicerça-se em dois pilares: a alteridade e a dialogia. Para Bakhtin, a subjetividade se constitui no contexto sócio-histórico, na recepção e incorporação das palavras do outro (BAKHTIN, 2000). Inicialmente, tem-se uma palavra *do outro*, que passa a palavra *pessoal-alheia* (com a ajuda de outras palavras do outro*)* e, posteriormente, a palavra *pessoal*. Segundo o autor, esquece-se, neste último estágio, dessa relação dialógica, e a consciência se monologiza. É assim que, para Bakhtin, se constitui a "consciência" do locutor: no esquecimento de que a *palavra pessoal* é do outro. Nesse processo, a palavra do outro passa a anônima e familiar, um todo único e singular, inserindo-se, posteriormente, num novo diálogo.

A monologização da consciência, nos estudos bakhtinianos, tem um correspondente aparentemente semelhante na AD: o esquecimento nº 1, conceito proposto por Pêcheux e Fuchs (1990) que dá conta do "efeito-sujeito". Trata-se de uma ilusão ideológica segundo a qual o sujeito tem a ilusão de estar na fonte do sentido, sendo que esse sentido é preexistente. Esse conceito está relacionado ao de família parafrástica – que define uma identidade de sentido no interior de uma formação discursiva – e ao de assujeitamento ideológico. Trata-se de um assujeitamento ideológico que não permite ao sujeito vislumbrar os outros discursos que constituem o seu dizer – esse assujeitamento decorrente da ilusão ideológica não se aplica à visão bakhtiniana de linguagem e subjetividade.

> O termo "esquecimento" não remete (...) a um distúrbio individual da memória. Designa, paradoxalmente, *o que nunca foi sabido* e que, no entanto, *toca o mais próprio* do "sujeito falante", na estranha familiaridade que mantém com as causas que o determinam... em toda sua ignorância de causa (PÊCHEUX E FUCHS, 1990, p. 238).

Vejamos, também, a relação entre dialogia e enunciado: para Bakhtin (2000), como dissemos, não há enunciado fora da rede dialógica, não há enunciado que não se constitua *a partir* de outro, que não

contenha em si outros (ele está sempre *com* outros) e que não se dirija para outros. Bakhtin propõe que a unidade de estudo da linguagem seja o enunciado, unidade concreta de uso lingüístico, a qual comporta um locutor real, uma situação de locução, valores expressivos, uma resposta a enunciados já-ditos, uma projeção da compreensão responsiva do outro... Ou seja: para o autor, os conceitos de enunciado e enunciação se completam, porque o primeiro só se realiza e pode ser analisado/estudado na sua relação com o segundo. O que delimita o enunciado não são suas categorias formais, mas aspectos ligados à enunciação e à alteridade: a tomada da palavra por um locutor e seu "acabamento" – este "acabamento" pressupõe a alternância de locutor, pressupõe a palavra do outro. Assim, os gêneros de discurso, tipos específicos de enunciados, relacionam-se não só com o "já-dito", com que dialogam de forma imediata ou não (pode-se dizer que há uma "memória tipológico-discursiva", digamos, que é o fator de estabilização do gênero), mas também se relacionam com um "porvir" (a memória do futuro): ambos definem, por exemplo, seu estilo. Por isso, há uma constante transformação dos gêneros discursivos na infinita cadeia enunciativa, transformação também condicionada pela relação entre gêneros primários e secundários.

Segundo Bakhtin (2000), são gêneros primários aqueles que estão relacionados às situações de comunicação oral e imediata, como as conversas informais, ao passo que os secundários estão relacionados a situações de comunicação cultural mais "complexa", principalmente escrita, como a artística e a científica; são o caso do romance e do discurso científico. Esses dois tipos de gêneros se inter-relacionam e essa inter-relação possibilita que a linguagem seja uma estrutura sempre aberta, porque as possibilidades de estruturação são infinitas.

Essa é a face *sócio-histórica* da linguagem, a única possível para o Círculo: esta nunca pode ser pensada isoladamente, como individual. Isso porque, por um lado, todo enunciado é dialógico; por outro, as vozes que compõem a dialogia bakhtiniana são sempre sociais. Os sujeitos, por seu turno, também são sempre sócio-históricos, condicionados pelos processos materiais de produção, e constituídos necessariamente na alteridade possibilitada por esse contexto sócio-histórico.

Alteridade que lhes permite um *status* de, digamos assim, um "ser dialético": o processo de monologização, na assimilação da palavra do outro (do já-dito), transforma essa palavra, é fonte de criação. Tanto que Bakhtin (2000) associa esse processo ao da criação literária.

Essa alteridade constituída no grande diálogo destrói a idéia de sujeito "dono de seu dizer" – neste quadro teórico, também se anula aquilo que Foucault desejou anular: o sujeito transcendental. O sujeito em Foucault é perceptível, no discurso, em posições ocupadas; para o autor, trata-se de uma posição-sujeito. Não interessou às suas análises o indivíduo que enuncia porque evitava a "interpretação subjetivista" e "psicológica" – e aqui percebemos a saudável radicalidade do autor na "sociologização" e "historicização" das práticas e discursos.

> (...) renunciaremos (...) a ver no discurso um fenômeno de expressão – a tradução geral de uma síntese realizada em algum outro lugar; nele buscaremos antes um campo de regularidade para diversas posições de subjetividade. O discurso, assim concebido, não é a manifestação, majestosamente desenvolvida, de um sujeito que pensa, que conhece, e que o diz: é, ao contrário, um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo. É um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos. (...) é preciso reconhecer (...) que não é nem pelo recurso a um sujeito transcendental nem pelo recurso a uma subjetividade psicológica que se deve definir o regime de suas enunciações (FOUCAULT, 2000, p. 61-62).

DIALOGIA E HETEROGENEIDADE DISCURSIVA

A idéia de que todo discurso está atravessado por outro foi desenvolvida na AD por Authier-Revuz, com o conceito de heterogeneidade constitutiva. A autora, a partir das reflexões do Círculo, assume que todo discurso é constitutivamente heterogêneo porque "(...) toda palavra, por se produzir em 'meio' ao já-dito de outros discursos, é

habitada por um discurso outro". (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 193). Temos um discurso sempre produzido a partir de outro, e que permanece com ele em si: a sua singularidade específica é a relação com a alteridade. A autora, em estudos da representação metaenunciativa das não-coincidências do dizer, aponta quatro campos de não-coincidência ou heterogeneidade:

> a) não-coincidência interlocutiva entre os dois co-enunciadores;
> b) não-coincidência do discurso consigo mesmo, afetado pela presença em si de outros discursos;
> c) não-coincidência entre as palavras e as coisas;
> d) não-coincidência das palavras consigo mesmas, afetadas por outros sentidos, por outras palavras, pelo jogo da polissemia, da homonímia etc (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 20-21).

As contribuições bakhtinianas restringem-se, segundo Authier-Revuz (1998, p. 194), aos itens *a* e *b*, sendo que os itens *c* e *d* "(...) concernem ao real da língua – como forma, de um lado, como espaço de equívoco, de outro"; – estas abordagens da enunciação não foram contempladas pela perspectiva dialógica. Exemplo de não-coincidência interlocutiva, de acordo com Authier-Revuz (1998, p. 193), pode ser encontrado em um enunciado como o seguinte: "X, como você diria", em que se marca que "as palavras que eu digo são suas, não minhas". Já a não-coincidência do discurso consigo mesmo tem como exemplo o uso das aspas para demarcar a fronteira com o discurso outro: estrangeiro, proveniente de outro espaço social... Assim, "(...) um discurso produz em si mesmo, por diferença, uma imagem de si". Trata-se de uma representação marcada do discurso do outro. Os exemplos destacados são chamados pela autora de casos de heterogeneidade mostrada marcada (AUTHIER-REVUZ, 1990).

A autora faz uma análise no "fio do discurso", digamos assim; seu trabalho e outros inspirados nele contribuem para uma reflexão sobre a heterogeneidade da enunciação. Também Bakhtin/Volochínov (1988) analisou manifestações da heterogeneidade enunciativa nas diversas formas do discurso relatado, mas o autor lhes deu um tratamento mais

histórico-sociologizante do que a autora: relacionou-os aos valores presentes nos momentos históricos em que ocorreram. Isto é: para o autor russo, as relações enunciativas presentes nos discursos relatados são manifestações da materialidade sócio-histórica, o que não me parece ser uma dimensão a que o trabalho de Authier-Revuz tenha chegado, já que a autora está mais ligada, por um lado, aos "efeitos de sentido" possibilitados pela heterogeneidade discursiva (mesmo que esses efeitos de sentido relacionem-se com gêneros específicos); e, por outro lado, aos aspectos psicanalíticos da formação da subjetividade.

Faraco (2003), ao comentar a importância do conceito de dialogia na obra do Círculo, defende que, além de Bakhtin apresentar o conceito de vozes sociais – chamado de heteroglossia ou multilingüismo–, é o conceito de heteroglossia dialogizada que parece mais forte:[3]

> Para Bakhtin, importa menos a heteroglossia como tal e mais a dialogização das vozes sociais, isto é, o encontro sociocultural dessas vozes e a dinâmica que aí se estabelece: elas vão se apoiar mutuamente, se interiluminar, se contrapor parcial ou totalmente, se diluir em outras, se parodiar, se arremedar, polemizar velada ou explicitamente e assim por diante (FARACO, 2003, p. 56-57).

Nessa interpretação da obra do autor, não seria somente o fato de que há vozes sociais no discurso que interessaria Bakhtin, mas também o que se produz *socioculturalmente* quando se realiza o encontro dessas vozes.

DIALOGIA, FORMAÇÃO DISCURSIVA E CONTRAPALAVRA

Outro autor que aproveita a dialogia do Círculo, trazendo-a para o quadro da AD, é Maingueneau (2005). Uma hipótese em que fundamenta seu estudo da semântica global dos discursos é que "(...) o interdiscurso tem precedência sobre o discurso (...)", ou que

3 O comentário do autor refere-se à obra *O discurso no romance.*

é a relação interdiscursiva que estrutura a identidade dos discursos (MAINGUENEAU, 2005, p. 21). Ao analisar dois discursos devotos importantes na França de meados do século XVII – o humanismo devoto e o jansenismo –, o autor mostra que o segundo se constitui, em sua identidade, na relação opositiva ao primeiro. Um olhar apressado dirigido às análises praticadas pelo autor leva-nos a identificar um modo binário e polar de análise discursiva. No entanto, Maingueneau aponta que o interdiscurso comporta relações várias, não só opositivas, e que o humanismo devoto deve ter-se constituído na relação com vários outros discursos, relação não necessariamente polêmica.

Considerando importantes para seu trabalho os escritos do Círculo, o autor busca dar-lhes uma "orientação mais precisa":

> Se em algum sentido nosso percurso se inscreve na mesma perspectiva que a de Bakhtin, a de uma "heterogeneidade constitutiva", operaremos no entanto em um quadro restrito, atribuindo a essa orientação geral um quadro metodológico e um domínio de validade muito mais precisos (MAINGUENEAU, 2005, p. 35).

Maingueneau coloca a interincompreensão como básica na relação semântica entre discursos quando em relação polêmica (essa é uma das hipóteses do autor):

> O caráter constitutivo da relação interdiscursiva faz aparecer a interação semântica entre os discursos como um processo de tradução, de interincompreensão regrada. Cada um introduz o Outro no seu fechamento, traduzindo seus enunciados nas categorias do Mesmo e, assim, sua relação com esse Outro se dá sempre sob a forma do "simulacro" que dele constrói.
> (...) a identidade de um discurso coincide com a rede de interincompreensão na qual ela é capturada. Não existem, de um lado, o sentido e, de outro, certos "mal-entendidos" contingentes na comunicação do sentido, mas, num só movimento, o sentido como mal-entendido (MAINGUENEAU, 2005, p. 22).

O conceito de interincompreensão está diretamente relacionado ao de formação discursiva. Foucault, em *A arqueologia do saber*, que será fonte para o desenvolvimento da segunda fase da AD[4], apresenta o método e conceitos pertinentes a uma análise baseada na arqueologia; nela, o autor define discurso relacionando-o ao conceito de formação discursiva: "Chamaremos de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apóiem na mesma formação discursiva" (FOUCAULT, 2000, p. 135). Vemos que o autor distingue enunciado de discurso – para ele, o discurso deve ser tomado como um conjunto de enunciados pertencentes à mesma formação discursiva. Além disso, Foucault destaca, nas formações discursivas, o fato de serem sistemas de dispersão, mas também chama a atenção para a idéia de regularidade, que define a formação discursiva:

> No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* (FOUCAULT, 2000, p. 43).

Também destaca a idéia de relação entre enunciados – a regularidade, a unidade da formação discursiva, se dá também na relação entre os enunciados; dessa forma, na perspectiva foucaultiana, um enunciado deve ser analisado na sua relação com outros. Assim, o conceito de formação discursiva apóia-se na dispersão, na regularidade e no primado do interdiscurso sobre o discurso e suas construções.

> Assim, a questão é saber se a unidade de um discurso é feita pelo espaço onde diversos objetos se perfilam e continuamente se transformam, e não pela permanência e singularidade de um

4 Pêcheux (1990) aponta três épocas para a AD: uma primeira, com o primado da maquinaria discursivo-estrutural; uma segunda, com o primado do interdiscurso como o "exterior específico" de uma formação discursiva; uma terceira época, em que se dá efetivamente a desconstrução da maquinaria discursivo-estrutural, com o primado do *outro* sobre o *mesmo*.

> objeto. (...) Se há unidade, o princípio não é, pois, uma forma determinada de enunciados; não seria talvez, o conjunto das regras que tornaram possíveis, simultânea ou sucessivamente, [esses enunciados]? Seria preciso caracterizar e individualizar a coexistência desses enunciados dispersos e heterogêneos; o sistema que rege sua repartição, como se apóiam uns nos outros, a maneira pela qual se supõem ou se excluem, a transformação que sofrem, o jogo de seu revezamento, de sua posição e de sua substituição (FOUCAULT, 2000, p. 37/39).

Mas o conceito de formação discursiva foi usado na AD, no seu segundo momento, mais como um sistema de regularidades do que de dispersão, regularidades que definiriam "o que pode e deve ser dito (...) a partir de uma posição dada numa conjuntura, isto é, numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes" (PÊCHEUX; FUCHS, 1990, p. 166-167). Nesse sentido, perde-se parte do que constitui o conceito foucaultiano, que é a descontinuidade – tomados dessa forma, formação discursiva e discurso são conceitos que se afastam também da concepção bakhtiniana de enunciado e enunciação, devido ao privilégio do já-dito e do assujeitamento aos aparelhos ideológicos.[5]

Como foi dito, o enunciado em Bakhtin constitui uma resposta a enunciados já-ditos e uma projeção da compreensão responsiva do outro. Assim, compreensão responsiva ou contrapalavra estão na base da "semântica do Círculo". O conceito de contrapalavra aparece em Bakhtin/Volochínov (1988) e podemos pensá-lo da seguinte forma: a contrapalavra, como resposta à palavra do outro, além de "prolongar" esta – isto é: trazê-la para a perspectiva do *eu* –, também age sobre o outro. Trata-se não só de uma ação do eu sobre a linguagem ("ampliando" as possibilidades de dizer e de interpretar), ou do *outro* sobre o eu, mas também do eu sobre o outro. Configura-se, assim, um processo complexo na produção de identidade do eu e do outro.

5 Neste momento, a AD utiliza o conceito de formação discursiva relacionando-o com os estudos de Althusser (1992) sobre as ideologias e os aparelhos ideológicos de Estado.

Vale a pena citar aqui o princípio bakhtiniano do não-álibi para a existência, que se aplica também às atividades de linguagem. Bakhtin (1997), numa reflexão sobre o ato ético – que nos chegou postumamente, inconclusa e com o manuscrito parcialmente danificado pelas condições em que esteve "armazenado" –, afirma que a realização lingüística não pode ser apagada, ela tem necessariamente conseqüências, o que acentua a responsabilidade pelo dizer, mesmo que não assumida/percebida pelo falante/autor. Temos, novamente, um enunciado que se produz não somente a partir de outros ou com eles, mas também para outros que lhe seguirão. Todo enunciado proferido participa ativamente da cadeia infinita das enunciações.

Na "semântica do Círculo", nas atividades enunciativas, contrapalavras retomam o enunciado do outro ressignificando-o segundo conjunturas históricas e sociais específicas, segundo valores e ideologias que constituem os sujeitos envolvidos no processo. De acordo com Bakhtin/Volochínov (1988), a cada reiteração, o enunciado assume sentidos condicionados pela significação e pelo tema: este, resultado da conjuntura em que se realiza a atualização do enunciado, é indício de instabilidade/desestabilização; aquela, fruto da estabilização produzida no sentido pela história, produz o efeito da estabilidade e oferece os liames necessários à realização do tema. Assim, o enunciado possui sempre um sentido que se move devido ao tema.[6]

Tomando a dialogia como constitutiva da linguagem, pode-se considerar, na semântica do Círculo, cada ato discursivo como uma retomada e uma ressignificação de outros. Portanto, todo ato discursivo pode ser visto como uma contrapalavra a outros que o antecederam e uma antecipação sempre provisória ao que virá, já que um enunciado não tem o poder de fechar todo o dizível possível.

Portanto, pode-se dizer que a dialogia, nessa grande temporalidade e com essa "semântica", possibilita pensar um conceito de discurso que se aproxima, sob determinados aspectos, à noção de discurso

6 Essa questão do sentido na obra bakhtiniana tem sido abordada por Geraldi (1993, 2003), principalmente aplicada às atividades de leitura.

foucaultiano: em sua irrupção de acontecimentos, em sua dispersão temporal, o discurso na perspectiva foucaultiana também deve ser pensado no jogo de sua instância.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER. L. *Aparelhos ideológicos de Estado:* nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura V. de Castro. 6. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Cadernos de estudos lingüísticos,* Campinas, (19), 1990.

____. *Palavras incertas:* as não-coincidências do dizer. Campinas: Ed. da Unicamp, 1998.

BAKHTIN/VOLOCHÍNOV. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução de Michel Lahud e Yara F. Vieira. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1988.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

____. Hacia uma filosofia del acto ético. In *Hacia una filosofía del acto ético. De los borradores y otros escritos* (comentários de Iris Zavala e Augusto Ponzio). Barcelona/San Juan: Anthropos/Univ. de Puerto Rico, 1997.

FARACO, C. A. *Linguagem e diálogo:* as idéias lingüísticas do círculo de Bakhtin. Curitiba: Criar Edições, 2003.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz F. B. Neves. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

GERALDI, J. W. *Portos de passagem*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes,1993.

____. Depois do "show", como encontrar encantamento? *Caderno de estudos lingüísticos*, Campinas, (44): 251-261, jan./jun. 2003.

MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos*. Tradução de Sírio Possenti. Curitiba: Criar, 2005.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P. [et al]. *Papel da memória*. Tradução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

____. A análise de discurso: três épocas. In: GADET, F., HAK, T. *Por uma análise automática do discurso:* uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Bethania S. Mariani et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualizações e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso:* uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Bethania S. Mariani et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

[1] Diferentes formulações, tais como "prosodização da semiótica" (FONTANILLE, 1992)[2], musicalização da semiótica (TATIT, 1997), acabam por se convergir e acentuar, na teoria semiótica, caminhos de investigação que indicam uma descrição, um tratamento teórico do sentido com categorias menos discretas e opositivas, mais comparativas e graduais. De maneira correlata, para Parret (1994), constata-se também uma "estetização da semiótica"[3], que "se construirá sobre a base de uma hipóstase da sensibilidade radicalmente dependente do corpo dos sentidos e geradora dos sentimentos de nossa alma" (PARRET, 1994, p. 9).

Com essas movimentações teóricas, a semiótica promove seu desenvolvimento aproximando-se, com intimidade, de seu objeto; reconhecendo, cada vez mais, a complexidade e a dinamicidade do sentido, que se dispõe a descrever e analisar. Esse percurso se traduz na incorporação ao sujeito – que já tem reconhecidas as dimensões pragmática e cognitiva – da dimensão sensível e passional e no interesse por um objeto privilegiado, porém não exclusivo: o estético.

As contribuições do domínio estético prontamente assumem, como é da vocação semiótica, uma formulação geral. Não poderia ser diferente; por um lado, a arte não é o único palco das emoções, como também não o é unicamente delas; por outro lado, quer seja na arte, quer seja fora dela, constata-se que o sensível não se apreende desgarrado do inteligível, o que impõe a percepção de sua articulação, e a consideração de aquisições teóricas de outros percursos.

Neste trabalho, procuramos compor modos de presença sensível dos sujeitos postos em interação: as relações entre os afetos do enunciador (do autor manifestado, do narrador), do enunciatário (do leitor

1 Parte deste texto foi apresentada no IV Congresso Internacional da ABRALIN, Universidade de Brasília, Brasília, 2005, e publicada *on-line* nos seus anais.

2 Para a discussão dessa proposição, pode-se ir a Fiorin (1994).

3 Também nos ocupamos dessa questão em "Semiotização do estético. Estetização da semiótica" (MARCHEZAN, 2004).

Textos de opinião: modos de presença, modos de agir[1]

Renata Coelho Marchezan

manifestado, do narratário), dos outros atores do discurso, e de seus vínculos com os objetos. Com base em hipóteses, formuladas em outros estudos, aqui citados, busca-se apreender o sensível manifestado em textos de opinião, publicados em jornal, acompanhando-o nos movimentos de sua argumentação. Para tanto, aplica-se principalmente à análise de "A disputa simbólica", de Marilena Chauí, texto publicado na coluna Tendências / debates, da *Folha de S. Paulo*, de 18/2/2004, período em que figurava nas manchetes dos jornais o que ficou conhecido como "caso Waldomiro". A análise desse texto orienta e reafirma o estabelecimento de proposições gerais sobre a organização e o funcionamento do conjunto dos, aqui chamados, textos de opinião. No entanto, o desenvolvimento dos estudos sobre a enunciação – de que faz parte a exploração dos domínios do sensível – resulta de/em movimentações teóricas em andamento, aqui identificadas na consideração – ao lado das reiterações e reproduções presentes em um conjunto de enunciações – das singularidades de cada uma delas. É essa a questão explorada na segunda etapa deste trabalho.

"A DISPUTA SIMBÓLICA"

Em perspectiva semiótica, pode-se depreender do artigo "A disputa simbólica" a sua narratividade. Lembramos que, para essa abordagem teórica, todo texto sustenta-se numa formação narrativa, composta por uma sucessão de enunciados. A narrativa canônica constitui-se na

transformação de um enunciado a outro, de modo que se o enunciado inicial for descrito pela relação de conjunção de um sujeito e um objeto, após a transformação, o estado final é logicamente definido pela relação de disjunção entre sujeito e objeto, e vice-versa. Para a semiótica, esse arcabouço permite reconhecer a organização narrativa desempenhada pelos atores do discurso.

No artigo em questão, um ator importante é o PT, um sujeito que está em conjunção ("simbólica", de acordo com o artigo) com o objeto figurativizado discursivamente como a imagem de um partido preocupado com a "criação e conservação de direitos civis e sociais dos economicamente explorados, socialmente excluídos e politicamente subalternos". Do mesmo modo – exemplifica o artigo – que o PSDB identifica-se/é identificado com a imagem de defensor da "modernidade séria e responsável".

O artigo aponta e explica um "deslocamento" histórico dessa imagem do PT que o levou a ocupar também "o lugar simbólico da ética na política"; em termos semióticos, trata-se da conjunção do PT com o objeto figurativizado pela ética. Diferentemente do primeiro objeto – alerta o artigo – este, a imagem ética na política, é pleiteado "continuamente" por outros partidos.

Os estados de conjunção do PT com seus objetos são explorados pelo artigo, que também considera o fazer de anti-sujeitos (os oposicionistas, a mídia, etc.) direcionado a destituir o PT desses objetos, dessas imagens.

No entanto, o fazer dos anti-sujeitos não se realiza. Há um querer fazer, mas também um não-poder fazer: os ataques ao PT, tanto os destinados a destituí-lo do primeiro objeto mencionado quanto aqueles desferidos contra o segundo objeto, são avaliados no artigo, e, quase todos, rejeitados. Maior atenção é dedicada aos ataques à conjunção do PT e seu segundo objeto, ou seja, à relação do PT e a ética, quando é introduzido "o caso Waldomiro", cujo nome, a propósito, não é citado: "Mas é no ataque ao lugar simbólico da ética na política que a disputa é mais acirrada e ganha ares consistentes. Os alvos do ataque têm mudado no correr dos tempos. Atualmente, o alvo é o caso do

ex-assessor de José Dirceu".

As ações contra esse alvo, figurativizadas por críticas, são sancionadas duplamente, são apresentados dois lados da questão. Um deles, brevemente exposto: "Por um lado, a crítica é válida e consistente, pois tudo indica que houve corrupção". Em termos semióticos, para o artigo, a relação do ex-assessor/corrupção parece ser verdadeira, a conjunção é modalizada pelo "crer". "Por outro lado, a crítica é hipócrita (...)". Segue-se a esta segunda avaliação todo o restante do texto que se dedica a explicar as razões da impropriedade da crítica. O texto, nesse outro modo de ver, modaliza a crítica com o parecer e o não-ser (modalização que, teoricamente, define a "mentira").

O artigo termina com a afirmação de que a crítica ao PT, disfarçada de defesa da ética, é, na verdade, uma disputa da imagem ética do PT. Examinamos, depois, a argumentação feita.

Tudo permite afirmar – já que era uma das manchetes do período – que o caso Waldomiro tenha motivado a produção do artigo, embora antes de se chegar a ele, tenha se tratado das disputas em política, entre elas, das disputas simbólicas. O "mas" que introduz a reflexão sobre a disputa simbólica da ética – trecho do artigo citado acima – promove, se não uma ruptura do que se tratava anteriormente, pelo menos um destaque para a questão introduzida, e também para as que seguem: as críticas feitas ao PT e, sobre estas, as críticas do artigo, a positiva, brevemente exposta, conforme já assinalamos, e a negativa, que recebe maior atenção, espaço e ênfase.

Com base nessa reflexão, na problematização da enunciação – questão que nos propusemos a examinar – pode-se ler o artigo como a relação do enunciador com o objeto de seu texto, como a projeção da avaliação do enunciador sobre o caso Waldomiro, ou melhor, sobre o PT diante do caso Waldomiro. O PT é, como já dissemos, o ator (sujeito) mais importante, que está sob a mira de seus opositores (os anti-sujeitos), que agem por meio das críticas, no mais das vezes, infundadas, para destituir o PT de sua imagem ética. Segundo o artigo, o caso Waldomiro é apenas mais um alvo, o do momento.

O artigo revela escolhas enunciativas, outras (ênfases em outros atores, outros focos, outras figuras), obviamente, poderiam ter sido feitas, para expressar interpretações diferentes e também semelhantes às que se realizaram no artigo. O que nos interessa, neste momento, é a reflexão sobre a possibilidade de apreender do artigo a percepção, a disposição do enunciador anteriores às opções enunciativas, aos arranjos da argumentação. Busca-se analisar, em termos teóricos, o modo de presença da enunciação, logicamente anterior a categorizações, que, todavia, as prefigura (FONTANILLE; ZILBERBERG, 2001, p. 124), ou seja, a presença está expressa no texto, porém difusamente, e pressupõe as escolhas (as discretizações) empreendidas.

Assim concebida, a presença é "o primeiro modo de existência da significação" (FONTANILLE; ZILBERBERG, 2001, p. 123), o lugar teórico da apreensão, não ainda das articulações do sentido, e sim das primeiras mobilizações perceptivas e sensíveis da (ou anteriores à) enunciação. Em outras palavras, trata-se das precondições do sentido, que se apreendem em modulações tensivas (ligadas à percepção) e fóricas (ligadas ao sentimento) (TATIT, 2001, p. 18). Essas precondições constituem-se da percepção, do humor experimentado durante a produção do texto, que lhe modulam a voz.

Para a semiótica, o sentido pressupõe a diferença; em versão fenomenológica, considera-se que a existência do objeto pressupõe a percepção do "novo" e, ao mesmo tempo, a do sujeito em estado de "surpresa", de "espanto", diante do objeto (do novo). No entanto, sabemos que, ao objeto "novo", ao "espanto" do sujeito, substituem-se, logo, a visão do "antigo", a instalação do "hábito" (FONTANILLE; ZILBERBERG, 2001, p. 125).

Essa formulação, que compreende um fundamento semiótico, pode, no entanto, ser exemplificada com a vida do jornal. Por definição e função, cabe ao jornal noticiar o "novo"; sabemos, no entanto, que o puramente "novo" é uma abstração, e, assim, qualquer visão também traz ou guarda uma re-visão; pode-se dizer, ainda sem conseguir esgotar a complexidade da percepção, que ora surpreende-se o "novo", que é, então, explorado; ora, exercitando-se o "hábito", reconhece-se

no "novo" o "antigo".

Como já adiantamos, para a teoria semiótica, esse ato de perceber que caracteriza as raízes do fazer enunciativo é também animado por uma "foria", por uma força de atração ou repulsão. O objeto é percebido por um sujeito sensível a ele, que se mobiliza de modo eufórico ou disfórico.

Assim problematizadas as raízes do sentido, pergunta-se: qual o modo de presença que se depreende do artigo em questão? Que percepção e sensações animam o (quase) enunciador? Como depreender suas mobilizações perceptíveis e sensíveis? Depreende-se do próprio enunciado, não somente mediante as marcas categorizadas da enunciação enunciada, e sim mais amplamente busca-se no enunciado como um todo, na disposição do sujeito, que se pode depreender de sua argumentação.

O estado de ânimo do enunciador do artigo é "disfórico", de repulsa, sua percepção é a do "habitual", "antigo", "velho", percebido sem "surpresa", por um olhar "experiente" que assiste, mais uma vez, a uma cena "já-conhecida", que não causa uma "descontinuidade" (uma diferença) na percepção, pois se reconhece no aparentemente novo uma "continuidade", uma continuidade disfórica.

Não é especialmente uma categoria lingüística que nos autoriza a análise; no entanto, pode-se localizar, já na introdução do artigo, indícios (índices?) que a encaminham. O artigo inicia-se com uma voz não imortalizada nem definitiva, porém já legitimada da ciência, melhor dizendo, do saber. Passível de contestação, sim; no entanto, não de qualquer contestação. Está-se diante de uma definição, de uma explicação já refletida, e abalizada: "Em política, há duas grandes disputas: a definidora da própria política, isto é, a disputa pelo poder, e a disputa simbólica, isto é, pela ocupação de um lugar onde se reconheça uma imagem definida por valores postos pela sociedade."

Em seguida, o PT também é definido, explicado, ao modo de uma reafirmação do já-dito, já-assumido: "Do ponto de vista simbólico, o

PT, ao definir-se não como um partido *para* os trabalhadores, e sim *dos* trabalhadores, ocupou o lugar definido pela criação e conservação de direitos civis e sociais dos economicamente explorados (...)".

O que se diz é também resultado de uma análise histórica, ou seja, não de um caso isolado: "Historicamente, porém, a disputa simbólica sofreu um deslocamento. De fato, a oposição ao governo Collor introduziu o tema da ética na política, e as circunstâncias fizeram com que esse lugar simbólico também fosse ocupado pelo PT".

A contestação sobre a ocupação da imagem da ética é esperada, a disputa por esse lugar é constante: o lugar da "ética na política não é ocupado sem contestação, porque outros partidos o disputam continuamente". Em outras palavras: não há novidade (nada novo)! Se, por definição, a disputa simbólica pela imagem ética é contínua, a disputa que se trava naquele momento com o PT também não é nova, atinge o PT desde o início de seu governo:

> Se, de janeiro de 2003 a fevereiro de 2004 [lembramos que o artigo é de 18/2/04], acompanharmos as ações oposicionistas, os noticiários, os editoriais e as colunas políticas dos jornais, rádios e televisões, notaremos que operam de modo a retirar do PT os dois lugares simbólicos que ocupa.

Além de compreender temporalmente um vasto período, a disputa também é geral, vem de todo o espaço da mídia.

Sem novidade, a disputa do momento é mais intensa, mais "acirrada e ganha ares consistentes", não são, portanto, necessariamente consistentes. A despeito dos diferentes alvos, essa diferença é indiferente porque os ataques miram sempre o PT. O caso Waldomiro é um entre tantos: "Os alvos do ataque têm mudado no correr dos tempos. Atualmente, o alvo é o caso do ex-assessor de José Dirceu". O advérbio "atualmente" pontua, marca uma descontinuidade presente, dentro, contudo, de uma temporalidade durativa, que se inicia no passado, estende-se no presente. Uma rotina.

Como já dissemos, o artigo avalia o caso por meio de dois pontos

de vista. Por um lado, considera-se, porém não se desenvolve, a possibilidade da validade e da consistência da crítica ("válida e consistente, pois tudo indica que houve corrupção"). Por outro lado, a crítica é caracterizada como "hipócrita". Vejam-se as críticas à crítica:

> Por outro lado, a crítica é hipócrita porque: a) pretende atingir o governo Lula com um episódio envolvendo o casal Garotinho, em 2002, no Rio de Janeiro; b) não levanta a causa do problema (que também atingiu, por exemplo, assessores de FHC, e levou um amigo a defender publicamente a tese da imoralidade constitutiva da política), qual seja, o inadequado sistema eleitoral, que induz a procedimentos inaceitáveis, afinal, é um segredo de polichinelo como são financiadas as campanhas eleitorais no Brasil; c) não menciona a proposta de reforma política publicada em livro pelo Instituto da Cidadania, que, no dia 1º de julho de 2003, a entregou ao Executivo e ao Legislativo, tendo sido discutida e aprovada por uma comissão especial (pluripartidária, com 45 membros) criada pelo presidente da Câmara, João Paulo; a reforma (que prevê o financiamento público das campanhas) não será um decreto presidencial, e sim uma ação do Congresso Nacional.

As ponderações dizem 1. que o problema, ou seja, o caso Waldomiro, é um entre vários: um "episódio"; é anterior, de outro e não do PT; 2. que é geral, aconteceu o mesmo no governo de FHC; 3. que é do sistema (eleitoral), não é circunstancial, é estrutural, independe, portanto, dos atuais atores do cenário brasileiro; o PT não é o criador, nem objeto, e sim sujeito ao sistema, para a reforma do qual, no entanto, já mostrou seu empenho.

O artigo pergunta: "O que se esperaria dos 'defensores' da ética?" e também relata as respostas satisfatórias esperadas, o dever ser: tomar o caso como lição, examinar a proposta de reforma formulada pelo PT, propor mudanças, mostrar à sociedade a necessidade da mudança do sistema. O artigo finalmente constata que o dever ser não se realiza,

não há defesa da ética, há disputa de imagem: "Não é, porém, o que temos visto, porque a questão não é a ética na política, nem a reforma pública, e sim a disputa simbólica para destituir o PT do lugar que ocupa". "Não é, porém, o que temos visto...", mais uma vez o que se vê não é o novo.

O artigo trata, assim, de um assunto que não apresenta novidades, que já se tem por hábito encontrar. Não precisaríamos retomar o artigo para poder também caracterizar a disforia de ânimo que o embala. Há disputas, ataques, atitudes contra Lula, preconceitos, corrupção, críticas, hipocrisia, oposição constante e generalizada, tentativas de desqualificação, de esvaziamento, de destituição, contestação, fatos imaginários, falsos defensores da ética, inadequação do sistema eleitoral, problemas gerais, sistêmicos. O artigo apresenta ao leitor seu repúdio por tudo isso.

Naturalização? É problema do sistema. Generalização, homogeneização, diversionismo? Não é nosso objetivo principal decidir pela melhor maneira de caracterizar as estratégias discursivas utilizadas no artigo; já que, neste momento, nos interessa, e já o fizemos, refletir sobre a questão dos modos de presença.

Os modos de presença são governados pelo actante, espaço e tempo (FONTANILLE; ZILBERBERG, 2001, p. 124). Não é difícil reconhecer que a percepção do sujeito em "continuidade", que caracterizamos no artigo, contém um valor temporal durativo, que compreende o passado e sua extensão ao presente, e um valor espacial.

As análises de textos de opinião, da qual a apresentada aqui é exemplo, têm-nos levado à comprovação das seguintes hipóteses:

1. os modos de presença nem sempre se manifestam por meio de categorias lingüísticas determinadas (como expusemos, essa é a hipótese de base da reflexão);

2. são apreendidos em seus domínios espaço-temporais; de tal modo relacionados a eles que, ao variarem os domínios, mudam-se também os afetos, oscilam-se os sujeitos;

3. são descritos pela foria, intensidade e temporalidade com

que se mostram a mobilização, o comprometimento e a agitação dos sujeitos envolvidos;

4. são caracterizados ao longo do processo argumentativo – em sua coerência, em suas falhas – com o qual o leitor afetado se identifica ou do qual se distancia criticamente; conforme mostram também manifestações publicadas por outros articulistas ou por leitores do jornal, em seções a eles reservadas;

5. são detectados ora como instrumentos de estratégias de argumentação, ora por meio de deslizamentos da argumentação isotopicamente construída no texto, que acabam por animar outras leituras;

A ENUNCIAÇÃO NA ENUNCIAÇÃO

É interessante mencionar a grande repercussão que teve o artigo e os diferentes posicionamentos que suscitou. Transcrevemos duas "respostas" (BAKHTIN, 1979, 1992) ao artigo publicadas no dia 20/2/2004, no Painel do leitor, também da *Folha de S. Paulo*. Uma delas é de C. Versiani, historiador, para quem é:

> extremamente objetivo e esclarecedor o artigo de Marilena Chauí na *Folha* de 18/2 (...). Que o governo saiba manter-se forte, com os atributos e compromissos éticos e sociais que com certeza possui, e não se deixe contaminar pelo PFL e PSDB, que depois de enfiarem o país num mar de lama por oito anos, acostumaram-se ao cheiro da carniça e tentam, com a complacência de parte da mídia, encontrá-la também no atual governo.

Logo abaixo, a outra "resposta" publicada, de O. C. de Paula Neto:

> Fui aluno de Marilena Chauí na Faculdade de Filosofia da USP e, num trabalho acadêmico sobre a filosofia de Espinoza, ela me deu um: 'Tenha dó!' Em relação ao seu artigo de 18/2, devolvo-

> lhe com todo o respeito: tenha dó! Aprendi, na Faculdade de História da USP, a apreciar a máxima de que, 'contra fatos não há argumentos', ainda que se possa 'filosoficamente' discutir o que sejam fatos. Para mim, está cada vez mais claro e evidente que o professor Giannotti tinha razão quando escreveu sobre a 'imoralidade constitutiva da política'.

Os dois pequenos textos dos leitores, selecionados pelo jornal, têm como objeto o artigo de M. Chauí, frente ao qual se constituem e revelam seus enunciadores. Os textos podem ser considerados, assim, como projeções da avaliação dos enunciadores sobre um "único" texto, explicitamente indicado, "citado". Revela-se "a enunciação na enunciação" (BAKHTIN, 1979), um texto em outro texto, uma enunciação sobre outra enunciação, um texto sobre outro texto.

Na mesma direção da análise do artigo de M. Chauí, pode-se buscar, nos dois pequenos textos, suas bases perceptivas que se depreendem da movimentação dos enunciadores, da sua disposição afetiva.

Os dois enunciadores elegem o artigo como objeto e, portanto, de algum modo o percebem como "novo", são "afetados" por ele, todavia de modo diferente: positivamente, no caso do primeiro texto; negativamente, no caso do segundo.

O modo de presença do enunciador do primeiro texto é de consonância com seu objeto, de identificação. O objeto é "familiar", sua "novidade" está, então, em seus atributos: "extremamente objetivo e esclarecedor". Ao contrário, o enunciador do segundo texto "repele", "distancia-se" do objeto, mostra-se "espantado" diante do que se revela, então, "inusitado", "estranho".

Ainda na reflexão sobre a constituição do sujeito que percebe, a semiótica considera a propriedade da percepção na relação entre "a interoceptividade (o noológico, a 'consciência', o 'pensamento', etc.) e a proprioceptividade (o corpo próprio do sujeito que percebe, sede das correlações entre dimensões)" (FONTANILLE, J.; ZILBERBERG, C., 2001, 141). No primeiro texto em análise, a expressão "objetivo e

esclarecedor" fecha o "foco"[4] no objeto e informa uma percepção mais da ordem do "interoceptivo", da intelecção, tensionada, porém, pelo caráter proprioceptivo, presente principalmente na intensidade do advérbio "extremamente", que sobredetermina a expressão (manifesto também nas expressões "mar de lama" e "cheiro da carniça") e mostra o arrebatamento do corpo que percebe.

A expressão "tenha dó!", que, no segundo texto, fecha o "foco" no objeto, faz soar a resposta negativa e imediata do corpo que sente. A percepção é, pois, marcada pelo pólo da proprioceptividade. A seqüência do texto, uma pequena explicação sobre a expressão, tende ao pólo da interoceptividade, e a percepção do objeto é filtrada pelo saber.

As mobilizações sensíveis, que expressam a relação entre o "estado de coisas" e o "estado de alma", qualificam os modos de presença do sujeito que percebe o objeto e, conforme já salientamos, se articulam ao inteligível. O sensível convive, nos textos, com categorias semióticas mais discretas e opositivas.

As articulações do sensível com as categorias da enunciação mostram-se bem realizadas nos dois pequenos textos dos leitores. No primeiro texto, as marcas de pessoa, tempo e espaço da enunciação não se apresentam de início no enunciado – "Extremamente objetivo e esclarecedor o artigo (...)" –, mas, sim, na seqüência, quando o sujeito debreado, embora não explicitado, apresenta seus votos ao governo Lula. A voz expressa um ato volitivo, um querer que o outro seja, um querer que o outro faça – "Que o governo saiba manter-se forte (...)". No segundo texto – "Fui aluno (...)" –, tem-se, já de saída, a debreagem enunciativa, a projeção explícita do eixo

4 Os modos de presença compreendem o espaço tensivo do ato de percepção, em que se distinguem "foco" e "apreensão". "O foco se firma (...) na intensidade da tensão que instaura entre seus dois resultantes, o sujeito e o objeto, ao passo que a apreensão procede por delimitação de uma extensão, e demarca o domínio para aí circunscrever o objeto" (FONTANILLE, J.; ZILBERBERG, C., 2001, 129-30). O foco, elemento intensivo, fechado, e seu oposto, a apreensão, elemento extensivo, aberto, descrevem, pois, o domínio do ato perceptivo.

eu(tu)/aqui/agora – categorias bem adequadas ao sujeito "espantado", que reage prontamente. Categorias que também organizam a retomada de um eu/lá/então – "Aprendi, na Faculdade de História da USP, a apreciar (...)".

Os dois textos, curiosamente, usam expressões que configuram uma mesma isotopia: da objetividade, da clareza, do verdadeiro. Expõem sua sanção ao objeto; julgam, em termos semióticos, "o ser do ser". Para o primeiro texto, o artigo de M. Chauí é "verdadeiro", termo complexo que reúne as categorias veridictórias /parecer/ e /ser/. No entanto, nesse texto, há um deslocamento: não se trata mais, como no artigo, da disputa pela imagem simbólica da ética, por diferentes partidos; trata-se, antes, da ação dos partidos PFL e PSDB, em disjunção com a ética, para destituir o governo desse atributo; narrativa que remonta o embate, negado por M. Chauí, entre éticos e não-éticos, puros e impuros. Essa mesma direção, que relaciona ética e não-ética, moralidade e imoralidade, é seguida pelo segundo texto, que se opõe ao artigo: "contra fatos não há argumentos". Nos termos das categorias veridictórias, o artigo é, para o segundo leitor, da ordem do /não-parecer/ e /não-ser/.

A análise mostra que ambos os textos, de uma maneira ou outra, acabam por centrar o foco, diferentemente do artigo de M. Chauí, no "fato", no "episódio", no "caso do ex-assessor de José Dirceu", e é nessa direção que um deles recebe bem o artigo de M. Chauí e o toma como esclarecimento; e o outro o recusa por considerá-lo exatamente o oposto.

A ilustração, que acompanha o artigo em análise, pode também fazer oscilar o sentido do texto. Trata-se, como se vê a seguir, do desenho de um homem, com o *button* do PT, que está agachado à beira d'água e mira sua imagem nela refletida. Os leitores que lhe derem atenção podem evocar o que sabem sobre o mito de Narciso e tentar relacioná-lo à sua leitura do artigo. Podem, até, cogitar uma interpretação para a estrela do PT desmanchada, ou para o seu vermelho que escorre no reflexo da água. São caminhos de inter-

pretação menos ou mais sugeridos que indiciariam um "trabalho" (PÊCHEUX, 1990) do jornal no momento mesmo da publicação do artigo. Talvez, uma brincadeira – embora, com certeza, não faça sorrir a todos os leitores –, que, conforme Discini (2003), caracteriza, juntamente com a dissimulação, o tom "relativizador", característico da *Folha de S. Paulo*.

AINDA A ENUNCIAÇÃO

Na trama dos textos aqui reunidos, nosso próprio foco serviria – se necessário fosse – à crítica da linguagem como representação, e à afirmação de sua natureza simbólica, que constitui e é constituída pela sociedade, pela cultura.

Nesses fundamentos, assentam-se diferentes teorias do discurso; entre elas, a que aqui se adota, a semiótica, que tem como objetivo a descrição do sentido e o considera não-representacional, não-espelhar, e sim simbólico. Para a semiótica, os significados do mencionado "episódio" são depreendidos mediante a (re)construção das articulações do texto e entre os textos, da maneira como neles se apresentam e atuam, simbolizados pela língua.

No exame das articulações de todo e qualquer texto, a questão da enunciação, de há muito presente na semiótica, não pára de se desenvolver e ganhar importância na reflexão. Estão, aí, as preocupações com as diferentes dimensões do sujeito, entre elas a dimensão

sensível – com o exame da qual iniciamos este texto – e a decorrente "estetização da semiótica"; o interesse pela interação entre sujeitos, entre enunciações, entre discursos, que acabam por levar a atenção também aos jogos de interpretação.

Os estudos sobre a enunciação, na semiótica, beneficiam-se, a princípio, da descrição narrativa do enunciado, anteriormente desenvolvida, e promovem a depreensão e a descrição do componente narrativo da enunciação. Esse desdobramento das reflexões nos dois âmbitos, do enunciado e da enunciação, não se esgota nessa abordagem, que se pode identificar como a "narrativização da enunciação". A recursividade da reflexão é constante na semiótica, e permite, como vimos, que se explore, tal como no enunciado, a dimensão sensível, passional, do sujeito da enunciação projetado no enunciado.

O reconhecimento no enunciado e na enunciação projetada de um sujeito "encorpado" impulsiona ainda o redimensionamento, a redefinição do próprio sujeito da análise semiótica diante de seu objeto de estudo. Tal como na enunciação e no enunciado, esse sujeito também é afetado pelo objeto. E em função da equivocidade da linguagem, da complexidade de suas articulações, o sujeito é afetado de diferentes modos.

Em outros contextos de análise discursiva, como em Pêcheux (1990), relaciona-se a equivocidade da linguagem, da língua, à questão da "opacidade do acontecimento", da equivocidade do real. Consideram-se, aí, os acontecimentos como objetos discursivos de diferentes tipos: os objetos próprios das disciplinas de interpretação, que são mais sujeitos às instabilidades da enunciação e os mais logicamente estabilizados e, assim, menos dependentes da enunciação (PÊCHEUX, 1990). Dentre os primeiros, inclui-se, por exemplo, o "episódio" tratado aqui, que, como vimos, se "move" diferentemente na mídia, de acordo com o "estatuto das discursividades que trabalham um acontecimento" (PÊCHEUX, 1990, p. 28).

Os objetos de tal tipo, embora dependentes da enunciação, são generalizáveis, pois expõem valores recorrentes (re)produzidos pela sociedade; podem, no entanto, ser também considerados objetos únicos, na particularidade de sua enunciação, que indicaria "uma agitação nas

filiações sócio-históricas de identificação" (Pêcheux, 1990, 56), não evidente em sua generalização. Como avalia Pêcheux, a "concepção estrutural da discursividade desembocaria em um apagamento do acontecimento, através de sua absorção em uma sobre-interpretação antecipadora" (1990, p. 56).

A equivocidade da linguagem, a do acontecimento e a constatação da equivocidade da própria metalinguagem – "toda descrição (...) está intrinsecamente exposta ao equívoco da língua" (PÊCHEUX ,1990, p. 53) – levam Pêcheux, ainda na mesma obra já citada, a defender a interpretação como tarefa das disciplinas cujos objetos são instáveis, dependentes da enunciação. A interpretação, no entanto, não abre caminho para a subjetividade, para o tudo-pode, e sim para o social, para a relação eu/outro, para os jogos de interpretação:

> A descrição de um enunciado ou de uma seqüência coloca necessariamente em jogo (através da detecção de lugares vazios, de elipses, de negações e interrogações, múltiplas formas de discurso relatado...) o discurso-outro como espaço virtual de leitura desse enunciado ou dessa seqüência" (PÊCHEUX, 1990, p. 54-5).

Essas duas abordagens discursivas citadas, que são próximas, mas particulares, têm, no entanto, como se vê, uma movimentação semelhante que as leva à enunciação, e, com ela, à relação eu/outro. Instala-se, assim, no centro de estudos de tradição estrutural, o acontecimento da enunciação, o exame da linguagem como um acontecimento, único e vivo, conforme insiste Bakhtin (1979, 1992).

A ENUNCIAÇÃO COMO ACONTECIMENTO

A análise do artigo de M. Chauí, dedicada, em especial, ao exame dos modos de presença, reafirma hipóteses sobre a apreensão da sensibilidade recorrente nos textos de opinião, porém não enfatizemos apenas esse resultado da reflexão. Considerado como um acontecimento discursivo único, vivo, o artigo desencadeou outras enunciações – como as respostas dos dois leitores aqui reunidas, a própria ilustração publicada

com o artigo e também este nosso texto – e pode ter ajudado a nortear respostas de identificação, mas também de reprovação a outros episódios envolvendo o PT, que surgiram no mesmo período da vida pública do país. O acontecimento ajuda a fazer história.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. (V. N. VOLOCHINOV). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1979.

. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

CHAUÍ, M. A disputa simbólica. *Folha de S. Paulo*. Tendências e debates, 18 fev. 2004, p.3.

DISCINI, N. *O estilo nos textos*. São Paulo: Contexto, 2003.

FIORIN, J. L. Lingüística: perspectivas e aplicações. *Estudos Lingüísticos*, São Paulo, p. 18-25, 1994.

____.; ZILBERBERG, C. *Tensão e significação.* São Paulo: Discurso Editorial; São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

FONTANILLE, J. Le figures de l'instabilité. In: *Sémiotique*. Projet d'association au CNRS, 1992. Cópia xerografada.

MARCHEZAN, R. C. Semiotização do estético. Estetização da semiótica. In: CORTINA, A.; ____. (Org.). *Razões e sensibilidades:* a semiótica em foco. Araraquara: Laboratório Editorial; Cultura Acadêmica, 2004. p. 139-152.

PARRET, H. *De la semiótica a la estética:* enunciación, sensación, pasiones. Buenos Aires: Edicial 1994. Colección Edicial Universidad – Lengua-Lingüística-Comunicación.

PÊCHEUX, M. *Discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990.

TATIT, L. *Musicando a semiótica:* ensaios. São Paulo: Annablume, 1997.

____. *Análise semiótica através das letras.* São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

PROCESSOS ENUNCIATIVOS EM DIFERENTES LINGUAGENS

A articulação entre os textos que compõem o livro "Processos enunciativos em diferentes linguagens" se dá pela problematização do processo enunciativo sob diferentes perspectivas teóricas o que permite abordar a variabilidade discursiva e/ou textual, enfocando a organização do universo discursivo ou desdobrando-se para a ordenação do domínio textual em diferentes gêneros.

O objeto de estudo dos textos que compõem a obra, portanto, é múltiplo: a linguagem literária/não-literária, a linguagem impressa, digital, publicitária, assim como os seus construtos teóricos: a semiótica greimasiana, a AD francesa, a dialogia bakhtiniana, a teoria do texto. Organizando-se em torno de diferentes temas e respeitando a diversidade teórica e metodológica das pesquisas individuais que expressam as atuais reflexões dos autores, o conjunto de textos aqui apresentados, unindo teoria e prática, fomenta a discussão conjunta e constitui-se em fonte enriquecedora para aqueles que têm como objeto de estudo o texto e o discurso.

UNIFRAN
UNIVERSIDADE DE FRANCA

9 788560 114337